

Progressos qualitativos

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Promover a generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações	Qualificação dos portugueses	Aprovação dos critérios de definição das redes de oferta de cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens de um modo integrado; Aprovação da rede dos cursos profissionais 2017/2018 (15 de maio de 2017); Resolução do Conselho de Ministros que autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do ensino profissional para o ciclo de formação 2017/2020; Decreto-Lei n.º 14/2017, de 26 de Janeiro (altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento); Portaria n.º 47/2017, de 1 de fevereiro (regula o Sistema Nacional de Créditos do Ensino e Formação Profissionais e o Passaporte Qualifica).	Eliminação da abertura de novos cursos vocacionais no ensino básico, apoiando a conclusão dos cursos em funcionamento de modo que a garantir o ingresso dos alunos nos cursos profissionais; Criação do Sistema Nacional de Créditos do Ensino e Formação Profissional, alinhado com o Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais (ECEF); Trabalho com as CIM/AM, no sentido de apoiar a melhoria do Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação para resposta às necessidades do meio empresarial local e regional; Aprovação antecipada da rede do ensino profissional (CP e CEF); Financiamento do POCH, PORLisboa e PORAlgarve para o ciclo 2016-19; aprovadas as candidaturas para o ciclo de formação 2016/19 dos cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens, com pagamentos superiores a 170 M€ em adiamentos às entidades beneficiárias. Financiamento através do OE para o ciclo 2016-19, com pagamentos às entidades beneficiárias privadas (zonas de não convergência) num total de cerca de 3,5 M€. Revisão dos critérios de constituição da rede de ensino profissional, reforçando a adequação às necessidades setoriais e a empregabilidade; Início da implementação do sistema de certificação e qualidade do ensino profissional e educação e formação de adultos (EQAVET); Atribuição do selo de qualidade a algumas instituições e escolas de formação e educação profissional; Organização da 1.ª Conferência anual do Projeto Educação 2030 (maio de 2017); Currículos: Realização de inquérito sobre currículo; Conferência sobre currículo para o século XXI; Organização de encontros com alunos, sobre os currículos e as aprendizagens feitas na escola; elaboração, consulta pública e publicação do Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória; Orientações para a flexibilização curricular progressiva no âmbito do Projeto piloto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC) e avaliação pela OCDE, a partir do ano letivo 2017/2018 (com aplicação faseada); Experiência-piloto de flexibilização curricular em 223 escolas, a partir de Setembro de 2017, sob acompanhamento e monitorização de uma equipa de peritos e da OCDE.	Continuação do aprofundamento dos critérios de constituição da rede de ensino profissional, reforçando a adequação às necessidades setoriais, promovendo a empregabilidade; Continuação do trabalho com as CIM/AM, no sentido de aperfeiçoar o Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação e o alinhamento da rede com as estratégias e necessidades locais/regionais; Continuação da implementação do sistema de certificação e qualidade do ensino profissional e educação e formação de adultos (EQAVET); Atribuição do selo de qualidade a instituições e escolas de formação e educação profissional; Conferências e iniciativas de valorização do ensino profissional; Preparação do processo de generalização da Autonomia e Flexibilidade Curricular a todas as escolas, com base na experiência-piloto em curso.	6 Abandono escolar precoce: 10%
Modernizar o sistema de ensino	Qualificação dos portugueses	Despacho n.º 3721/2017, de 7 de Abril (aprova a possibilidade de as escolas conceberem Projetos-Piloto de Inovação Pedagógica (PIPI)); Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho (institui em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018)	Implementação do Projeto Piloto de Inovação Pedagógica (Projeto Escolas Inovadoras) com o objetivo de impulsionar soluções que permitam em sete escolas a eliminação tendencial do insucesso escolar; Desenvolvimento do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular que impulsiona os professores a trabalhar em conjunto e a implementar a metodologia de projetos nos processos de ensino-aprendizagem. O projeto visa a promoção de melhores aprendizagens indutoras do desenvolvimento de competências de nível mais elevado, assumindo a centralidade das escolas, dos seus alunos e professores, e permitindo a gestão do currículo de forma flexível e contextualizada e tem sido objeto de acompanhamento e monitorização pelas equipas regionais e avaliação intermédia pela OCDE. Realização do Encontro Nacional do PAFC com todas as escolas do continente e representação das RA; Lançamento do portal e do passaporte Qualifica (Março de 2017); Sistema Escola 360º: módulos do registo biográfico e de assiduidade desenvolvidos; módulos de avaliações e de certificados em desenvolvimento; lançamento do sistema e formação nas escolas-piloto (março 2017); Validação das regras para o módulo de matrículas (julho 2017); Formação em literacia digitais, através da Rede de Bibliotecas Escolares: em preparação; Iniciativa Nacional Competências Digitais INCoDe.2030: preparação das medidas que integram o Eixo 2: Educação; Alargamento da formação em programação informática ao 2.º ciclo; Cloud escolar: candidatura SAMA aprovada; preparação do concurso público internacional; Criação de um centro de dados dos serviços e organismos do Ministério da Educação: candidatura SAMA aprovada, localização em estudo.	Continuação do processo de acompanhamento e monitorização do Projeto piloto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC) e avaliação pela OCDE. Preparação do processo de generalização da Autonomia e Felibilidade Curricular a todas as escolas; Projeto Cloud Escolar: eliminar cerca de 3000 servidores/contratos locais, através de serviço e gestão centralizados do fornecimento de internet nas escolas agrupadas e não agrupadas; Criação de um sistema único de identificação e autenticação dos utilizadores das plataformas e sistemas de informação geridos pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência –em preparação;Interligação com cartão de cidadão – em preparação; Levantamento dos projetos acompanhados pela Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas da Direção Geral da Educação para de reforço e diversificação dos recursos educativos digitais e do uso das tecnologias na aprendizagem dos alunos; Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos na Educação;Instalação de centro de dados dos serviços e organismos do Ministério da Educação; Internet nas escolas: garantir que todas as escolas têm rede de área local; Desenvolvimento do Portal Qualifica, nomeadamente de «APP» móvel para o Passaporte Qualifica e ligação ao Europass (candidatura SAMA em preparação); Escola 360º: conclusão de mais dois módulos (diplomas e certificados, matrículas e transferências) e alargamento a todas as escolas públicas através de migração de dados, e formação específica para pessoal docente e não docente.	6 Abandono escolar precoce: 10%
Promover o sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação dos portugueses	Homologação do Perfil do Aluno. Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho (institui em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018). Despacho n.º 3721/2017, de 7 de Abril (aprova a possibilidade de as escolas conceberem Projetos-Piloto de Inovação Pedagógica (PIPI) com vista à eliminação da retenção; Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril (princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário); Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de Abril (regulamentação do regime de avaliação das aprendizagens dos alunos e medidas de promoção do sucesso escolar); Resolução de Conselho de Ministros 23/2016, de 11 de Abril (Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar); Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2017-2018 (www.portugal.gov.pt).	a) Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar: Envolvimento dos agentes locais e dos agentes escolares (CIM, Autarquias, Escolas e CFAE); 800 escolas apresentaram os seus planos de ação estratégica (PAE) e planos plurianuais de melhoria; Plano de formação contínua de docentes de suporte à concretização destes planos, abrangendo 24.717 docentes em oficinas de formação. No que concerne à formação continua, terminado o processo de análise das candidaturas, efetuado pelo POCH, temos um total de formação candidadata para o biénio 2017-2018 de 4 374 ações (ações de curta duração/oficinas/cursos/círculos de estudos...), abrangendo 91 736 formandos. Atribuição de recursos humanos adicionais (docentes e técnicos) às escolas para a concretização dos PAE com recurso ao apoio do FSE (32 M€); Monitorização contínua do programa. b) Apoio tutorial específico: acompanhamento individualizado dos alunos, através do Programa de Tutorias no ensino básico, destinado a cerca de 25 000 alunos, num total de 10 mil horas semanais. Plano de formação para os professores tutores de cada escola. c) Pré-escolar: 70 novas salas da EPE abertas em 2017, nos territórios em que foram identificadas carências de oferta face à procura; publicadas e implementadas as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e acordados os princípios para a melhoria da qualidade da Rede Nacional da Educação Pré-Escolar e expansão da oferta a todas as crianças dos 3 aos 5 anos, através da colaboração entre Governo, autarquias e instituições do setor social e solidário; d) Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: Realização de inquérito sobre currículo; Conferência sobre currículo para o século XXI; Voz dos alunos - encontros com alunos, sobre os currículos e as aprendizagens; elaboração, consulta pública e publicação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Novo modelo de certificado escolar mais abrangente; Orientações para a gestão dos programas de Matemática; Dinamização do Programa de Literacia Familiar, incluindo o Plano Nacional de Leitura (em articulação o Ministério da Cultura); Definição das aprendizagens essenciais a realizar, tendo por base os documentos curriculares em vigor; Participação no GT para discussão das normas de acesso ao ensino superior; Participação no projeto Educação 2030 da OCDE; Desenvolvimento de estudo de impactos da redução do número de alunos por turma e alteração legislativa que reduz o número de alunos por turma nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. e) Apoios socioeducativos: Gratuidade dos manuais do 1º ciclo implementada; Reforço da Ação Social Escolar; Reforço dos recursos humanos, em particular nos professores de educação especial; f) Escola a Tempo Inteiro: desenvolvimento de um estudo acerca do modelo atual e as condições para o seu alargamento ao 2º e 3º ciclos do ensino básico por parte de um GT nomeado para o efeito (em fase de conclusão).	Alargamento da oferta pública de pré-escolar (prevê-se a abertura de 150 novas salas do pré-escolar, em 2018, nos territórios em que foram identificadas carências de oferta face à procura); Proposta global de ajustamento e capacitação da rede solidária da educação pré-escolar, a ser apresentada pelo grupo de trabalho com os parceiros do setor social e solidário e os representantes das autarquias locais (prazo 180 dias, após constituição do grupo de trabalho). Aprovar e publicar as orientações pedagógicas para a creche (0-3 anos); Continuar o desenvolvimento de formação contínua de apoio à para implementação das OCEPE – 2017/2018; Alargar a redução do número de alunos por turma; Aprovar um novo diploma legal sobre educação inclusiva; Elaboração de um manual de apoio ao professor relativo à educação inclusiva; Formação contínua para docentes e outros agentes educativos de suporte à concretização dos planos de ação estratégica elaborados em cada escola; Organização de um evento para apresentação de planos educativos municipais; Definir orientações para a melhoria e alargamento (faseado) do programa Escola a Tempo Inteiro.	6 Abandono escolar precoce: 10%;7 Ensino superior: 40%
Estimular o sucesso escolar no ensino superior	Qualificação dos portugueses	Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto	Monitorização e acompanhamento das medidas de promoção do sucesso escolar nas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse âmbito foi elaborado um estudo, em fase preliminar, com recurso aos diversos sítios das IES. Realização de trabalho com vista à definição do aviso de concurso, para formação pedagógica de docentes, estimulando a adopção de novas práticas de ensino/aprendizagem com ênfase em metodologias orientadas para a solução de problemas e baseadas na prática sistemática de projeto e experimentação, estimulando a relação com o tecido produtivo.	Continuação da monitorização das ações desenvolvidas pelas IES para a promoção do sucesso escolar. Aprofundamento e discussão do estudo sobre as "Medidas de Promoção do Sucesso Escolar nas Instituições de Ensino Superior.	7 Ensino superior: 40%
Alargar a base social do ensino superior	Qualificação dos portugueses	Despacho nº 5404/2017, 2ª série, de 21 de junho; Despacho n.º 14447-A/2016 2.ª série, de 29 de novembro.	No ano letivo de 2016-2017 foram atribuídas 71.985 bolsas de estudo, representando um aumento de 3,9% face ao ano anterior. Foi aprovada alteração do regulamento de atribuição de bolsas de estudo que visa: (i) redução dos tempos de decisão das candidaturas e desburocratização do sistema de ação social no âmbito do ensino superior, com ganhos de eficiência e uma melhor resposta às necessidades dos estudantes carenciados; (ii) contratuallização da atribuição das bolsas, com procedimento simplificado e automático de "renovação" para todos os anos subsequentes ao primeiro ano de atribuição; (iii) alteração da condição de aproveitamento académico, não penalizando os estudantes inscritos em mais de 60 ECTS. Assinado Protocolo entre a DGES e a Administração Tributária e Aduaneira para aumento da interoperabilidade informática de dados financeiros e fiscais do estudante e seu agregado familiar. Foi redefinido, para 2016-2017, o Programa + Superior que, tendo mantido a atribuição de bolsas de mobilidade como incentivo à frequência do ensino superior público em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica, introduziu alterações relevantes na atribuição desses apoios, designadamente: (i) Apoio exclusivo a estudantes oriundos de famílias economicamente carenciadas; (ii) fim da circunscrição a estudantes que ingressam no ensino superior através do concurso nacional de acesso, passando a ser elegíveis também estudantes que ingressam através dos concursos locais e dos concursos especiais (exemplo M23 e estudantes de TESP); (iii) Abrangência de estudantes que se deslocam entre NUTS III de menor pressão demográfica, deixando de excluir aqueles que, residindo em concelhos menos populosos, escolhem 2010 para os seus estudos em instituições sediadas em concelhos localizados em outros NUTS III com idênticas características; (iv) Passaram a ser abrangidos estudantes inscritos em todos os cursos de formação inicial. Incluiu das universidades públicas e dos estudantes com residência habitual na NUTS II Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira bem como abrangidos os estudantes que interromperam os estudos e que reingressam. Foi reforçado o número de novas bolsas disponíveis e atribuídas: no ano letivo de 2016-2017 foram disponibilizadas 1.320 novas (aumento homólogo de 29%) e atribuídas 1.354 por efeito dos mecanismos de desempate e de criação de bolsas adicionais. O total de bolsas ativas aumentou de 1.730 em 2015-2016 para 2.883 em 2016-2017.	Implementação efetiva da medida 62 do SIMPLEX+. Atribuição de bolsas de estudo mais simples através do cálculo dos montantes das bolsas com recurso à interoperabilidade informática com a Autoridade Tributária e Aduaneira bem como com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com vista a agilizar a partilha de informação relevante. Implementação do regime de contratuallização das bolsas de estudo (ano letivo 2017/2018), estimando-se um maior número de bolsas pagas decorrente do menor prazo de decisão.No âmbito do Programa + Superior, o ano letivo 2017-2018, tem fixado em 1.450 o número de novas bolsas disponíveis, o que representa um aumento de 10% face ao ano anterior e um reforço de 7% face ao número de novas bolsas atribuídas nesse ano letivo, reforço este distribuído por todas as regiões. O regulamento para 2017/2018 conforma ainda os seus termos com as alterações introduzidas ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes de Ensino Superior, introduzindo-se para efeitos de renovação da bolsa uma condição de aproveitamento académico que não penaliza os estudantes inscritos em mais de 60 ECTS.	7 Ensino superior: 40%
Estimular o emprego científico	Qualificação dos portugueses	Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho; Regulamento nº 486-A/2017.	Criação do Programa de estímulo ao emprego científico, através da introdução de um novo regime legal de contratação de doutorados em Portugal, que tem por objetivo estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, promover o rejuvenescimento das instituições e reforçar as carreiras científicas, bem como valorizar as atividades de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico, de gestão e de comunicação de ciência e tecnologia. Previstas 8 vias para o emprego científico (candidaturas individuais-candidaturas institucionais-concursos internos às IES (em curso) -candidaturas em projetos de I&D e unidades de I&D-candidaturas ao abrigo da Norma transitória do DL57/2016 e da Lei 57/2017-candidaturas em laboratórios colaborativos-candidaturas fundos da UE-candidaturas pelas empresas. Realização sessões de esclarecimento (12) sobre o diploma do emprego científico, em instituições científicas e de ensino superior. Lançamento em março 2017 da consulta pública do regulamento de atribuição do título de Laboratório Colaborativo e da consulta pública do regulamento de atribuição de financiamento ao Emprego científico. Publicação do Regulamento do Emprego Científico (novembro de 2017) e publicação do aviso para apresentação de candidaturas na modalidade de apoio individual (Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual / CEEC Individual), em dezembro de 2017, seguida da publicação do aviso de abertura da modalidade de apoio institucional, em fevereiro 2018 (Concurso Estímulo ao Emprego Científico Institucional / CEEC Institucional). Publicação do Regulamento de atribuição do estatuto de Laboratório colaborativo e reconhecimento dos primeiros Laboratórios Colaborativos.	Em 2018 verificar-se-á o termo da submissão das candidaturas e início da fase de avaliação dos concursos CEEC Individual e CEEC Institucional. Até julho de 2018 está prevista a abertura da 2ª edição do CEEC Individual – 2018. Até 31 de agosto de 2018, as instituições deverão abrir os procedimentos concursais previstos no DL n.º 57/2016, após as alterações introduzidas pela Lei n.º 57/2017. Nas circunstâncias legalmente previstas e mediante a validação do cumprimento dos requisitos legais estabelecidos no DL n.º 57/2016, alterado pela Lei n.º 57/2017 e no respetivo Decreto Regulamentar e da homologação do financiamento pela Tutela, o financiamento da FCT será atribuído através da celebração de contratos-programa entre a FCT e as instituições contratantes.	1 Taxa de emprego: 75%; 2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB; 7 Ensino superior: 40%
Reforçar a formação vocacional no ensino superior	Qualificação dos portugueses	Decreto-Lei n.º 63/2016 de 13 de setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março (integração dos cursos TeSP no Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior)	Abertos e financiados cursos TESP ministrados por instituições de ensino superior em regiões de convergência no âmbito dos Programas Operacionais do Norte, Centro e Alentejo e do Capital Humano; Aberto (em 2017) concurso para financiamento dos cursos TESP, por parte do Orçamento de Estado, das instituições públicas que não as de convergência; Alteraram-se as regras de acesso e organização curricular dos cursos TESP, tendo em vista, designadamente, desenvolver e estimular a componente de investigação baseada na prática, nomeadamente sob a forma de projeto, e permitir que o estágio, possa ser repartido ao longo do curso e não tenha que estar rigidamente localizado no último semestre; Alteraram-se as regras de criação de redes entre institutos politécnicos e escolas que ministram cursos de ensino profissional de nível secundário; Alteraram-se as regras de precedência obrigatória de consulta ou recolha de informação junto da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e do Instituto do Emprego e Formação Profissional; Redefiniu-se a composição da comissão de acompanhamento dos cursos, órgão com funções relevantes na definição dos critérios de autorização de funcionamento dos cursos e da sua avaliação; Desenvolveu-se uma aplicação online para apresentação, por parte das instituições de ensino superior, dos requerimentos de registo de criação de cursos TESP; Globalmente encontram-se registados, e portanto aptos a funcionar, um total de 669 TESP, com 21.026 vagas; Estão atualmente registados 1.963 diplomados TESP.	Abertura de novo concurso para financiamento de cursos TESP ministrados por instituições de ensino superior públicas em regiões que não as de convergência, a suportar pelo Orçamento de Estado, através de verbas inscritas ou a inscrever no orçamento da DGES; Apreciação técnica dos 42 pedidos de registo da criação de cursos TESP para entrada em funcionamento em 2018-2019; Preparação dos procedimentos do processo de avaliação e dos parâmetros a adotar no âmbito da avaliação da qualidade dos cursos TESP, a apreensão em reunião da Comissão de Acompanhamento dos cursos TESP.	7 Ensino superior: 40%
Portugal INCoDe. 2030 - Iniciativa Competências Digitais (para responder à carência de recursos humanos capacitados nem Tecnologias de Informação)	Qualificação dos portugueses		A partir de janeiro de 2017 começou a tomar forma um novo programa de espectro muito mais amplo designado por Iniciativa Nacional para as Competências Digitais e.2030 (INCoDe.2030) oficialmente apresentado no dia 3 abril. O âmbito desta iniciativa enquadra toda a atividade levada a cabo pelo GTCD (essencialmente, nos eixos 3 e 4 do INCoDe, respetivamente ligados à Qualificação e à Especialização) e expande a intervenção para as áreas da Inclusão (Eixo 1), da Educação (Eixo 2) e da Investigação (Eixo 5). Em larga medida, muitas das atividades levadas a cabo entre esse período e o final do trabalho do GTCD se confundiram entre os dois projetos, até porque a coordenação global e a coordenação do Eixo 1 estão atribuídas a elementos deste GT (respetivamente a Pedro Guedes de Oliveira e a Sofia Marques da Silva).Foram envolvidos todos os institutos politécnicos onde existiam TeSP (com a exceção do IP de Viana do Castelo onde não foi possível agendar uma visita), iniciaram-se 7 cursos TeSP adaptados à nova metodologia PBL (Project Based Learning), criou-se e está a funcionar uma plataforma informática para dar suporte ao que se designou por "comunidades em rede", foram criadas diversas formas de divulgação nas redes sociais, apoiou-se o lançamento do programa SWiTH, entre a Porto Tech Hub e o ISEP para a reconversão para TIC de licenciados CTEM, foram expandidos os contactos com empresas potenciais empregadoras e, finalmente, numa workshop em outubro com a presença de representantes de todos os IP envolvidos, foi formalmente apresentado o INCoDe e passada a informação que as iniciativas que haviam sido iniciadas irão ter continuação, momente a expansão da metodologia PBL, o incentivo à escolha das áreas TIC no nível secundário de educação e formação e, finalmente, a intervenção dos IP nas atividades de reconversão de licenciados.	As atividades prosseguirão no âmbito do programa INCoDe.2030, essencialmente no tocante aos eixos 3 e 4 com as seguintes linhas fundamentais:1. Aumento do número de alunos nos cursos TeSP nas áreas das TICE e expansão dos cursos em metodologias PBL;2. Lançamento de TeSP na nova modalidade de um ano para a reconversão e/ou formação ao longo da vida de ativos, em colaboração com empresas;3. Incremento do número de formandos licenciados nas áreas CTEM (ou com competências equivalentes) para áreas TIC;4. Incentivo ao lançamento de mestrados e pós-graduações não conducentes a grau, entre politécnico universidades e empresas.	6 Abandono escolar precoce: 10%

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Desenvolver a investigação&Desenvolvimento&Inovação, através da promoção de agendas mobilizadoras	Inovação da Economia Portuguesa		Elaboração do Relatório Anual sobre a implementação da ENEI (versão draft, para discussão no âmbito do Conselho Coordenador); Desenvolvimento do modelo de avaliação e monitorização da ENEI; Desenvolvimento de um novo aviso para financiamento de projetos nacionais aprovados no âmbito de iniciativas europeias (COFUND); Lançamento de um aviso para projetos COFUND no Portugal 2020; Implementação do MoI com a iniciativa europeia CleanSky, nomeadamente através da promoção de projetos complementares a nível nacional. Reunião do Conselho Coordenador da ENEI, a 20 de Setembro de 2017. Discussão do Relatório anual sobre a implementação da ENEI e recolha de contributos, até dezembro de 2017. Aprovação da criação de grupo de trabalho multinível para alinhamento e articulação das prioridades a nível regional e nacional.	Aprovação do Relatório anual sobre a implementação da ENEI (primeiro trimestre de 2018); Lançamento do processo de revisão das prioridades da ENE/EREI's (segundo trimestre de 2018).	2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Programa Interface - Promover a transferência de conhecimento para empresas, através de Laboratórios Colaborativos/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D&I	Inovação da Economia Portuguesa	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; Programas Operacionais Regionais; Portaria n.º 57-A/2015 de 27 de Fevereiro;	Foi lançado o Programa Interface que integra duas medidas com ações específicas na vertente de contratação de recursos humanos altamente qualificados (RHAQ): O Programa CITEC, destinado a Centros de Interface Tecnológicos (CIT), que prevê medidas de apoio à contratação de RHAQ, e o Programa de Laboratórios Colaborativos. No âmbito do CITEC, foi concluído o processo de reconhecimento de um grupo inicial de CIT e está em fase de conclusão o regulamento para o respetivo financiamento base; Foram concluídos os processos de avaliação dos avisos de I&D empresarial em co-promoção, nomeadamente projetos de I&D; Demonstradores e Linhas Piloto; Núcleos e Programas Mobilizadores. Até ao momento, no PT 2020, foram já aprovados cerca de 400 projetos, com mais de 700 participações de empresas, mais de 390 participações de entidades de ensino superior e mais de 280 participações de instituições de Interface; Foram abertos novos avisos de I&D empresarial em co-promoção, nomeadamente projetos de I&D; Demonstradores e Linhas Piloto e Núcleos. Em relação aos projetos de I&D em co-promoção e Demonstradores e Linhas Piloto, os respetivos avisos já encerraram. Tendo uma dotação orçamental conjunta de 51 M€, foram recebidas 420 candidaturas, com um investimento proposto de 380 M€. O aviso para co-promoção entrou em Setembro com uma dotação orçamental de 19 M€. Em março de 2017 abriu a consulta pública do regulamento para atribuição e homologação do título de Laboratório Colaborativo (CoLAB). Em setembro de 2017 foram abertos os procedimentos concursais para a atribuição do estatuto de CoLAB e criadas condições para o seu financiamento base. Foi criado um painel internacional de acompanhamento e avaliação para garantir as melhores práticas internacionais na constituição e apoio público aos CoLAB e realizadas várias ações de divulgação pública. Neste âmbito, a FCT e a ANI lançaram um processo periódico de audição pública dos proponentes, na presença do painel internacional de acompanhamento e avaliação, tendo a primeira dessas sessões decorrido em novembro de 2017.	Realização de nova sessão de esclarecimento sobre o Regulamento para atribuição do Título de Laboratório Colaborativo e reuniões com o coordenador do painel de avaliação e os potenciais candidatos, mediante inscrição junto da FCT. Avaliação de novas candidaturas apresentadas para atribuição do título de Laboratório Colaborativo e assinatura dos termos de aceitação para a consequente atribuição do título; Abertura de concursos para financiamento de ações de projetos a desenvolver por Laboratórios Colaborativos.	1 Taxa de emprego: 75%; 2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e reequipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; Programas Operacionais Regionais; Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de Fevereiro.	No âmbito do concurso para financiamento das Infraestruturas de Investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico (RNEI) lançado pelo POCI e PO Regionais foram proferidas decisões de aprovação de 38 infraestruturas, com um montante total FEDER de 80 M€. Em setembro de 2016 encerrou um concurso para projetos de IC&DT destinados a Institutos Politécnicos apoiados pelos POCI e PO Regionais, tendo sido proferida, em 2017, a decisão final para financiamento de 102 candidaturas, envolvendo um montante FEDER de 6,6 M€. Em janeiro de 2017 foram abertos três concursos para projetos de IC&DT no âmbito das parcerias internacionais MIT-Portugal, UTAustin-Portugal e CMU-Portugal, com dotação orçamental total prevista de 3,9 M€ a financiar apenas por fundos nacionais do MCTES, tendo sido submetidas um total de 140 candidaturas. Em fevereiro abriu o convite para a infraestrutura RCTS de que a FCT é beneficiária com candidatura aprovada de 8,1 M€ de FEDER e foi aberto concurso para projetos em todos os domínios científicos apoiado pelo POCI e PO Regionais com dotação FEDER de 58 M€, tendo sido submetidas 4.605 candidaturas. Em junho foi aberto concurso de projetos no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o European Laboratory for Particle Physics (CERN), com dotação orçamental prevista de 1,5 M€ a financiar por fundos nacionais, tendo sido submetidas 25 candidaturas. Em dezembro de 2017 foi aberto concurso para projetos de IC&DT no âmbito da prevenção e combate de incêndios florestais, estando prevista uma dotação orçamental de 5 M€ a financiar por fundos nacionais. Foram aprovados 696 projetos em todos os domínios científicos, com uma dotação total de 119,8 M€ (43,5 M€ FEDER); 16 projetos inseridos em Programas de Atividades Conjuntas, com uma dotação de 36,4 M€ (25,1 M€ FEDER); 102 projetos de IC&DT destinados a Institutos Politécnicos, com uma dotação de 12,1 M€ (10,9 M€ FEDER) e 217 projetos relativos à Cooperação Internacional incluindo ERANETs, com uma dotação de 25,2 M€.	Concurso de projetos IC&DT em Institutos e Escolas Politécnicas a lançar em 2018; Concurso de projetos de IC&DT no âmbito da prevenção e combate de incêndios florestais a lançar em 2018; Concurso de projetos de IC&DT "Tecnologias críticas, energia e mobilidade inteligente" apoiado pelo Programa Operacional Regional Alentejo 2020, cujo período de receção de candidaturas decorrerá de 6/2/2018 a 9/4/2018; Concurso de projetos de IC&DT "Alimentação e Floresta" apoiado pelo Programa Operacional Regional Alentejo 2020, cujo período de receção de candidaturas decorrerá de 6/2/2018 a 9/4/2018; Concurso de projetos de IC&DT "Turismo, Energias Renováveis e TIC" apoiado pelo Programa Operacional Regional Algarve 2020, cujo período de receção de candidaturas decorrerá de 29/1/2018 a 26/4/2018; Processo de avaliação de unidades de I&D 2017-2018 em curso.	1 Taxa de emprego: 75%; 2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	Programas Operacionais Regionais; Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de Fevereiro de 2015	Rede Nacional de Incubadoras, Aceleradoras, Fablabs e Makers - O objetivo é identificar, mapear e interligar as 135 incubadoras e mais de 20 FabLabs, Makerspaces e Design Factories existentes no País. Esta rede visa também identificar e suprir lacunas a nível regional e setorial. No âmbito da Estratégia Startup Portugal, as incubadoras têm um papel central na implementação e fiscalização de diversas medidas previstas. Resultados: Segundo a RN, em janeiro de 2018 existiam 135 incubadoras, totalizando: - 3270 salas de incubação; - 3004 startups em incubação (1983 incubação física e 1021 incubação virtual) - 2547 de empregos criados por novas startups nos primeiros 12 meses - 80,43% taxa de sobrevivência das startups incubadas após 12 meses do início da incubação - 67,76% taxa de sobrevivência das startups incubadas após 24 meses do início da incubaçãoZona Livre Tecnológica - Posicionar Portugal como uma Zona Livre Tecnológica. O objetivo é que, ao ser pioneiro na criação de regulamentação, Portugal se torna mais competitivo na atração e I&D, produção e investimento nestas áreas. Veículos Autónomos e Drones são duas das áreas já identificadas em que Portugal tem algum know-how e capacidade instalada e onde pode ambicionar ser líder. Resultados: A Secretária de Estado da Indústria está a desenvolver um conjunto de iniciativas com vista à implementação prática de avanços neste domínio e realizou já diversas reuniões de trabalho com parceiros de nível tecnológico Startup Voucher - Apoio destinado a projetos empreendedores na fase da ideia. Consiste numa bolsa de 691,70€ mensais durante um ano. O montante global destinado a esta medida são 10 milhões de euros. O objetivo é apoiar a criação de 250 startups. Resultados: A partir de Janeiro de 2018 está a decorrer a fase 3 com 161 projetos e 252 bolseiros tendo já sido criadas 5 empresas Programa Momentum - Apoio destinado a recém-graduados e finalistas do Ensino Superior que tenham beneficiado de apoio social durante o curso e que, no final dos estudos, querem desenvolver uma ideia de negócio mas não possuem condições financeiras para poderem focar-se na criação da sua startup. Consiste numa bolsa de 691,70€ mensais, mais incubação e alojamento gratuitos, durante 12 meses. Resultados: Foram aprovados 5 projetos de base tecnológica, em fase de ideia, submetidos por finalistas do Ensino Superior, de norte a sul do país, em setores como agroindústria, calçado, saúde, realidade virtual e empreendedorismo social.Vale Incubação - Apoio destinado a promover a integração de empreendedores e startups no ecossistema, através da contratação dos serviços profissionais de apoio ao desenvolvimento de negócio, prestados pelas incubadoras. Consiste num apoio de 5 mil euros por candidatura aprovada. O montante global destinado a esta medida é de 10 milhões de euros, financiados pelos programas operacionais do Portugal 2020. O objetivo é apoiar cerca de 2.000 empresas. Resultados: Na primeira edição desta medida foram recebidas 115 candidaturas, foram aprovadas 93 startups (73 em serviços, 10 na indústria, 5 no comércio, 5 em agricultura; 22 do Norte, 27 do Centro, 16 em Lisboa e Vale do Tejo, 26 do Alentejo, 2 do Algarve). A grande maioria são projetos de empreendedorismo qualificado e criativo, vocacionados para o setor dos serviços. Em Novembro de 2017 terminaram as candidaturas para a segunda edição do Vale Incubação, sendo que os projetos estão em fase de avaliação. Candidaturas à 2ª fase do vale incubação: 90 startups candidatas; em processo de decisão.Linhas de Financiamento a Fundos de Capital de Risco e a Entidades Veículo (EV) de Business Angels - Dirigida ao cofinanciamento de investidores privados com o objetivo de promover o empreendedorismo e a criação e desenvolvimento de PME em fase de arranque, através do reforço dos seus capitais próprios. Business Angels: 1ª Fase do Concurso – foram assinados Acordos de Financiamento com 35 EV para atribuição de 18.111.446,24 €. 2ª Fase do Concurso – Está a decorrer a assinatura de novos acordos de financiamento para a atribuição de mais de 18 milhões de euros.Capitais de risco: Valor global em execução: 93 milhões de euros.Portugal Ventures - O organismo responsável pelo investimento público de Capital de Risco intervém em setores estratégicos para a economia nacional (como o turismo) e em projetos numa fase em que o risco é percebido como demasiado elevado para os investidores privados e onde se verifica neste momento uma falha de mercado. Resultados: No âmbito do Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC), da IFD, e sob a coordenação da SEI, a Portugal Ventures formalizou no final de outubro o primeiro fundo de Capital de Risco de raiz desde a sua constituição em 2012. Este é um fundo com uma dotação de 10.8M€, sendo que 5.4M€ são provenientes da IFD. Fundo 200M- O Fundo 200 M€ consubstancia-se numa Linha de operações de Capital de Risco com um total de cerca de 100 milhões de euros (LCR) de capital próprio ao dispor das empresas (100 milhões de euros IFD + 100 milhões dos privados). Resultados: Foi formalizado a 3 de janeiro de 2018, pelo IFD via plataforma de contratação pública, a adjudicação à PME Investimentos como Entidade Gestora (EG) do fundo 200M e pedidos os elementos habilitantes. Estão a decorrer os restantes passos administrativos. A expectativa é de que o Fundo esteja no terreno em março.Web Summit em Lisboa Resultados: Os dados de impacto económico da edição de 2017 estão a ser recolhidos. A 29 de janeiro decorreu a reunião operacional para debriefing da edição de 2017 da Web Summit e lançamento da task force liderada pela SEI para a edição de 2018 da Web Summit A 19 de fevereiro realizou-se um encontro entre PM, ME, SEI e cerca de 150 startups do Road 2 WS para balanço da edição.Startup Visa - visto de residência para empreendedores, que pretende atrair para Portugal investimento, talento e capacidade de inovação. Este programa cria um estatuto de certificação de empresas e incubadoras para que possam acolher cidadãos de estados terceiros empreendedores e altamente qualificados. Resultados: Apuramento de resultados após encerramento das candidaturas.	Lançamento R2WS 2018 (março de 2018); Implementação no terreno do Fundo 200M (março de 2018); Lançar o Conselho Estratégico para o Empreendedorismo (em curso até ao final do 1S2018); Lançar a plataforma online de ligação entre Startups e Corporate (em curso até ao final do 1S2018); Promover e dinamizar o grupo de trabalho das Fintech (em curso até ao final de 2018); Criar e dinamizar um grupo de trabalho de cibersegurança; Redesenhar o formato do Vale Incubação (em curso).	1 Taxa de emprego: 75%
Promover uma política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa	Criação de um Grupo Trabalho (RCM)	No prazo da legislatura	Iniciativa em análise e reavaliação.	2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa	Medida aprovada pelo artigo 225.º da Lei n.º 42/2016, de 28/12 que aprova o OE 2017 e que adita o artigo 43.º-A do EBF - Programa Semente	Candidaturas abriram a 4 de outubro de 2017. Os principais objetivos são: 1. Incentivar o investimento no capital das empresas em fase de arranque e expansão, assumindo o período mínimo de tempo de 4 anos para o investidor deter o capital na empresa. As empresas elegíveis não podem ter no total mais do que €100 mil euros do capital social participado por outras entidades, incluindo, nos três anos anteriores ao financiamento; 2. Incentivar à afetação de poupanças e a capitalização de startups por parte de investidores, através da introdução de regimes especiais aplicáveis, quer no momento do investimento, quer no momento do desinvestimento. Os benefícios são exclusivamente destinados a investidores individuais, em sede de IRS; o montante de investimento mínimo de €10 mil euros e máximo de €100 mil euros por ano fiscal, de forma a ter acesso aos benefícios fiscais; a dedução fiscal será progressiva no montante investido ao longo de 3 anos, isto é, 50% do total no primeiro ano, 25% no segundo e 25% no terceiro ano; 3. Recrutar recursos humanos com qualificações chave ao desenvolvimento do negócio; 4. Estimular a I&D e o teste de novas ideias;- Preencher um gap nas fontes alternativas de financiamento.A Rede Nacional de Incubadoras será a Entidade Certificadora e de Seleção das empresas elegíveis.Candidataram-se 30 projetos para poderem usufruir deste benefício fiscal.	Em execução.	Não se aplica
Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa	DL 111-B/2017 de 31 de agosto	Alteração ao Código dos Contratos Públicos aprovada pelo Decreto Lei 111-B/2017, de 31 de agosto de 2017. As inovações introduzidas centram-se, essencialmente, na procura da simplificação, desburocratização e flexibilização dos procedimentos de formação dos contratos públicos, com vista ao aumento da eficiência da despesa pública e à promoção de um melhor e mais fácil acesso àqueles contratos por parte dos operadores económicos. Considerando o papel do Estado enquanto promotor da inovação, preveem-se novos tipos de concursos públicos - A Parceria para a Inovação e o Concurso de Ideias. Destaque-se, ainda (i) a promoção da adjudicação de contratos sob a forma de lotes com vista a incentivar a participação das pequenas e médias empresas; (ii) a possibilidade de reserva de contratos para entidades que empreguem pessoas com deficiência ou desfavorecidas; (iii) a fixação como critério regra de adjudicação, o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo por base a melhor relação qualidade - preço e o preço ou custo, utilizando uma análise custo -eficácia, nomeadamente os custos do ciclo de vida, embora sem deixar de permitir a adjudicação pelo preço mais baixo, quando adequado e a (iv) a disponibilização de forma livre, completa e gratuita das peças do procedimento, na plataforma eletrónica de contratação pública, a partir da data da publicação do anúncio; O CCP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018.	Em execução.	Não se aplica
Programa Interface - Iniciativa de Apoio aos Centros Interface	Inovação da Economia Portuguesa	Programa de Apoio aos Centros Interface (RCM nº 84/2016); FITEC - Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (DL nº 86-C/2016); Instrumentos financeiros específicos	O Programa Interface visa reforçar a transferência de tecnologia e aumentar a competitividade empresarial com base na inovação, através de uma aproximação estratégica entre Ciência (instituições do sistema científico e tecnológico) e Economia (empresas). Nesse contexto, os centros de interface tecnológico poderão desempenhar um papel de intermediação importante. Foram reconhecidos 28 Centros Interface em 24 de novembro de 2017 (Despacho nº 10252/2017). No âmbito do FITEC (DL nº86-C/2016) - com uma dotação aprovada de € 44 milhões e dotação total prevista de € 200 milhões até 2022, encontra-se aberto desde 23 fevereiro de 2018 o concurso de acesso ao Financiamento Plurianual de Base e Reforço dos Recursos Humanos dos Centros Interface. Este financiamento plurianual tem uma dotação prevista de € 80 milhões para os próximos seis anos, sendo que o 1º aviso lançado recentemente tem uma dotação de € 12 milhões euros. Além do FITEC, até 2022, serão canalizados para o Programa Interface € 700 milhões através dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) e € 500 milhões através de instrumentos financeiros. Relativamente aos FEEI e no âmbito do PT2020, foram já apoiadas mais de 850 empresas e 1080 projetos (financiamento por atividade), com um investimento aprovado de € 271 milhões e um incentivo de € 152 milhões.	Lançamento no primeiro semestre de 2018 das primeiras linhas de crédito para o desenvolvimento de novas competências na indústria, nomeadamente nas áreas da eficiência energética, economia circular e digitalização da economia, com dotação total de €60 milhões, €40 milhões e €40 milhões, respetivamente; Abertura dos concursos para o projeto de formação e integração profissional - jovens técnicos para a indústria; Abertura de programa de inserção de jovens doutorados nos centros de interface; Desenvolvimento do site interface, de divulgação de competências científicas para a indústria; Lançamento de estratégia de comunicação e promoção dos resultados de I&D e inovação colaborativa.	1 Taxa de emprego: 75%; 2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; Programas Operacionais Regionais; Portaria n.º 57-A, de 27 de Fevereiro	O Governo lançou no dia 30 de janeiro de 2017, na Escola de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, a Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia – Indústria 4.0, representando 64 medidas, de iniciativa pública e privada, assente em 6 eixos de atuação prioritária: a) formação e capacitação dos recursos humanos, b) cooperação tecnológica, c) startup (I4.0, d) financiamento / apoio ao investimento; e) internacionalização e f) adaptação legal e normativa; Em março de 2017, Portugal aderiu ao programa "Europa digital" - Portugal encontra-se no grupo de 12 países que já tem uma estratégia para indústria 4.0. Este é um exemplo de como a estratégia para a digitalização da economia portuguesa está na linha da frente ao nível europeu. Realizou-se a 18 de setembro de 2017 a primeira reunião do Comité Estratégico da Plataforma Portugal I4.0, e a segunda reunião teve lugar em 19 de fevereiro de 2018.No conjunto, 50 medidas estão já em execução.Eixo N.º Total de medidas previstasEm curso ou executadasFormação e Capacitação de Recursos Humanos2218Cooperação Tecnológica2420Startup I4.043Financiamento / Apoio ao Investimento42Internacionalização75Adaptação Legal e Normativa32Total6450 Em matéria de avisos específicos I4.0, de referir que o Aviso 01/51/2017 foi destinado à acreditação de entidades prestadoras de serviços, e recebeu um conjunto de 584 candidaturas, tendo sido 395 acreditadas.-Vale I4.0 já encerrado, tendo sido disponibilizados numa primeira fase 4,2 milhões de euros;-Outros avisos específicos (07/51/2017 e 08/51/2017): com dotação inicial de 371,5 milhões)Está a decorrer.-Aviso 06/51/2017 – Inovação RCI , aberto até 29 de março de 2018, com dotação de 115 milhões- Aviso N.º 08/51/2018 – Inovação Produtiva Alentejo - dotação orçamental de 30 milhões de euros de FEDER, aberto até 30 de maio de 2018.	A COTEC será responsável pela monitorização das medidas no terreno: 1. Financiamento - Mobilização de até 2,26 mil milhões de € de incentivos do Portugal 2020, para a consciencialização, adoção e massificação de tecnologias associadas ao conceito de Indústria 4.0; apuramento dos resultados dos incentivos e vales lançados em 2017; 2. Programa de Competências Digitais - Iniciativa para capacitar até 2020, mais 20 mil pessoas em TIC; 3. Cursos Técnicos I4.0 - Revisão da carteira de cursos profissionais técnicos em linha com a procura de novas competências no âmbito da digitalização; 4. Learning Factories - Promoção e apoio na criação de infraestruturas físicas que recriem ambientes empresariais I4.0, com vista à capacitação do capital humano, exp: Fabtec - learning factory para demonstração de soluções inovadoras ao tecido empresarial, Introsys Training Academy - chão de fábrica simulado (SGF), e Academy 360 Room - painéis interativos que controlam equipamentos no chão de fábrica.5. Missões Internacionais - Promoção de missões com comitivas nacionais, com vista à partilha de produtos e serviços de âmbito I4.0 desenvolvidos em Portugal; 6. ADIRA Industry 4.0 - 1º laboratório integrado de fabrico aditivo; 7. FOOTURE 2020 - Plano Estratégico do cluster do Calçado para implementação do roteiro do Calçado para a Economia Digital (APICCAPS); 8. Bosch Digital - O DONE Lab da Bosch, inaugurado na Escola de Engenharia da UMinh num investimento global de 54,7 milhões de€ até 2018; 9. 4AC Industria 4.0 – Aceleradora, Incubadora, Prototipagem. Mitsubishi (Daimler), a Siemens e a Volkswagen Autoeuropa integram a nova aceleradora, incubadora e espaço de produção e prototipagem, para a Indústria 4.0. As startups portuguesas Bee Very Creative, Follow Inspiration, Mobi.Me e Prodsmart já fazem parte do projecto. 10. Consórcio PSA Mangualde - investimento estimado de 12ME desenvolvido pela PSA de Mangualde em consórcio com 3 universidades e 5 parceiros tecnológicos.	1 Taxa de emprego: 75%; 2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Reforçar o acesso a redes de banda larga	Inovação da Economia Portuguesa	NA	A longo do último ano as operadoras fizeram um investimento de mais de 200 milhões de euros na expansão das redes de fibra óptica, aumentando em mais de 1,2 milhões o número de alojamentos cabeados.	Investimento a ser realizado na data em que ocorrer a renovação dos DUF (direitos de utilização das frequências) relativos à faixa de frequências dos 2,1 GHz para as 588 freguesias por ela abrangidas, e a realizar em meados de 2018.	Não se aplica
Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; Programas Operacionais Regionais; Portaria n.º 57-A, de 27 de Fevereiro de 2015; Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2017	No que se refere à aprovação de projetos âncora, em 2016 foram contratualizados 26 projetos no montante de 765M€ de investimento total, avacando num apoio dos fundos que ascende a 221 M€.	Lançamento de Avisos de Abertura de Candidaturas ao Portugal 2020, continuando a implementação dos projetos já aprovados. No âmbito da Reprogramação do PT2020, será reforçada a dotação dos Programas Operacionais de modo a manter abertos os avisos até final do quadro.	1 Taxa de emprego: 75%
Programa Interface - Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão	Inovação da Economia Portuguesa	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; Programas Operacionais Regionais; Portaria n.º 57-A, de 27 de Fevereiro.	Na sequência da seleção do primeiro "clubes de fornecedor" da empresa Bosch, foi já lançado um Aviso de Abertura de Candidaturas do Portugal 2020 para capacitação dos fornecedores, com uma dotação global de 94,6 M€.	Está previsto o lançamento de um novo concurso para seleção de novos clubes de fornecedores de "empresas nucleares" que fomentem estratégias integradas entre estas e os seus fornecedores (entidades do sistema científico e tecnológico).	Não se aplica
Alargar a base exportadora do país - novas empresas exportadoras e sua capacitação	Inovação da Economia Portuguesa	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; Programas Operacionais Regionais; Portaria n.º 57-A, de 27 de Fevereiro de 2015; Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2017	Lançamento de avisos de abertura de candidaturas para a internacionalização de PME, sendo que até final de outubro de 2017 foram apoiadas cerca de 5.000 empresas com intenções de investimento de cerca de 1,5 mil M€.	Lançamento de avisos de abertura de candidaturas ao Portugal 2020, incentivando, em paralelo, a implementação dos projetos já aprovados. Efetivação dos apoios a ações coletivas, tendo em vista o reforço da capacitação empresarial de PME para a internacionalização, promovendo a sua competitividade externa. No âmbito da Reprogramação do PT2020, será reforçada a dotação dos Programas Operacionais de modo a manter abertos os avisos até final do quadro.	Não se aplica
Programa de Apoio às Artes	Inovação da Economia Portuguesa		Análise interna de diagnóstico sobre o modelo vigente; Auscultação alargada ao setor das artes segundo uma metodologia científica, através de inquérito. Abertura de procedimentos concursais ao abrigo do novo regime, com início a 1 de janeiro de 2018.	Anúncio dos resultados para os concursos, de forma faseada, para as várias áreas. Contratualizações com as entidades que vierem a ter apoios aprovados.	Não se aplica
Organizar o setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização do território	PNAC - Plano Nacional de Alterações Climáticas; Previsão, no artigo 132.º e no mapa de transferências orçamentais do Orçamento de Estado 2017 (OE2017), de transferência de verba inscrita no orçamento da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes; Publicação do DL n.º 82/2016, de 28 de novembro; Publicação da Lei n.º 38/2016, de 19 de dezembro, que procede à primeira alteração aos Estatutos da Sociedade de Transportes Públicos do Porto, S.A.; Aprovado em Conselho de Ministros, o Decreto-Lei que altera o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros	Criação do Fundo de Transportes - Portaria 359A/2017 de 20 /11 que contempla transferências para o funcionamento regular das autoridades de Transportes (5 M€) e o financiamento de ações específicas (3M€). Estabelecimento de novo modelo de gestão da STCP com a delegação de competências de gestão do Estado para a AMP para a gestão da STCP e Celebração de Novo Contrato de Serviço Público da STCP.Transferências totais de 3,21 M€ a favor das empresas de transportes; Transferência de 990 m€ do Fundo Ambiental para Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP) para o projeto de desenvolvimento do sistema de bilhética Andante Desenvolvimento das Concursos POSEUR-07-2016-71 destinado à promoção da eficiência energética nos transportes públicos coletivos de passageiros incumbidos de missões de serviço público, através do qual foi aprovado o apoio à aquisição de 516 autocarros «limpos», em que 78 são elétricos e 438 são a gás natural; Benefício fiscal para um montante correspondente a 100% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar com a aquisição de passes mensais para utilização de transportes públicos de passageiros, previsto no artigo 78.º-F da Lei do OE2017; Remoção da condição de recurso no passe SUB 23, promovendo o acesso universal a todos os estudantes com idade até 23 anos ao escalão de 25%; Lançamento do procedimento de Subconcessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, durante 7 anos, no valor máximo de 221 M€.; Criação do "Grupo de Trabalho para a Capacitação das Autoridades de Transporte", com vista à contratualização até dezembro de 2019 das redes e serviços de transporte coletivo rodoviário público de passageiros a nível nacional (Despacho n.º 5947/2017).	Implementar Fundo de Serviço Público de Transportes para financiamento das Autoridades de Transporte; Dar seguimento ao processo de capacitação das autoridades de transportes, nomeadamente através do Grupo de Trabalho para a Capacitação das Autoridades de Transporte (GTAT); Lançamento de Avisos POSEUR para apoio à Aquisição de Sistemas de Apoio à Exploração, à Aquisição de Autocarros e de Embarcações de transporte público limpos; Conclusão das trabalhos com vista ao estabelecimento dos contratos de serviços público entre o Estado e as empresas públicas (Metro do Porto; Transtejo e Sofusa e Metro de Lisboa).	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Descarbonizar a frota de Veículos Ligeiros de acesso público	Valorização do território	A criar.	Apresentação do pacote de medidas de modernização do sector do táxi, que inclui 10 medidas em 3 áreas (melhoria de Imagem; melhoria de desempenho ambiental/eficiência; flexibilização e inovação);Aprovação da Proposta de Lei n.º 50/XIII, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros, em veículos descaracterizados, doravante designado "Transporte em Veículo Descaraterizado a partir de plataforma eletrónica" (TVDE) em Conselho de Ministro, de 22 de dezembro de 2016;Entrada na Assembleia da República da Proposta de Lei n.º 50/XIII da autoria do Governo, a 10 de janeiro de 2017. Constituição do Grupo de Trabalho Sobre Modernização do Setor do Táxi (GTMST), cuja 1.ª reunião do GTMST teve lugar no dia 27 de julho.Alteração da legislação para enquadrar sistemas de mobilidade partilhada (car-sharing)	2017-2020 - Promover instrumentos que potenciem a modernização, com especial atenção para a renovação das frotas de táxis, com a implementação de medidas tendentes à sua renovação e descarbonização.- Acompanhar e implementar as decisões do grupo de trabalho GTMST.Consideração de medidas de apoio à renovação das frotas no âmbito do Fundo de transportes (600 mil €)	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Expandir o Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização do território	PNAC - Plano Nacional de Alterações Climáticas	Desenvolvimento dos estudos relativos à expansão Metro do Porto e do Metro de Lisboa.A expansão das redes pressupõe também o investimento em material circulante e no caso de lisboa, inclui ainda a modernização do sistema de sinalização que se encontra obsoleto.	Expansão ML: Fecho do Anel Circular (Linha Verde + Linha Amarela + "intervenção" Campo Grande)Calendário: Projeto (em curso) Concurso para empreitada: 3º Trim. 2018 Início da obra: março/abril de 2019Expansão MP: Linha Rosa (Casa da Música – São Bento) e Linha Amarela (Sto. Ovídeo – Vila d'Este)Projeto (em curso) Concurso para empreitada (Linha Amarela): out 2018 Início da obra (Linha Amarela): abril 2019 Concurso para empreitada (Linha Rosa): det 2018 Início da obra (Linha Rosa): jun 2019	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Mobilidade elétrica	Valorização do território	PNAC - Plano Nacional de Alterações ClimáticasPublicação da RCM n.º 49/2016, de 01 de setembro, que aprova a expansão da rede de carregamento pública para veículos elétricos, através do estabelecimento da 1.ª e 2.ª fases da Rede Piloto MOBI.E.; Publicação das portarias necessárias para a finalização do regime jurídico para a mobilidade elétrica (n.º 220/2016, 221/2016, 222/2016 e 231/2016).	Abertura de Aviso/Convite POSEUR-06-2015-52 à entidade gestora da rede de mobilidade elétrica - MOBI.E., cuja candidatura foi aprovada no montante de 4,1 M€ relativo ao apoio do Fundo de Coesão de 4,2 M€; Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao limite de 715 m€, para a MOBI.E., S.A.-; Lançamento do concurso para a instalação e exploração de 14 pontos de carregamento rápido em ambiente urbano, em 13 cidades do território nacional em Novembro de 2016. Concurso finalizado com adjudicação a 3 operadores de pontos de carregamento distintos, em Dezembro de 2016.- Instalação de 24 dos 50 postos de carregamento rápido previstos no despacho 8809/2015 de 10 de agosto, relativos ao projeto piloto para infraestrutura de carregamento MOBI.E.; Abertura de Avisos do Fundo Ambiental, com os seguintes objetivos: aquisição de veículos de serviços urbanos ambientais elétricos, com uma dotação máxima de 10 M€;- incentivo pela introdução no consumo de veículos de baixas emissões, com uma dotação máxima de 2,3 M€;- 1.ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública para financiamento da aquisição de 170 veículos elétricos, com uma dotação máxima de 5,5 M€.- 1.ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, para financiamento da aquisição de 170 VE, com uma dotação máxima de 5,5 M€;- Substituição de Veículos de Serviços Urbanos Ambientais, dotação máxima de 10 M€. A 23/maio, foram celebrados 117 contratos; apoio às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou intermunicipais para a introdução de veículos 100% elétricos, com uma dotação máxima: 1.5M€ para 2017. Foram apresentadas 9 candidaturas com um n.º veículos abater de156 e um n.º veículos novos de155.- As operações de modernização da rede de carregadores elétricos atual iniciaram-se em abril, estando prevista ser concluída até Janeiro de 2018; Procedimento concluído relativo ao concurso público para a aquisição dos 100 postos de carregamento semirrápido, correspondentes à modernização da rede atual.	2017-2018 - Concretização dos projetos/candidaturas da MOBI.E ao POSEUR e materialização dos objetivos estabelecidos na RCM 49/2016 + 404 pontos de carregamento.- Início do pagamento da energia para a mobilidade elétrica nos postos de carregamento rápido.- Incentivar a adoção da mobilidade elétrica enquanto tecnologia essencial para uma efetiva descarbonização da economia.- Continuação da disponibilização de um conjunto de incentivos com o objetivo de promover o aumento do parque nacional de veículos elétricos, ano nível de particulares, empresas e Administração Pública.- 2018 – Lançamento de novo aviso do Fundo Ambiental para o apoio às entidades gestoras de sistemas com competências na área de dois ou mais municípios para os serviços de águas ou resíduos urbanos, visando a substituição da frota operacional por veículos 100% elétricos.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Mobilidade suave	Valorização do território	PNAC - Plano Nacional de Alterações Climáticas	PLANO DE INTERCONEXÃO DAS REDES CICLÁVEIS - Plano que visa identificar as prioridades de intervenção ao nível da rede ciclável com vista a assegurar a continuidade dos percursos em termos intermunicipais (financiamento Fundo ambiental - prazo de realização : dezembro 2017 a Maio 2018); UBIKE - Implementação dos processo de concurso para execução física do projeto	2018 - Concretização do Plano de interconexão da rede ciclável e execução física do projecto Ubike	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
1º Direito	Valorização do território			Aprovação do Decreto-Lei que cria o programa.	
Porta de Entrada	Valorização do território			Aprovação do Decreto-Lei que cria o programa.	
IFRRU 2020	Valorização do território	RCM n.º 84-O/2016 - DR n.º 250/2016, 2º Suplemento, Série I de 2016-12-30	Progressos em 2017: realização do concurso para seleção das entidades gestoras financeiras (Banco Santander, Banco BPI, Millennium BCP, Banco Popular e Sociedade Portuguesa Garantia Mútuo); Realização de sessões de esclarecimento em todas as CCDR; Assinatura de contratos de financiamento com o CEB e com o BEI; Celebração dos contratos com as entidades gestoras financeiras e obtenção do respetivo de visto prévio do Tribunal de Contas; Reuniões de articulação com as entidades gestoras financeiras para estabelecimento dos procedimentos; Lançamento oficial do IFRRU 2020 nem novembro; Elaboração de guias de apoio aos beneficiários que apresentam de forma simples e intuitiva o programa e como se candidatar; Assinatura de protocolo de colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas.	Está em curso uma ronda de apresentações do IFRRU 2020 em todas as regiões. Os próximos passos a realizar são os seguintes: Celebração de protocolo com AICEP com vista ao desenvolvimento de iniciativas que concorram para o investimento estrangeiro no âmbito da reabilitação e para o aumento das exportações; Implementação do Sistema de Informação;	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Reabilitar para arrendar	Valorização do território		O IHRU prosseguiu com a contratação de candidaturas já aprovadas e divulgação do Programa junto de potenciais interessados, nomeadamente através da celebração de protocolos de cooperação institucional entre o IHRU e os municípios. No final de 2017, já tinham sido assinados protocolos com 52 municípios, estando acordada a assinatura com mais 20 municípios. Foram também celebrados também 16 protocolos com misericórdias, associações, confederações e ordens profissionais do setor do projeto, construção e imobiliário.	O Programa «Reabilitar para Arrendar» foi criado em 2015 e continuará a ser implementado até 2020. Com vista a promover a sua aplicação pelos promotores, continuarão a ser adotadas medidas de dinamização, nomeadamente a celebração de protocolos com entidades nacionais e locais. A RCM que aprova a Nova Geração de Políticas de Habitação prevê a compatibilização deste instrumento com o Programa de Arrendamento Acessível, a adequação das condições de financiamento oferecidas às necessidades específicas deste modelo de negócio e a majoração dos apoios consoante o contributo das operações para as prioridades de política e função social.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Instrumentos para áreas urbanas	Valorização do território		No âmbito do Portugal 2020, foram submetidas 925 candidaturas de PEDU (centros urbanos de nível superior), cujo investimento total perfazia cerca de 625 M€. Das candidaturas submetidas, foram aprovadas 659 candidaturas, envolvendo um investimento total de 430 M€.	2016-2020 - Implementar o Programa.- A gestão dos «instrumentos para áreas urbanas» tem sido assegurada pelo MPI, pelo que é este o Ministério que está em melhores condições para antever os próximos passos.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Fundo Nacional Reabilitação do Edificado	Valorização do território	RCM n.º 48/2016, de 01 de setembro, que cria o FNRE; Decreto-Lei n.º 150/2017 que estabelece o regime especial de afetação de imóveis do domínio privado da administração direta e indireta do Estado ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado	Elaboração do Regulamento de Gestão; Definição da comissão de gestão e do regime tributário; Roadshow de divulgação do FNRE; Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da Fundiestamo para 2017; Manutenção na Lei do Orçamento de Estado para 2018 da norma que prevê a participação do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) no FNRE até um investimento global máximo de 50 000 000 €; Previsão na Lei do Orçamento de Estado para 2018 de que as empreitadas de reabilitação de imóveis que, independentemente da localização, sejam contratadas diretamente para o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado passam a beneficiar de taxa reduzida de IVA; Manutenção no OE 2018 da previsão que estabelece a participação do FEFSS no FNRE com um investimento global máximo de 50 M€ (Artigo 91.º) tal como aconteceu no OE 2017; Aprovação do diploma relativo à afetação ao FNRE de imóveis da administração direta e indireta do Estado (Decreto-Lei n.º 150/2017, de 6 de dezembro).	Consolidação da seleção dos ativos passíveis de integrar o FNRE (contactos com DGTf, ministérios, institutos públicos, câmaras municipais, misericórdias, Casa Pia, Estamo); Preparação do processo de receção da informação relativa aos imóveis da administração direta e indireta do Estado que se encontrem em situação de disponibilidade para integrar o FNRE (artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 150/2017, de 6 de dezembro); Aprovação do Regulamento de Gestão do FNRE pela CMVM; Alteração da portaria do FEFSS; Prevê-se que o primeiro subfundo seja criado durante o segundo trimestre de 2018.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Casa Eficiente	Valorização do território	Não aplicável.	Progressos em 2017: Consolidação de documentos base; Definição de especificações técnicas do Portal; Reuniões bilaterais com os potenciais intermediários financeiros; Início formal da fase de appraisal do Programa Casa Eficiente 2020 (vd http://www.eib.org/projects/pipeline/pipeline/20170127); Apreciação do Programa pelo BEI; Celebração do Protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental e a CPCJ para o desenvolvimento do Portal (2017-12-11); Celebração do Protocolo de Colaboração Financeira entre BEI e a CGD; Celebração do Protocolo de Colaboração Financeira entre o BEI e os restantes intermediários financeiros; Programação do portal "Casa Eficiente 2020";	Lançamento do Programa em Abril 2018 e divulgação.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Promover a descarbonização - Living Labs	Valorização do território		Início do estudo das soluções de implementação; Publicação do Despacho n.º 538-B/2017, de 9 de janeiro, que procede à definição no plano anual de atribuição de apoios e utilização das receitas do Fundo Ambiental, incluindo a previsão de 1 M€ para os Living Labs (para 2017); - Candidaturas aprovadas em 12 municípios (1 por município); Setembro 2017 - Seleccionadas 12 das 35 candidaturas ao concurso de ideias. As 12 candidaturas receberam 80 mil € para o desenvolvimento do Plano de Implementação para o Laboratório Vivo; Dezembro de 2017 – Entrega dos 12 Planos de Implementação, validação e pagamento do valor de financiamento no valor total de 960 mil €. Dezembro 2017 / Janeiro 2018 – Avaliação dos 12 planos de implementação, com exclusão de 2 planos – Figueira da Foz e Barcelos - por não atingirem a avaliação mínima.	2017-2020 - Criar os Living Labs. – Implementação dos 10 projetos que passaram à fase 2 (fase de implementação). Verba prevista de cofinanciamento para 2018 de 4 M€.	Não se aplica
Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização do território		Desbloqueio dos fundos comunitários, com a correta transposição da diretiva 2010/31/UE de desempenho energético de edifícios (através do Decreto-Lei n.º 28/2016, de 23 de junho); Lançamento dos concursos para apoio do Portugal 2020- Para a Administração Central, o concurso decorre entre 30.09.2016 e 13.04.2017 com uma dotação de 100 M€. Cada projeto pode candidatar-se a um valor máximo de 5 milhões de euros. A taxa máxima de cofinanciamento Fundo de Coesão das operações a aprovar é de 95%, sendo que a subvenção tem uma natureza reembolsável, através da entrega de 70 % das poupanças energéticas líquidas anuais. O concurso é lançado para apoiar projetos de intervenções que visem o aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração central (e.g. isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas; envolvente envidraçada dos edifícios; sombreamento; sistemas técnicos instalados; iluminação interior e exterior; gestão de consumos de energia), bem como intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração central para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética (solar térmico e produção FER).	2017-2020 - Implementar os projetos cofinanciados de eficiência energética na Administração Pública.OUTRAS MEDIDAS:- Concretizar uma Campanha de sensibilização dirigida à Administração Pública Central, a realizar pela ADENE - Agência para a Energia. (2017-2018) - Programa de prémios de inovação para a eficiência energética na Administração Pública Central e Local – Incentivos no quadro da eficiência energética dirigido aos serviços e organismos da Administração Pública (central e local) que durante o ano de 2017 apresentem maiores reduções de consumo energético, podendo-lhe ser atribuídos incentivos orçamentais no ano de 2018.- Implementar, a nível nacional, o conceito de 'edifício de necessidades quase nulas' (nZEB, sigla inglesa para nearly Zero Energy Buildings). (2017-2020)- Implementar uma ferramenta de gestão de consumos de energia das entidades públicas (novo Barómetro de Eficiência Energética). (2017)- Introduzir maior atratividade no recurso a 'Contratos de Gestão de Eficiência Energética' por parte das entidades da A.P., nomeadamente através do desenvolvimento de uma metodologia alternativa de enquadramento orçamental ou da criação de um mecanismo de estímulo à celebração de contratos de gestão de eficiência energética. (2017-2018)- Desenvolver novas abordagens, para além da figura dos contratos de gestão de eficiência energética, para a implementação do Programa Eco.AP. (2017-2018).	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Remover amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos	Valorização do território	Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro. Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (artigo 164.º)	Criação de um Grupo de Trabalho, em maio de 2016, que conta com a participação de todos Ministérios, sendo coordenado pelo Ministério do Ambiente; Apresentação de relatórios, em setembro de 2016 e março de 2017, relativos ao diagnóstico da situação, plano de ação e execução; Atualização do diagnóstico da situação, com o apoio das ações de formação promovidas, no decurso do Grupo de Trabalho, pelo Instituto Ricardo Jorge, tem sido notório, com o diagnóstico em mais 2660 edifícios, 6202 no total, face aos 3542 edifícios avaliados entre 2011 e 2015, dos quais 2357 com avaliação completa e não apenas presumtiva (face a 339 entre 2011 e 2015); Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2017, de 8 de junho, publicada em Diário da República a 7 de julho - Aprova os termos das iniciativas relacionadas com o diagnóstico, monitorização, substituição, remoção e destino final de amianto; Negociação com o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, o que garantiu um financiamento de 75% do valor total necessário à remoção de amianto nos edifícios, instalações ou equipamentos onde se prestam serviços públicos.	Conclusão da remoção de amianto em 86 edifícios que foram classificados como prioritários, para além dos 166 já concluídos; 2017-2018 - Celebração do Contrato de Financiamento com o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa com vista à remoção de amianto nos edifícios, instalações ou equipamentos onde se prestam serviços públicos; 2018-2020 - Concluir a remoção do amianto em todos os edifícios onde se prestam serviços públicos.	Não se aplica
Compras públicas ecológicas	Valorização do território	Aprovação da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho. Aguarda publicação do despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde, do planeamento e infraestruturas e do ambiente, relativo às formas de articulação e coordenação operacional adequadas à realização dos objetivos da ENCPE 2020.	Aprovação da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE) através da RCM 38/2016, de 29 de julho; Aprovação do despacho que define as formas de articulação e coordenação operacional adequadas à realização dos objetivos da ENCPE 2020 (Despacho n.º 2568/2017, de 28 de março); Lançamento do portal sobre a ENCPE; Arranque do desenvolvimento dos critérios ENCPE para os GT prioritários: Edifícios de escritórios, Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEE) na saúde, iluminação pública e sinalização rodoviária, Papel de cópia e papel para usos gráficos, Produtos alimentares e serviços de catering, transportes	2017 - 2020 - Implementação da ENCPE 2020; Prioritização nos critérios associados a áreas-chave (designadas na coluna anterior), considerando as orientações dadas a nível Europeu (e não só); Em paralelo, desenvolvimento de projetos piloto de compras públicas circulares (articulação com Fundo Ambiental).	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 4 Energia renovável: 31%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos	Valorização do território	PERSU 2020 e Diretivas -aterro e resíduos de embalagens	Os constrangimentos verificados nos últimos dois anos, quanto à mobilização de financiamento do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), que condicionaram a execução atempada de investimentos no setor, nomeadamente na recolha seletiva e infraestruturas de tratamento de resíduos urbanos, foram ultrapassados; Aprovação de 56 candidaturas no âmbito do Aviso POSEUR-11-2015-18 relativo à promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos, a que corresponde um valor de fundo de apoio de 126 M€; Despacho n.º 294/2018, publicado a 5 de janeiro, que determina a revisão extraordinária do PERSU 2020, face às alterações substanciais verificadas no enquadramento nacional e comunitário, nomeadamente às alterações de metas de gestão de resíduos urbanos previstas para o período de pós -2020; Criação de um grupo de trabalho, cuja missão é assegurar o processo de revisão do PERSU 2020, focado numa dimensão prospetiva, face às metas previstas ao nível da União Europeia para o período pós -2020, com a consequente redefinição do alinhamento estratégico do plano em vários domínios, nomeadamente no que respeita aos modelos técnico -económicos de gestão, conducentes à transição para uma economia circular.	2018 - 2020 - Execução das candidaturas aprovadas, no âmbito do Aviso POSEUR 11-2015-18 relativo à promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos.Avaliação quantitativa e qualitativa da eficiência das TMB e do seu real contributo para as metas nacionais de gestão de resíduos urbanos.Estudo de opções técnicas para a valorização de CDR e da "fração resto", obtidas a partir de resíduos processados em TMB; Avaliação das medidas a implementar, conducentes ao aumento da taxa de processamento de resíduos urbanos, que passará por minimizar a Fração Resto das TMB e incrementar a qualidade do Combustível Derivado de Resíduos (CDR), promovendo a sua valorização energética e evitando-se a sua deposição em aterro; O grupo de trabalho criado para a revisão do PERSU 2020 deve apresentar, até 30 de abril de 2018, ao membro do Governo responsável pela área do ambiente, um relatório com as propostas de revisão do PERSU 2020.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 4 Energia renovável: 31%
Política dos 3R	Valorização do território	PERSU 2020; Diretivas aterro e resíduos de embalagens;	Aprovação de 56 candidaturas no âmbito do Aviso POSEUR-11-2015-18 relativo à promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos, a que corresponde um valor de apoio de 126 M€;- Abertura de Aviso POSEUR-11-2016-47 para Ações de Educação e Sensibilização de Valorização de Resíduos Urbanos (Pactos para o desenvolvimento e coesão territorial), aprovação de 1 candidatura a que corresponde um valor de 0,3 M de apoio.-Abertura de Aviso-Convite POSEUR-11-2016-79 para ações de educação e sensibilização de valorização de resíduos urbanos previstas nos Pactos para o desenvolvimento e Coesão Territorial – NUTS II Norte e Alentejo, aprovação de 1 candidatura a que corresponde um valor de 0,1 M de apoio.- Abertura de Aviso POSEUR-11-2017-21 para ações de educação e sensibilização com vista à valorização de resíduos urbanos, com aprovação de 13 candidaturas a que corresponde um valor de apoio de 1,2 M€;- Abertura de aviso POSEUR-11-2017-22 destinado à promoção de sistemas inovadores que se destinem a aumentar a recolha seletiva de resíduos urbanos valorizáveis, com 30 candidaturas em análise, a que corespode um apoio solicitado de 16 M€.- Elaborado o Relatório de Avaliação do PERSU 2020 (ano de 2016), pelo Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020, que evidencia uma evolução positiva, mas ainda insuficiente para o cumprimento das metas de 2020, concluindo assim pela necessidade de revisão da estratégia nacional para os resíduos urbanos.- Publicado o Despacho n.º 294/2018, a 5 de janeiro, que determina a revisão extraordinária do PERSU 2020, face às alterações substanciais verificadas no enquadramento nacional e comunitário, nomeadamente às alterações de metas de gestão de resíduos urbanos previstas para o período de pós -2020; Criação de um grupo de trabalho, cuja missão é assegurar o processo de revisão do PERSU 2020, focado numa dimensão prospetiva, face às metas previstas ao nível da União Europeia para o período pós -2020.	2018-2020 - Execução das candidaturas POSEUR aprovadas- O Grupo de trabalho para a revisão do PERSU 2020, encontra-se a identificar as medidas a ajustar, em matéria de recolha seletiva de resíduos de embalagens e de resíduos biodegradáveis, prevenindo-se a produção de plásticos e incrementando-se a economia circular que potencie as soluções de reutilização e de reciclagem de resíduos.- O grupo de trabalho criado para a revisão do PERSU 2020 deve apresentar, até 30 de abril de 2018, ao membro do Governo responsável pela área do ambiente, um relatório com as propostas de revisão do PERSU 2020.- De acordo com o previsto na Lei do Orçamento de Estado 2018, foi constituído pelo Despacho n.º 1316/2018, de 7 de fevereiro, o Grupo de Trabalho com a missão de avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil, prevendo-se a entrega de relatório final até 31 de maio de 2018.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 4 Energia renovável: 31%
SIGRE	Valorização do território	legislação e licenças SIGRE; Publicação do Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro, que procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos; Publicação do Despacho n.º 14202-C/2016, de 29 de novembro, fixa o modelo de contrapartidas financeiras da recolha seletiva e indiferenciada.	Publicação do Despacho n.º 14202-E/2016, de 25 de novembro, que concede à Sociedade Ponto Verde, S.A., a licença para gestão de um sistema integrado de resíduos de embalagens, válida até 31.12.2021; Publicação do Despacho n.º 14202-D/2016, de 25 de novembro, que concede à Novo Verde, S.A., a licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de embalagens, válida até 31.12.2021; - Publicação do Despacho n.º 6907/2017, de 9 de agosto, que concede à Amb3S — Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, a licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de embalagens, válida até 31.12.2021. Consolidação de legislação em matéria de resíduos – Projeto Unilex: Concentra os regimes jurídicos anteriormente dispersos por 39 diplomas legais e quatro diretivas, estabelecendo, num único "código", as regras a que fica sujeita a gestão dos fluxos específicos de resíduos de embalagens, de óleos usados, de pneus usados, de equipamentos elétricos e eletrónicos, de pilhas e acumuladores e de veículos em fim de vida, todos eles abrangidos pelo princípio da responsabilidade alargada do produtor. A iniciativa legislativa inscreve-se no quadro do programa de simplificação e consolidação legislativa que o Governo tem vindo a promover. Publicado o Decreto-Lei nº 152-D/2017 de 11 de dezembro, que unifica o regime da gestão de resíduos UNILEX.	Medida concretizada.	Não se aplica
Fiscalidade Verde	Valorização do território	Sistema Nacional de Políticas e Medidas (RCM 45/2016, 16/8); Programa Nacional para as Alterações Climáticas (RCM 56/2015, 30/7)	a) Eliminação faseada da isenção aplicável ao imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) aplicável ao carvão e coque de carvão utilizado para a produção de eletricidade e cogeração e aplicação crescente da taxa de carbono - Art.º 251.º LOE 2018 b) Constituição de um Grupo de Trabalho para rever a fiscalidade que incide sobre a energia - Art.º 288 LOE 2018 (Despacho n.º 2834/2018, DR 2.ª série N.º 56, de 20/3); c) Manutenção em 2018 do preço de carbono de referência usado na determinação da taxa de carbono relativo a 2017 - Portaria 384/2017, de 28/12; d) Criação do Grupo de Trabalho com a missão de avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil, previsto no artigo 50.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Despacho n.º 1316/2018, de 7/2;e) Revisão do Código Fiscal do Investimento através de incentivo ao investimento em investigação e desenvolvimento de produtos com conceção ecológica, alterado pelo Art.º 284º da LOE 2018;f) Manutenção do Incentivo pela introdução no consumo de veículos de baixas emissões, alargando aos veículos de duas rodas e ciclomotores elétricos, previsto no artigo 214.º da LOE 2018; - Publicação do Despacho n.º 538-B/2017, de 9/1 e Aviso do Fundo Ambiental, relativo ao incentivo pela introdução no consumo de veículos de baixas emissões; g) Incentivo ao car e bike sharing prevista na LOE 2018 (Art.º 230 LOE 2018)	31 julho 2018 - Relatório de diagnóstico e propostas de medidas de atuação, incluindo prazos de execução, no âmbito do Grupo de Trabalho para análise da fiscalidade que incide sobre a energia;31 maio 2018 - Relatório de diagnóstico e propostas de medidas de atuação, incluindo prazos de execução, no âmbito do Grupo de Trabalho para avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos;	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 4 Energia renovável: 31%
Plano Ferrovia 2020	Valorização do território	PETI 3+; Ferrovia 2020	Lançamento dos avisos de apoio do Portugal 2020 às infraestruturas ferroviárias; Obras em curso: • Linha do Douro: Calde / Marco • Linha do Norte: Alfairoles / Pampilhosa e Valadares/Gaia • Linha do Minho: Nine / Viana; Linha da Beira Alta: Luso-Trezóis; Linha da Beira Baixa: Covilhã-Guarda; Corredor Internacional Sul: Elvas-Fronteira. No total, encontram-se em obra mais de 200 KM de linhas ferroviárias, envolvendo um investimento superior a 135M€. Concursos para obras lançados em 2017-2020: Corredor Internacional Sul: Évora-Caia.	Obras a concluir: Linha do Norte: Alfairoles / Pampilhosa e Valadares/Gaia • Linha do Minho: Nine / Viana; Linha da Beira Alta: Luso-Trezóis; Consignações de obras: Corredor Internacional Norte: •Linha do Minho: Viana/Valença. Lançamento de concursos para obras em 2017-2020: Corredor Norte/Sul:• Linha do Norte: Espinho / Gaia Corredor Internacional Norte; • RIV no troço Guarda -Vilar Formoso entre Guarda e Cerdeira; •Mangualde / Guarda - Subtroço Vila Franca das Naves (excl.) - Guarda (excl.). Outras obras em preparação: Corredor Norte/Sul:• Linha do Norte:Ovar/Espinho • Corredor Internacional Sul: Évora / Évora norte • Linha do Oeste: Meleças / Caldas • Linha do Algarve: Elettrificação dos troços Tunes/Lagos e Faro/Vila Real de Santo António • Linha do Oeste: Meleças / Caldas.	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 4 Energia renovável: 31%
Desenvolver a atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização do território		A candidatura ao Plano Junker foi apresentada em julho 2016.A pedido do BEI, a candidatura foi reformulada com fundamentação mais detalhada e inclusão dos estudos de avaliação económica (setembro de 2016). Foram concluídas as negociações com o BEI/CEB, tendo sido assinado o protocolo de financiamento para o Programa Nacional de Regadios, no montante de 280 milhões de euros.	Início da execução das obras do Programa.	Não se aplica
Valorizar o potencial económico do interior	Valorização do território	Portaria n.º 105/2017, de 10 de março	Publicação do regulamento específico do SIZ. Encontram-se já lançados 103 Avisos de Abertura de Candidatura no Portugal 2020, tendo sido rececionadas perto de 9.000 candidaturas com um investimento associado de 800 milhões de euros.	Na sequência da conclusão do período de receção de candidaturas, entra-se na fase de seleção e posteriormente implementação dos projetos que vierem a ser aprovados.Face à enorme procura registada, esta medida será objeto de reforço orçamental em sede de reprogramação.	1 Taxa de emprego: 75%
Janela Única Logística (JUL)	Valorização do território	Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro, que aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente — Horizonte 2026	Adjudicada a implementação da JUL a um consorcio nacional a 2 de Março 2018 e o Início da Construção do Modelo de Referencia Nacional na mesma data.	Primeiro Projeto Piloto Concluído no 1. Trimestre 2019. Fim da Implementação do Projeto em todos os portos a 30-09-2019	Não se aplica
Estratégia de Aumento da Competitividade Portuária – Horizonte 2026 (anterior Plano Portuário 2020)	Valorização do território	Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro, que aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente — Horizonte 2026	Preparação do diploma legal que aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente — Horizonte 2026, com o objetivo de contribuir para a retoma do investimento, para a redução dos custos de contexto e para o relançamento da economia, transformando o potencial existente em crescimento económico e emprego reais.	Candidaturas aos FEEI. Lançamento de concursos para projetos, estudos de impacte ambiental, e obras em 2018.	1 Taxa de emprego: 75%
Promover o transporte marítimo e o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização do território	Projeto de diploma legal concluído.	Relatório de Benchmarking concluído. Proposta de Lei de autorização legislativa e respetivo decreto-lei autorizado aprovado em Conselho de Ministros e submetida à Assembleia da República. Foi ainda solicitado parecer à Comissão Europeia por se tratar de um diploma com benefícios fiscais que constituem medidas de auxílios de Estado.	Publicação do diploma no 1º semestre 2018.	1 Taxa de emprego: 75%
Estratégia Industrial para as Energias Oceánicas	Valorização do território	Aprovação da zona piloto em Viana do Castelo para a instalação do parque edílico offshore flutuante Windfloat Atlantic. Aprovação do financiamento para o cabo de ligação offshore.- Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017, de 24 de novembro, que aprova a Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceánicas (EI-ERO)	Aprovado o Plano de Ação para as Energias Renováveis Oceánicas (Plano de Ação EI -ERO) que define trêsgrandes linhas de ação: Linha de Ação 1 — Estimular a I&D e a Inovação Industrial de Valor Acrescentado; Linha de Ação 2 — Criar apoios para acelerar as exportações de tecnologias energéticas renováveis oceánicas através do reforço da capacidade empresarial nacional via atração de investimento privado, simplificação administrativa e do apoio ao fomento de produtos e serviços inovadores; Linha de Ação 3 - Realização de iniciativas de Investor Intelligence para as Energias Renováveis Oceánicas - Criação de um grupo de trabalho constituído por entidades da administração pública, associações empresariais representativas, empresas, centros de I&D.	Plano de Ação para as Energias Renováveis Oceánicas (Plano de Ação EI -ERO)	1 Taxa de emprego: 75%
Observatório do Atlântico (anterior Centro de Excelência do Atlântico)	Valorização do território	Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2017, de 24 de novembro, que dertermina a constituição da Comissão Instaladorado Observatório do Atlântico.	A missão da Comissão Instaladora visa definir as medidas e os instrumentos necessários à criação, instalação e operacionalização do Observatório do Atlântico, bem como a apresentação da estimativa dos encargos necessários à sua instalação e funcionamento. Definidos e sistematizados os objetivos da Observatório do Atlântico; Realizada a primeira reunião da Comissão Instaladora a 16 de março de 2018	No prazo de dois meses após a primeira reunião da Comissão Instaladora apresentação um plano de ação para o restante período. - No prazo de seis meses após a primeira reunião da Comissão Instaladora apresentação do Relatório com proposta de criação, instalação e operacionalização do Observatório do Atlântico	2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Fundo Azul	Valorização do território	Decreto-lei nº 16/2016, de 9 de março (Fundo Azul); Portaria nº344/2016, de 30 de dezembro (Regulamento)	Preparação e publicação de 6 anúncios para apresentação de candidaturas ao Fundo Azul: Edital 1 - Novos Empreendedores do Mar; Edital 2 - Energias Renováveis Oceánicas; Edital 3 - Novos Empreendedores do Mar; Edital 4 - Segurança Marítima; Edital 5 - Biotecnologia Azul; Edital 6 - Monitorização e Proteção do Ambiente Marinho - Valor Global 13,6 Milhões € (10 Milhões € Economia do Mar; 2 Milhões € Pesquisa; 1 Milhão €Monitorização; 600 Mil € Segurança Marítima)	Análise das candidaturas e financiamento das operações aprovadas.	2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Melhorar as condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias	Valorização do território	Regulamentação Europeia e nacional de implementação do FEAMP; Legislação nacional relativa à pesca.	Publicadas todas as Portarias do programa Operacional MAR2020; Regulamentação da pesca da sardinha; Aprovadas a nível da UE medidas excecionais de descarga de carapau com tamanho inferior ao mínimo pela Xávega.	Assegurar a realização regular de campanhas científicas para estimativa do estado dos recurso e implementação das medidas adequadas à sua exploração sustentável.Implementar, na sequência da publicação da legislação europeia, medidas complementares para a pesca com xávega.	1 Taxa de emprego: 75%

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendrarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Apostar na Aquicultura	Valorização do território	Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, que aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores; Despacho n.º 1608/2018, de 15 de fevereiro, que determina a elaboração do Plano para Aquicultura em Águas de Transição.	Publicado o novo regime jurídico e implementado o balcão único. Aprovados 79 projetos com 44,2 M€ de apoio público.	Aprovar projetos de investimento produtivo e de inovação já apresentados no âmbito do Programa Mar 2020; Aprovar o Plano para Aquicultura em Águas de Transição.	1 Taxa de emprego: 75%
Dinamização turística das casas de abrigo e casas florestais	Valorização do território	ET27	Constituição de fundo de investimento imobiliário turísticoIdentificação dos imóveis a integrar programa	Criação da rede e marca das casas de turismo de natureza; Integração das casas de abrigo no fundo imobiliário; Colocação das casas no mercado	1 Taxa de emprego: 75%
Políticas activas para a gestão participativa e colaborativa de áreas protegidas	Valorização do território	Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade; Lei orgânica do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade	Celebração do Protocolo de Colaboração do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), por um período de dois anos, envolvendo sete parceiros: ICNF, 3 Municípios, Quercus, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Associação Empresarial da Beira Baixa; Celebração, em 2018, de um protocolo para dotar o Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI de assistência técnica em exclusividade, prevendo-se que o plano de implementação esteja concluído até final de março; Dinamização das ações previstas no protocolo de colaboração do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI, tendo sido promovidas 6 reuniões dos órgãos de gestão.	Prossecação das ações previstas no Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI; Avaliação do modelo de gestão do PPNTI, produção de recomendações e ponderação da sua possível replicação às restantes áreas protegidas.	Não se aplica
Políticas ativas de conservação da natureza	Valorização do território	Planos Especiais das Áreas Protegidas; - Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas; - Diretivas Aves e Habitats; - Regime Jurídico do Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) - Decreto-Lei n.º 121/2017, de 20 de setembro; - Regime Jurídico sobre o Acesso e Partilha de Benefícios na utilização de Recursos Genéticos e do conhecimento tradicional associado à sua utilização - Decreto-Lei n.º 122/2017, de 21 de setembro; - Portaria n.º 335/2017, de 6 de novembro - Define as regras para o pagamento da indemnização por danos causados diretamente pela ação do lobo-ibérico; - Despacho n.º 9727/2017, de 8 de novembro - Plano de Ação para a Conservação do Lobo-Ibérico em Portugal (PACLobo); - Despacho n.º 9728/2017, de 8 de novembro - Fixa os valores máximos de indemnização por animal por danos causados pelo lobo ibérico; - Resolução de Conselho de Ministros n.º 167/17, de 2 de novembro, relativa aos projetos de prevenção estrutural contra incêndios e de restauro nos Parques Naturais do Douro Internacional, de Montesinho e do Tejo Internacional, na Reserva Natural da Serra da Malcata e no Monumento Natural das Portas de Ródão.	Elaboração de proposta de delimitação de 4 Sítios de Importância Comunitária em meio marinho e elaboração dos respetivos Planos de Gestão; - Revisão do regime jurídico da conservação do lobo-ibérico e aprovação do respetivo Plano de Ação; Lançamento de Concursos Públicos Internacionais para designação das Zonas Especiais de Conservação; - Conceção do projeto relativo à 11 Reservas da Biosfera, tendo sido dado início à preparação da Concept Note; Elaboração da proposta da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030; Implementação do Plano-Piloto e do Plano de Valorização do Parque Nacional da Peneda-Gerês; Elaboração técnica dos 14 Programas Especiais das Áreas Protegidas; Reforço da vigilância nas áreas protegidas através da contratação de 20 novos vigilantes da natureza e do lançamento do procedimento concursal para contratação de mais 30 vigilantes; Aprovação das alterações ao Regime Jurídico do Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção; -Aprovação do Regime Jurídico sobre o Acesso e Partilha de Benefícios na utilização de Recursos Genéticos e do conhecimento tradicional associado à sua utilização; Elaboração e apresentação das candidaturas relativas à proteção e restauro de espécies e habitats prioritários em cinco áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas- Parques Naturais do Douro Internacional, de Montesinho e do Tejo Internacional, na Reserva Natural da Serra da Malcata e no Monumento Natural das Portas de Ródão; -Consolidação do Plano de Ação para as Aves Necrófagas; Aprovação de 51 operações para prossecução da prioridade de investimento do POSEUR referente à conservação da natureza, envolvendo um investimento de 21,5 M€ e um Fundo de Coesão de 18 M€ (2,6 M€ de Fundo de Coesão executados); Apreciação de 5 candidaturas no montante solicitado de 1,4 M€ e lançamento de 4 Avisos com a dotação global de 6,8 M€ de Fundo de Coesão.	- Aprovação da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e início da elaboração do respetivo Plano de Ação para a Conservação da Natureza e Biodiversidade XXI; - Conclusão do processo de delimitação de Sítios de Importância Comunitária em meio marinho, elaboração dos seus Planos de Gestão e definição de Zonas Especiais de Conservação; - Aprovação das 4 Portarias respeitantes à execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES); - Aprovação de novo regulamento relativo à introdução na natureza de espécies exóticas; - Aprovação do Plano de Ação para as Aves Necrófagas; - Prossecução da execução dos projetos do Plano-Piloto do Parque Nacional da Peneda-Gerês e do Plano de Valorização do Parque Nacional da Peneda-Gerês; - Reforço das equipas de vigilantes da natureza; - Elaboração e aprovação dos programas especiais no âmbito da recondução dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas; - Elaboração dos Planos de Gestão para designar as Zonas Especiais de Conservação; - Aprovação e concretização do projeto EEA Grants relativo às 11 Reservas da Biosfera; - Acompanhamento da execução dos projetos financiados pelo POSEUR e dos projetos promovidos no âmbito do Programa Life; - Acompanhamento da execução das candidaturas referentes aos projetos para proteção e restauro de espécies e habitats prioritários em cinco áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (Douro Internacional, Montesinho, Tejo Internacional, Serra da Malcata e Monumento Natural das Portas de Ródão).	Não se aplica
Defesa do Litoral	Valorização do território	POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira; - POC - Programas da Orla Costeira; Plano de Ação Litoral XXI.	- Conclusão da elaboração do documento de referência e atuação do litoral - Plano de Ação Litoral XXI; - Aprovação do POC Ovar-Marinha (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto) e desenvolvimento dos procedimentos relativos à elaboração dos restantes Programas da Orla Costeira (POC Caminha - Espinho, POC Alcobaça - Cabo Espichel, POC Cabo Espichel - Odeceixe, POC Odeceixe - Vilamoura e POC Vilamoura - Vila Real de Santo António), passando Portugal Continental a dispor de instrumentos de planeamento e programação harmonizados e atualizados para a gestão e salvaguarda de recursos e valores naturais de expressão nacional e assegurar a boa implementação do sistema de gestão territorial; - Aprovação/homologação do Projeto de Intervenção e Requalificação (PIR) da Culatra a 26/06/20107 pelo Senhor Ministro do Ambiente; - Preparação e aprovação da alteração (Proposta de Lei 98/XIII) ao regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não-titulares; - Celebração de um protocolo de colaboração técnica e financeira, entre o Fundo Ambiental e o IHRR, no âmbito de projetos de realojamento das primeiras habitações dos pescadores da Ria Formosa; - Acompanhamento da ação de Renaturalização dos Núcleos dos Hangares e do Farol Nascente, na Ilha da Culatra; - Acompanhamento do lançamento dos procedimentos concursais relativos aos projetos de gestão de informação, de reforço do conhecimento e da monitorização da zona costeira (projetos COSMO, CHIMERA e SIARL);- Lançamento do 6º Aviso do Litoral no âmbito do POSEUR, com destaque para a aprovação das intervenções relativas ao "Desassoreamento da ria de Aveiro" e da "Alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira". Com os 6 Avisos lançados no âmbito do objeto específico "Proteção do litoral e das suas populações face a riscos, especialmente erosão costeira", foi possível aprovar 47 operações, envolvendo um investimento global de 110 M€ e um Fundo de Coesão de 90 M€, dos quais 14 M€ de Fundo de Coesão foram executados.	- Conclusão do processo de aprovação dos Programas da Orla Costeira (POC); - Implementação do novo modelo de governação do litoral; - Acompanhamento da concretização das intervenções programadas para o litoral; - Operacionalização do Plano de Ação Litoral XXI, com destaque para a concretização das ações programadas na tipologia "Proteção Costeira em zonas de Risco" e classificadas com prioridade elevada, face à avaliação da premência da sua execução, das disponibilidades financeiras existentes e dos recursos técnicos disponíveis; - Acompanhamento dos processos de liquidação das sociedades Polis Litoral, assegurando a transferência das empreitadas em execução para além do horizonte temporal da liquidação para a entidade competente.	Não se aplica
Rios e zonas inundáveis	Valorização do território	Publicação da RCM de aprovação dos PGRI	Aviso POSEUR-10-2016-49 para intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos com uma dotação máxima de Fundo de Coesão de 30 M€, tendo sido aprovadas 9 candidaturas a que corresponde um valor de 37 M€, todas com execução prevista a finalizar em 2018;Aviso POSEUR 10-2017-13 (3º Aviso) relativo ao mesmo âmbito, com 16 candidaturas aprovadas e fundo de apoio disponibilizado de 23 M€. Celebração de Protocolo entre os municípios afetados pelos incêndios de junho de 2017 e o Ministério do Ambiente para o apoio do Fundo Ambiental no valor de 4,3 M€ para a reabilitação das linhas de águas nesses municípios, para obviar a constrangimentos de escoamento e arrastamento anormal de solos na próxima época de chuvas, donde foram realizados 2,4 M€. Foi ainda decidido na RCM nº 11-A/2018 afetar 12M€ a APA para a reabilitação das linhas de águas nos municípios afetados pelos incêndios de outubro de 2017, para obviar a constrangimentos de escoamento e arrastamento anormal de solos na próxima época de chuvas. Foram ainda disponibilizados pelo Fundo Ambiental 1,2M€ a executar por diversos municípios na recuperação/manutenção de recursos hídricos através de projetos candidatados ao extinto FPRH	2017-2019 - Execução das candidaturas aprovadas2017-2018 – Apoio do Fundo Ambiental no valor de 16,3 M€ para a reabilitação das linhas de águas nos municípios afetados pelos incêndios de julho e outubro de 2017, para obviar a constrangimentos de escoamento e arrastamento anormal de solos na próxima época de chuvas;Está ainda prevista a atribuição a diversos projetos municipais de regularização de linhas de água a executar entre 2018 e2019 no valor de 6,5M€ atavé de verbas do Fundo Ambiental.Está ainda previsto o Fundo Ambiental lançar um aviso no valor de 3M€ para adaptação do território às alterações climáticas- recursos hídricos em que os beneficiários serão os municípios para projetos emblemáticos nesta área.(No seguimento da identificação das 22 zonas críticas de inundação previstas na carta de zonas inundáveis "Water Information System for Europe- WISE" acessível pelo link http://niamb.apambiente.pt/Diretiva60CE2007/ foram concluídos os Planos de Gestão de Riscos e Inundações (PGRI) que definem, para cada Região Hidrográfica as medidas estruturais de natureza estratégica a implementar em matéria de cheias e inundações. Neste contexto importa concretizar as intervenções de natureza infraestrutural previstas nos PGRI que assumem prioridade estratégica e com efeitos determinantes na prevenção ou minoração dos efeitos de catástrofes.)	Não se aplica
Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)	Valorização do território	Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro.	Execução do PNCT em curso, segundo uma metodologia transversal, através da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) - que assegura a articulação entre as entidades envolvidas na implementação das medidas e a monitorização das iniciativas - envolvendo os vários ministérios, o Conselho Consultivo da UMVI (incluindo os parceiros da concertação social) e os agentes presentes no território, designadamente as autarquias locais, as comunidades intermunicipais, as instituições de ensino superior, as associações empresariais e as associações de desenvolvimento local, entre outros.	Continuação da execução do PNCT, segundo uma metodologia transversal, através da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) - que assegura a articulação entre as entidades envolvidas na implementação das medidas e a monitorização das iniciativas -, envolvendo os vários ministérios, o Conselho Consultivo da UMVI (incluindo os parceiros da concertação social) e os agentes presentes no território, designadamente as autarquias locais, as comunidades intermunicipais, as instituições de ensino superior, as associações empresariais e as associações de desenvolvimento local, entre outros. Através do sítio eletrónico www.pnct.gov.pt , é possível acompanhar a implementação do Programa.No primeiro semestre de 2018 será feito um balanço global da execução do PNCT com as várias áreas da governação, serão identificados os ajustamentos necessários às medidas em curso e às previstas, apontadas as insuficiências e identificadas novas medidas a desenvolver.	1 Taxa de emprego: 75%; 6 Abandono escolar precoce: 10%; 8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Acelerar a transição para uma economia circular	Valorização do território	Fechar o Ciclo - Plano de Ação da União Europeia para a Economia Circular;Despacho n.º 538-B/2017, de 9 de janeiro;Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017 de 11 de dezembro	a) Fundo Ambiental (2017) €1 Milhão de apoio a projetos de Economia Circular; b) constituição de grupo interministerial para elaboração do Plano de Ação para a Economia Circular e interação com grupos de Interesse Internacionais e nacionais, apresentação em conselho de ministros, entrada em consulta pública, discussão pública e publicação em RCM n.º 190-a/2017 de 11 de dezembro; c) workshops ECO.NOMIA – banca, PME, agricultura e floresta, construção – e 2 roadshows empresariais; d) EEA Grants, elaboração do Concept Note: programa ECO.CONSTROI de economia circular na construção; e) Aprovação Regulamento FITEC - Fundo para a Inovação, Tecnologia e Economia Circular (MECON/MCTES); f)Protocolo do Fundo Ambiental com CCDR para o desenvolvimento das Agendas de Transição para a Economia Circular; g) PAEC integrado na plataforma da Comissão Europeia de Economia Circular;	Agenda para a Investigação & Inovação 2030 - Economia Circular (MCTES); Abertura dos avisos de economia circular para as Juntas de Freguesia (JUNTAR), projetos piloto de compras públicas circulares e construção (GARANTE); Início dos trabalhos do Grupo de Coordenação do PAEC; Consolidação do apoio financeiro à Economia Circular; Desenvolvimento de protocolo para Acordos Circulares; Iniciar Ação 5 - Nova vida aos Resíduos;	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 4 Energia renovável: 31%; 5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Sistema de informação cadastral simplificada	Valorização do território	Lei n.º 78/2017 e Diploma 9-A/217 publicado em DR, Série 1, 212/2017 de 3 de novembro.	A Lei n.º 78/2017 cria um sistema de informação cadastral simplificada, com vista à adoção de medidas para a imediata identificação dos limites e titularidade dos prédios rústicos e mistos, que inclui o procedimento de representação gráfica georreferenciada e o procedimento especial de registo de prédio rústico e misto omisso, e cria também o Balcão Único do Prédio (BUIP). Foi iniciado o projeto-piloto, previsto na Lei, com a duração de um ano: 1 de novembro 2017 a 31 de outubro 2018, abrangendo 10 municípios do País.Foi publicado em DR, Série 1, 212/2017 a 3 de novembro de 2017 o Diploma que regula o sistema de informação cadastral simplificada (9-A/2017).	O Projeto piloto está disponível nos 10 municípios de Penela, Sertã, Prouença-a-Nova, Pampilhosa da Serra, Góis, Alfândega da Fé, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Caminha, desde 13 de novembro de 2017 e data prevista de termo em 31 de outubro de 2018.	Não se aplica
Apoiar os custos de arborização. Compensação pela perda de rendimento agrícola pela criação e manutenção de florestação	Valorização do território	Plano de Desenvolvimento Rural	Foram já aprovados 131 projetos	Execução do PDR2020 através da abertura de novos Concursos	Não se aplica
Apoiar os custos de implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	Valorização do território	Programa de Desenvolvimento Rural	Foram aprovados 31 projetos no montante de 2,099M€	Execução do PDR2020 através da abertura de novos Concursos	Não se aplica
Apoiar a prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território	Programa de Desenvolvimento Rural	Foram aprovados 343 projetos no montante de 33,774 M€.	Execução do PDR2020 através da abertura de novos Concursos	
Apoiar a reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território	Programa de Desenvolvimento Rural	Foram aprovados 288 projetos no montante de 31,336 M€	Execução do PDR2020 através da abertura de novos Concursos	Não se aplica
Apoiar investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Valorização do território	Programa de Desenvolvimento Rural	Foram aprovados 258 projetos no montante de 21,9 M€	Execução do PDR2020 através da abertura de novos Concursos	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%
Melhoria do valor económico das florestas	Valorização do território	Plano de Desenvolvimento Rural	Foram aprovados 447 projetos no montante de 12 M€	Execução do PDR2020 através da abertura de novos Concursos	1 Taxa de emprego: 75%
Apoiar os investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	Valorização do território	Programa de Desenvolvimento Rural	Foram aprovados 42 projetos no montante de 6,7 M€	Execução do PDR2020 através da abertura de novos Concursos	2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Instrumento de gestão e mobilização do património rústico fundiário do Estado (antigo Banco de Terras)	Valorização do território	Lei da AR a aprovar	n.a	Discussão e votação do Projeto de Lei na AR	Não se aplica
Criar o Regime de Incentivos Fiscais (Atividade Florestal)	Valorização do território	Lei da AR a aprovar (Proposta de Lei 67/XIII)	n.a	Discussão e votação do Projeto de Lei na AR	Não se aplica
Criar Entidades de Gestão Florestal	Valorização do território	Decreto-Lei nº66/2017 de 12 de junho	Diploma aprovado em Conselho de Ministros de 21/03/2017		Não se aplica

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Reorganizar o setor das águas	Valorização do território	Decretos-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, 195/2009, de 20 de agosto, e 90/2009, de 9 de Abril. Publicação do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, que prevê a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações	No total de avisos do Ciclo Urbano da Água, foram aprovadas até agora 532 candidaturas, com um Financiamento Comunitário de 343 M€, a que corresponde um investimento total de 456 M€. Encontram-se 115 candidaturas em análise, com um fundo de apoio solicitado de 45 M€ e investimento associado de 64 M€. Aviso POSEUR-12-2017-05 em vigor até abril 2018, para entidades gestoras agregadas, com a dotação de 75 M€, destinado a entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que abranjam no mínimo 50.000 habitantes residentes e envolvam a totalidade da área territorial de 3 ou mais concelhos; Realização de reuniões periódicas com a totalidade dos Municípios, para acompanhamento da evolução dos trabalhos e estudos desenvolvidos; Elaboração de estudos técnicos e financeiros para a solução de agregação "em baixa" envolvendo os Municípios interessados; 47 dos 308 municípios portugueses já estão envolvidos em processos de agregação para a gestão do abastecimento de água "em baixa".	Execução das candidaturas aprovadas no âmbito do Ciclo Urbano da Água- 2017-2019; Manter e incrementar as políticas definidas para esta área reforçando o acompanhamento e implementação das candidaturas aprovadas e em aprovação, bem como a monitorização dos respetivos resultados; Realização de reuniões periódicas com a totalidade dos Municípios, para acompanhamento da evolução dos trabalhos e estudos desenvolvidos.	Não se aplica
Interligações Internacionais Rede Elétrica	Valorização do território		Em curso estudo bi-partido entre Portugal e Marrocos para construção de interligação; Finalizado o estudo de viabilidade tecnica-economica da interligação Portugal Marrocos irá ser apresentado em breve; Assinatura conetizada no âmbito da COP21 entre Marrocos, Portugal, Espanha, França e Alemanha para planeamento de progressiva integração dos mercados energéticos com o inevitável reforço das interligações entre a Península Ibérica e o resto da Europa.	Adjudicação para a construção da interligação Faro - Tanger nos 12 meses a seguintes à conclusão do estudo em curso.	Não se aplica
Revisão e Descida dos Preços do Mecanismo de Garantia de Potência	Valorização do território	Portaria n.º 41/2017,de 27 de janeiro - estabelece e operacionaliza um novo mecanismo de atribuição de reserva de segurança do Sistema Elétrico Nacional (SEN);Despacho n.º 1823-A/2017, de 1 de março, convoca o leilão o regime de remuneração da reserva de segurança relativo ao ano de 2017	Lançada a Portaria que estabelece e operacionaliza um novo mecanismo de atribuição de reserva de segurança do Sistema Elétrico Nacional (SEN) e oDespacho que convoca o leilão o regime de remuneração da reserva de segurança relativo ao ano de 2017.Realizou-se a 30 de março, o leilão de reserva de segurança do SEN para o ano de 2017, tendo sido apurado um preço de fecho de 4 775 €/MW, e adjudicado o total de volume colocado a leilão (1 766 MW). O leilão permitiu gerar uma poupança superior a 7,2 milhões de euros, o que pressupõe uma poupança de cerca de 56% daquele encargo, face ao que ocorreria com o anterior mecanismo de incentivo à disponibilidade.	Leilões regulares entre o 1º e 2º trimestre do ano n-1; O leilão referente a 2018 ainda não foi realizado.	5 Eficiência energética: consumo de energia primária de 22,5 Mtoe
Reforçar o peso da produção de eletricidade via energia solar não subsidiada	Valorização do território	Licenciamento de concessões para produção de energia solar	Estão aprovados 721MW de novas centrais, essencialmente no centro sul e sul do país.	Existem intenções de investimento adicional de mais de €2000 Mw	3 Emissão de gases com efeito de estufa: 1%; 4 Energia renovável: 31%
Criar o Operador Logístico de Mudança de Comercializador de Energia "Poupa Energia"	Valorização do território	Orçamento do Estado e legislação complementar	O OLMC já foi aprovado pelo Conselho de Ministros de 26 de janeiro de 2017, tendo entrado em vigor em Novembro de 2017. Esperam-se ganhos nas tarifas por quatro vias: Aumento da concorrência e dinamização dos preços de mercado; Contratação de propostas comerciais mais ajustadas a cada perfil de consumo (racionalização de despesas); Apoio em escolhas de consumo mais eficientes (promoção de um consumo mais racional); Otimização dos custos com as 2 plataformas distintas que existem atualmente e cujos custos vão às tarifas de eletricidade e de gás natural e, por essa via, pagos por todos os consumidores.	Desenvolvimento do portal "Poupa Energia" de modo a possibilitar a mudança de comercializador diretamente através do portal.	Não se aplica
Criar e Regularizar o Fundo dos Recursos Geológicos	Valorização do território		Encontra-se ainda em processo legislativo. O financiamento do fundo será assegurado pelos rendimentos do próprio setor através dos encargos de exploração pagos pelas próprias empresas pela utilização de um bem de domínio público.	Em desenvolvimento.	Não se aplica
Eliminar as barreiras à concorrência na logística e armazenamento dos combustíveis	Valorização do território	Previsto no Orçamento do Estado	Durante o ano de 2017, o Governo procede à avaliação e aprovação dos atos necessários à criação de condições com vista a assegurar a ligação do oleoduto - que une atualmente a refinaria de Sines ao armazenamento de Aveiras - ao Porto de Sines		Não se aplica
Dinamizar o setor extrativo	Valorização do território	Licenciamento de Minas	Estão na calha vários processos de licenciamento mineiro para várias concessões a apresentar.		Não se aplica
Políticas de ordenamento do território	Valorização do território	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Realização de 10 seminários regionais, 2 seminários nacionais e 3 seminários temáticos no âmbito da fase de diagnóstico territorial; Desenvolvimento dos diagnósticos regionais e nacional, concluindo-se, desta forma, o Relatório de Diagnóstico territorial; Elaboração da Estratégia e desenvolvimento do modelo territorial, tendo o respetivo Relatório sido finalizado no início de 2018; Início da elaboração do novo programa de ação até 2030 e do novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização, perspetivando-se a sua apresentação durante o ano de 2018; Promoção de um amplo processo participativo para a construção de um compromisso territorial, tendo sido recebidos mais de 7.300 inquéritos online, via plataforma de comunicação.	Pretende-se que em 2018 sejam prosseguidas as seguintes ações: Concluir o novo Programa de Ação até 2030 - Uma Agenda para o Território que inclui o sistema de monitorização e avaliação, e o sistema de governação; Promover o processo de concertação e discussão pública da proposta de PNPOT; Proceder à conclusão da elaboração da proposta final de PNPOT e sua submissão à Assembleia da República.	
Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)	Valorização do território	Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2018, de 3 de janeiro	O PRPI entrou em vigor no dia 4 de janeiro de 2018. A execução das medidas e ações encontra-se em curso através de um sistema de pontos focais que assegura o contributo dos organismos, serviços e entidades das áreas da governação e o contributo dos municípios da região do Pinhal Interior (19 municípios), mediante grupos de trabalho, e a sua coordenação é assegurada pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI). A execução do programa é acompanhada por uma comissão de acompanhamento constituída por serviços, organismos e entidades das várias áreas da governação, comunidades intermunicipais e associações.	Execução do PRPI de acordo com a natureza e âmbito territorial das medidas e ações: 13 medidas de caráter piloto e experimental ou projetos âncora prioritários, com forte componente física, aplicáveis aos municípios afetados pelos incêndios de junho de 2017 (Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertão); 38 medidas regulamentares e de planeamento estratégico e medidas de incentivo ao investimento e à promoção da coesão territorial e social, que tenham em conta as especificidades do Pinhal Interior, aplicáveis a 19 municípios; Medidas para abrangências territoriais específicas, previstas em instrumentos de natureza legal ou regulamentar; 4 medidas de âmbito nacional. Vai ser criado um sítio eletrónico para poder ser acompanhada a implementação do programa.	1 Taxa de emprego: 75%
Reforçar a segurança das populações	Valorização do território		Criação de novas formas de comunicação de avisos à população, bem como de medidas de autoproteção, e reforço dos canais existentes.		Não se aplica
Reforçar a Rede SIRESP	Valorização do território	RCM n.º 157-A/2017, de 27 de outubro	2017: Definição das soluções técnicas para fornecer a rede SIRESP de mecanismos de redundância de transmissão e de energia elétrica	Implementação da solução nas estações base da rede SIRESP	Não se aplica
Reforçar meios e infraestruturas (Proteção Civil)	Valorização do território	RCM n.º 157-A/2017, de 27 de outubro	Levantamento de necessidades para reequipamento das forças existentes e equipamento de novos elementos	Lançamento de concursos e aquisição dos meios / modernização das infraestruturas	Não se aplica
Criar um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público	Modernização do Estado	Não Aplica	Apresentado publicamente a 12 de Outubro de 2016. Trabalha em 3 projetos: Balcão Único do Emprego - concluída a fase de Investigação, com a identificação dos principais problemas e dificuldades que os cidadãos em situação de desemprego encontram. Aguarda decisão do Sec Estado do Emprego sobre a priorização da resolução das questões identificadas para se dar início à fase da conceção. Espaço Óbito - concluída a fase de experimentação. Foi desenvolvido de um protótipo real, envolvendo 7 entidades (Instituto dos registos e do Notariado, Autoridade Tributária, Instituto da Segurança Social, Centro Nacional de Pensões, Caixa geral de Aposentações, ADSE e Banco de Portugal), entre os dias 20 e 31 de março 2017. No seguimento do protótipo foi elaborado o primeiro desenho do novo serviço Espaço Óbito que está previsto ser lançado no segundo semestre de 2017 na nova Loja de Cidadão em Lisboa. Roteiro da Despesa - em fase de investigação, estando vários funcionários de diferentes serviços públicos a recolher informação sobre os diferentes processos e procedimentos de realização de despesa pública. De momento o LabX encontra-se a desenvolver 5 projetos (3 referidos+2)	Conclusão dos 3 projetos iniciais (balcão do óbito - já em piloto no Espaço de Cidadão de Santo Tirso-, balcão único do emprego será lançado até ao verão e Roteiro da Despesa serão apresentadas até ao verão medidas de simplificação), e desenvolvimento dos 2 novos projetos (no Balcão do Empreendedor e nas Lojas de Cidadão)	2 Investigação e Desenvolvimento: 2,7-3,3% do PIB
Simplificar a contratação pública para favorecer a inovação	Modernização do Estado	Transposição de Diretivas e revisão do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro	Alteração ao Código dos Contratos Públicos aprovada pelo Decreto Lei 111-B/2017, de 31 de agosto de 2017. As inovações introduzidas ao Código centram -se, essencialmente, na procura da simplificação, desburocratização e flexibilização dos procedimentos de formação dos contratos públicos, com vista ao aumento da eficiência da despesa pública e à promoção de um melhor e mais fácil acesso àqueles contratos por parte dos operadores económicos. Considerando o papel do Estado enquanto promotor da inovação, preveem-se novos tipos de concursos públicos - A Parceria para a Inovação e o Concurso de Ideias, bem como a introdução, como critério de adjudicação, da inovação. Destaque-se, ainda (i) a promoção da adjudicação de contratos sob a forma de lotes com vista a incentivar a participação das pequenas e médias empresas; (ii) a possibilidade de reserva de contratos para entidades que empreguem pessoas com deficiência ou desfavorecidas; (iii) a fixação como critério regra de adjudicação, o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo por base a melhor relação qualidade -preço e o preço ou custo, utilizando uma análise custo -eficácia, nomeadamente os custos do ciclo de vida, embora sem deixar de permitir a adjudicação pelo preço mais baixo, quando adequado e a (iv) a disponibilização de forma livre, completa e gratuita das peças do procedimento, na plataforma eletrónica de contratação pública, a partir da data da publicação do anúncio.	Medida de execução contínua.	Não se aplica
Startup Simplex	Modernização do Estado	N/A	A 13 de Maio de 2016, realizou-se no Convento da Trindade em Lisboa, a sessão publica do concurso Startup Simplex, onde o júri das selecionou 3 das melhores 10 ideias concorrentes e que integraram o Programa Simplex + 2016. Das 3 medidas vencedoras da edição do Startup SIMPLEX 2016, duas encontram-se concluídas - FAARM e APP Firisik - sendo que a terceira por ser plurianual ainda se encontra em fase de implementação.	Encontra-se em desenvolvimento um novo modelo para o Start-up Simplex, a lançar em Maio.; A medida terá uma nova designação em 2018 (GOV TECH), e novos indicadores (1 Iniciativa por ano para apoiar 3 projetos por ano.); Considera-se a meta de 6 projetos apoiados, 3 em 2018 e 3 em 2019.	Não se aplica
SIMPLEX +	Modernização do Estado	Várias alterações legislativas	Os encontros da Volta Nacional Simplex em Portugal continental terminaram em Abril de 2016 e foi apresentado o Relatório da Volta Nacional Simplex; Apresentado em Maio de 2016 o Programa Simplex + 2016. Em fevereiro de 2017 ocorreu o 2º balanço de execução do Simplex+2016, situando-se a taxa média de execução em 62%. Das 255 medidas do Programa Simplex+2016, 213 têm prazo de execução até Maio de 2017, e 42 até Março de 2018. Destas 213 medidas 54 estão já implementadas, podendo-se referir, a título de exemplo: Aqüicultura + Simples- Espaço do Cidadão no Consulado de Paris- Plataforma da aqüicultura- Utilidade turística + simples- Inventário permanente + simples- Registo Criminal online- Senhas de atendimento online para os Centros de Emprego do IEFP- Gestão das salas de audiência- Alvará de empreiteiro de obras públicas online- Licenças e alvarás no IMPIC- Registo Criminal dos Professores- Segurança Alimentar - acesso eletrónico aos resultados laboratoriais- Empresa na Hora com pedido de Livro de Reclamações- Agendamento telefónico na Justiça- Qualificações Públicas no Cartão de Cidadão- Declaração de Remunerações para a Segurança Social Interativa- Agendamento online de reuniões com a AT- Certidão de inexistência de património- Certidões de dívida + simples- Chave Móvel Digital + DRU - Diário da República Universal- Eliminação parcial da Declaração de Retenções na Fonte- Estatuto exportador online- Fatura Única Portuária- Faturação dos pequenos retalhistas + simples- Guia da Indústria Responsável- Novos serviços nos Espaços do Cidadão - Nascer com médico de família e boletins de saúde eletrónicos- Ensaios clínicos digitais- Introdução de novos medicamentos online- Parcelário acessível a todos; 2017.08.18: No decorrer do mês de Junho de 2017 foi apresentado o balanço final da execução do Programa SIMPLEX+ 2016, onde se destaca que das 255 medidas lançadas, 176 teriam que estar concretizadas até maio de 2017, 157 encontram-se concluídas, estando as restantes em processo de implementação, resultando numa taxa de execução efetiva de 90% Um estudo da UNL que avaliou 13 medidas do programa Simplex conclui pela poupança anual às empresas de 624 milhões de euros.	Continuar o processo de monitorização interna e externa ao programa Simplex+2017; Preparar o Simplex+2018; Em Junho de 2018 será feito o balanço dos Programas Simplex+ 2016% (medidas plurianuais) e Simplex+2017; Em Junho de 2018 será ainda apresentado o Programa Simplex+2018; 40 medidas do Programa Simplex+2017 serão objecto de um programa de avaliação de impacto financiado pela União Europeia.	Não se aplica
Estratégia TIC 2020	Modernização do Estado	Aprovação da estratégia TIC2020 e respetivos planos setoriais em Conselho de Ministros a 2 Março 2017	Apresentação da estratégia global no 1.º trimestre de 2016 e dos planos sectoriais dos Ministérios no final do mês de Outubro de 2016. A Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública até 2020, foi aprovada no CM de 02.03.2017 e condensa a visão do Governo para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública nos próximos quatro anos (2017-20), compreendendo iniciativas comuns a toda a Administração do Estado e iniciativas específicas. Eixos de Ação: Eixo I - Integração e Interoperabilidade: A integração e a interoperabilidade são elementos essenciais para qualquer projeto de modernização e simplificação administrativa. Como exemplo de medidas incluídas neste eixo temos as Notificações Eletrónicas (proposta de lei já apresentada no Parlamento) ou a Interoperabilidade Documental. Eixo II - Inovação e competitividade: A inovação do setor público permite tirar partido dos investimentos TIC na Administração Pública, nomeadamente ao nível da transformação digital e de ferramentas inovadoras permitindo ganhos de eficiência e competitividade. Um bom exemplo é o plano Justiça+ Próxima. Eixo III - Partilha de recursos: A partilha de recursos contribui para o melhor aproveitamento dos meios e capital de conhecimento dispoer na Administração Pública. A prestação de serviços de forma transversal, enformada por critérios de eficácia e eficiência, permite o desenvolvimento de competências específicas que promovem a rentabilização dos recursos investidos.As soluções na nuvem ("cloud"), por exemplo, permitem armazenar, processar e salvaguardar informação de um modo distribuído e de acordo com as necessidades de cada momento, alterando o modo como desenvolvemos e consumimos a tecnologia. Também neste eixo se incluem medidas ligadas à dinamização de aplicações em código aberto.No total destes três eixos estão previstas 37 ações, que enquadram as atividades a implementar transversalmente e de forma distribuída pelas diferentes áreas de governo.Todos os projetos constantes da estratégia foram devidamente orçamentados e analisados os respetivos benefícios previstos, quer em termos de poupanças para a Administração Pública, quer em termos de benefícios económicos e sociais. A metodologia utilizada foi o SCM; Publicada a Estratégia TIC2020 e respetivos planos setoriais a 26 julho 2017.2018.03.23Todas as áreas governativas apresentaram os respetivos planos setoriais.Estes planos setoriais têm vindo a ser monitorizados.Investimento efetuado: 140 milhões de eurosPoupanças TIC: 30 milhões de eurosPoupanças não TIC: 75 milhões de eurosBenefícios sociais e económicos: 44 milhões de eurosBenefícios e poupanças reportados excedem o investimento em quase 50 milhões de euros.	Até final de abril de 2018 todas as áreas governativas apresentarão os revistos planos setoriais revistos em função da monitorização que tem vindo a ser feita; 2018 - monitorização e execução da estratégia; 2018 - investimento-- 122 milhões de euros	Não se aplica
Digitalização e disponibilização de acervos de arquivos e bibliotecas on line	Modernização do Estado		Desenvolvimento do projeto		Não se aplica
Projeto Balcão Único do Emprego	Modernização do Estado	NA	Estudos prévios à operacionalização do projeto, com o apoio da equipa do LABX - Constituição de grupo de trabalho no IIEFP para elaboração de especificação técnica sobre o projeto; Desenho do novo interface online, com uma forte aposta na componente de atendimento digital; Mapeamento de necessidades ao nível da coordenação com outros organismos da Administração Pública, designadamente com a Segurança Social, num esforço de modernização e simplificação administrativa; Revisão das metodologias de relacionamento com os cidadãos e com as empresas, promovendo um atendimento mais personalizado e integrado, visando, nomeadamente, uma maior eficácia na ativação dos desempregados de longa duração	Abril de 2018:- Apresentação do novo portal online e das novas funcionalidades- Implementação das novas metodologias de relacionamento com os utentes (cidadãos e empresas)- Estabelecimento de interfaces com outros organismos da Administração Pública, através do estabelecimento de novos protocolos ou da atualização de protocolos existentes e da sua operacionalização técnica	1 Taxa de emprego: 75%
Modelo de Acompanhamento Personalizado para o Emprego	Modernização do Estado	Portaria n.º 282/2016, de 27 de outubro	O novo modelo, que substituiu o anterior modelo de apresentações quinzenais, encontra-se em vigor desde 31 de outubro de 2016		1 Taxa de emprego: 75%

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Integrar processos de licenciamento no BdE	Modernização do Estado	Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 junhoDecreto-Lei n.º 48/2012, de 1 de abrilDecreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiroDecreto-Lei n.º 155/2015, de 10 de AgostoDecreto-Lei n.º 160/2015, de 11 de AgostoDecreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de JunhoLei n.º 98/2015, de 18 de AgostoLei n.º 5/2015, de 15 de JaneiroDecreto-Lei n.º 555/99, de 16 de DezembroDecreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de Março	Em processo de auditoria do sistema existente. Preparação dos trabalhos e contratações necessárias para desmaterializar e implementar os novos serviços no BdE; Concluída a auditoria técnica (a 16 de Junho de 2015) e análise funcional prosseguiu o trabalho de desmaterialização de processos, estando neste momento disponíveis 84 serviços transacionais no Balcão (via formulário eletrónico), encontrando-se outros 27 a aguardar disponibilização, 89 em fase final de preparação [aguardam acordo final das entidades licenciadoras]. Concluiu-se o exercício de Design Thinking com vista à elaboração de um roadmap de ações a desenvolver no âmbito do projeto Balcão do Empreendedor. 203 serviços transacionais disponíveis no BdE; Lançamento dos procedimentos: Os 2 concursos externos visando a capacitação da plataforma adjudicados. Entrega do roadmap de ações decorrente do exercício de Design Thinking em final de Março. Estão em fase de análise preliminar cerca de 300 novos serviços, correspondentes a cerca de 40 diplomas, envolvendo 4 entidades licenciadoras. Definido o modelo final de integração técnica do Balcão com o Sistema SiliAmb (licenciamento ambiental – LUA); Disponíveis antes do início da legislação (Dezembro 2015): 69 - Disponibilizados no decurso de 2016 (novos): 14 (total: 83); Disponibilizados no decurso de 2017 (novos): 44 (total: 127); Disponíveis atualmente (09 de março de 2018): 203	Continuação do desenvolvimento: n.º de pedidos e número de licenciamentos: Em análise: 53; Em desenvolvimento: 299; Em fase final de disponibilização: 19	Não se aplica
Plataforma do Mar	Modernização do Estado	n.a.	Conceção da estrutura e navegabilidade da Plataforma do Mar. Portal está acessível online e funcional.		Não se aplica
Simplificar o licenciamento da aquicultura	Modernização do Estado	Lei para enquadramento da atividade com Lei de autorização legislativa aprovada pela AR. Lei n.º 37/2016, de 15/12. Regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2017, de 4 de Abril	Aprovada no CM de 23.08.2016 a proposta de Lei nº 58/2016 e remetida à AR Proposta de Lei de Autorização legislativa, aprovada a 27/10/2016.Lei n.º 37/2016, de 15/12. Regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2017, de 4 de Abril	Aprovar até ao final do ano, o DL autorizado para enquadrar a atividade da aquicultura, reduzindo os prazos para licenciamento. Regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2017, de 4 de Abri	1 Taxa de emprego: 75%
Diversificar os meios de pagamento de obrigações contributivas repetidas e periódicas dos cidadãos e empresas	Modernização do Estado		Medida em execução, com conclusão prevista para o final de 2016. Início de 2018: passou a ser possível pagar o IRS, IRC, IUC e IMI por débito direto.até ao dia 23.03.2018 aderiram 6817 contribuintes (média de 325 adesões por dia)	medida concluída. falta avaliar o seu impacto e adesão	Não se aplica
Redinamizar a RIMA (Reunião Interministerial para a Modernização Administrativa)	Modernização do Estado	Decreto-Lei n.º 72/2014, de 13 de maio	A Comissão informal de Simplificação Legislativa (CISL) nasceu com o propósito de criar e de promover medidas relacionadas com a simplificação legislativa. É um fórum de discussão e promoção de projetos relacionados com a simplificação legislativa. Até à data, ocorreram seis reuniões da CISL, numa média de 1 por trimestre. Fazem parte da CISL adjuntos e técnicos especialistas dos Gabinetes das várias áreas governamentais. A ação da CISL compreendeu a apresentação e discussão das medidas identificadas supra e sessões de formação em legística, na medida "Custa Quanto?" e em publicação de atos.Atendendo à experiência no último ano, pretende-se a aposta em ações de formação específicas para os membros dos gabinetes dos vários setores. A descrição do nível de concretização das várias medidas é feita autonomamente.	Continuar com a periodicidade das reuniões, bem como a respetiva discussão e promoção de projetos relacionados com a simplificação legislativa.	Não se aplica
Aplicar o "Teste PME" (Custa Quanto)	Modernização do Estado	Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2017; Decreto-Lei n.º 72/2014, de 13 de maio e Resolução do Conselho de Ministros n.º 95-A/2015, de 17 de dezembro (n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento do Conselho de Ministros do XXI Governo Constitucional)	O modelo de avaliação prévia de impacto económico legislativo, que integra o "Teste PME", foi aprovado em 02.03.2017. 24.03.2017. Foi criado um núcleo de avaliação de impacto legislativo, com uma equipa especializada, no JURISAPP - Centro de Competências Jurídicas do Estado. A componente do "Teste PME", que faz parte do exercício de avaliação de impacto a realizar no âmbito do procedimento legislativo, inclui os seguintes pontos: (i) estimação de encargos, (ii) Parecer da MPMA, precedido de relatório de avaliação de impacto a elaborar pelo núcleo de avaliação de impacto (UTAIL) e (iii) questões qualitativas (particular atenção a PME). Este exercício visa contribuir para a redução de encargos e outros custos de contexto que incidem sobre PMEs como consequência da legislação aprovada pelo Governo, facilitando assim a atividade das empresas.Dados atuais: Processos Submetidos a análise: 159 Processos pendentes: 21 Processos ffindos: 138 Projetos ffindos com impacto para as empresas: 73 Projetos em que se concluiu que era possível criar um regime especial para as PME: análise não feita pela UTAIL	Medida de execução contínua. Conclusão do modelo e da respetiva metodologia, de molde a serem utilizados, após aprovação, no âmbito da avaliação ex ante dos atos legislativos propostos pelos membros do Governo, com cariz regular e contínuo.Proceder à avaliação de todos os diplomas que possam gerar impactos para os cidadãos ou as empresas	Não se aplica
Implementar o princípio saldo positivo - Revoga +	Modernização do Estado	NA	Relacionada com a medida Custa Quanto (cf. supra).2017.03.18Uma equipa multidisciplinar integrada na Presidência do Conselho de Ministros (equipa "Digesto") procedeu à análise de diplomas publicados entre 1975 e 1980, que já não produzem efeitos jurídicos, quer por desuso, caducidade ou extinção do objetivo. 2017.08.18Até à data procedeu-se ao levantamento dos anos 1976, 1677, 1978, 1979, 1980 e 1981. Está em curso a análise dos atos do ano de 1982. Dados oficiais: 2018 - revogados: 1449; com proposta de revogação à AR: 821 diplomas (1974/1980): Em 2016 foram aprovados 98 DL – revogámos 23 diplomas e criámos apenas 3 novos regimes jurídicos (saldo positivo de 20); Em 2017 foram aprovados 177 DL – revogámos 102 e criámos apenas 22 novos regimes jurídicos (saldo positivo de 80).	Medida de execução em contínua. A equipa Digesto continua a fazer esse levantamento técnico dos anos subsequentes, em abono da simplificação e transparência legislativa, de modo a garantir o princípio da segurança jurídica e a melhoria da informação jurídica prestada aos cidadãos e às empresas. Continuação do cumprimento das metas de legislar menos e revogar mais.	Não se aplica
Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas	Modernização do Estado	Resolução do Conselho de Ministros n.º 95-A/2015, de 17 de dezembro (n.º 1 do artigo 3.º, n.º 1 do artigo 27.º, n.º 1 do artigo 29.º e artigo 40.º do Regulamento do Conselho de Ministros do XXI Governo Constitucional)	Redução significativa de legislação adotada (cerca de apenas 8 decretos-leis por mês, 15 diplomas por mês do governo anterior), sendo que o esforço de legislar menos representa um esforço contínuo.« Em 2017 (2.º ano do XXI Governo Constitucional) foram aprovados e publicados 177 decretos-leis. No 2.º ano do Governo anterior (2012) foram aprovados e publicados 281 decretos-leis. Ou seja, houve uma redução substancial do fluxo legislativo (menos 104 decretos-leis). Realização mensal de uma reunião de Conselho de Ministros deliberativa, o que permite maior ponderação quanto aos diplomas em circulação e uma definição da calendarização da atividade legislativa; Projeto UNILEX – Projeto em curso, como medida simples, com vista à consolidação legislativa na área do ambiente (resíduos) e da transposição de diretivas. Regular melhor: no atual governo, os decretos-leis são agendados para aprovação quando, a existir, acompanhados da respetiva regulamentação complementar (previsibilidade da ação legislativa); quanto a governos anteriores, encontra-se em curso o levantamento da regulamentação em falta, tendo sido implementado um mecanismo de alerta informático nesta matéria; A entrada em vigor dos diplomas com impacto na vida das empresas é apenas a 1 de julho ou a 1 de janeiro de cada ano: aplica-se uma exceção quando há imposições de direito internacional ou direito europeu, conforme o regulamento do Conselho de Ministros; O novo Diário da República Universal (DRU) permite o acesso à informação jurídica de forma mais simples, mais rápida e, sobretudo, mais amigável a todos os utilizadores, e de forma gratuita. Medida já adotada, e a aperfeiçoar através da consolidação de diplomas e links para a legislação europeia, quando se justifica; Projeto linguagem clara: em execução a 100%. Desde maio de 2017 que, salvo casos urgentes excecionais que são corrigidos posteriormente, todos os decretos-lei e decretos-regulamentares são publicados com um sumário em linguagem clara em português e em inglês.	Medida de execução em contínua: menos diplomas aprovados, lei clara, codificação legislativa, continuação da revogação de diplomas; facilidade de acesso e, já em 2017, desenvolvimento de uma aplicação eletrónica para telemóveis, de um dicionário e de um tradutor jurídicos, no âmbito do DRE.	Não se aplica
Transpor a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais	Modernização do Estado	NA	22.03.2017:Encontrava-se em curso o processo legislativo de transposição da Diretiva n.º 2013/55/EU que veio alterar a Diretiva 2005/36/CE. Foi aprovada a proposta de lei no CM de 24.11.2016, deu entrada na AR em 30.01.2017 - PL 54/XII-, foi aprovada na generalidade em 16.02.2017 e baixou, em 17.02.2017, à especialidade;A diretiva foi transposta através da Lei n.º 26/2017, de 30 de maio.	Medida executada.	Não se aplica
Implementar a Diretiva nº2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno	Modernização do Estado	NA	Adotado o Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, que estabeleceu o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional.2017.03.18A Comissão Europeia apresentou, em Janeiro 2017, um pacote legislativo com vista à alteração e aperfeiçoamento da Diretiva n.º 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno («pacote serviços»). Este pacote inclui várias iniciativas, entre as quais o projeto de diretiva de melhoria da notificação de projetos de disposições legislativas, regulamentares ou administrativas; ou seja, relativo a um procedimento de notificação pelos Estados Membros à Comissão de medidas de diferente natureza em matéria de prestação de serviços. O processo de negociação deste projeto, em sede do Conselho da União Europeia, começou em meados de fevereiro e o GAB SEPCM tem participado ativamente no delinear da posição nacional, salientando que, na sua perspetiva, este tipo de processos de notificação não pode restringir ou limitar o legítimo o exercício do poder legislativo dos Estados membros. Conclusão do estudo em curso e, a justificar-se, transposição dos regimes em falta no 2.º semestre de 2016.	O estudo da implementação foi efetuado pela Autoridade da Concorrência (Ministério da Economia).	Não se aplica
Agilizar a ação executiva	Modernização do Estado	NA	Dinamizada a partir de julho de 2016 uma plataforma de vendas online públicas dos bens penhorados. De julho a dezembro 2016 foram recuperados 27 milhões de euros.Entraram em funcionamento durante o ano de 2016 no CITIUS (sistema de suporte à tramitação dos processos nos tribunais), nomeadamente a disponibilização de um site para consulta de informação processual e a disponibilização de uma interface webizada bem como ligação ao SISAIE (sistema de suporte à atividade dos agentes de execução).Disponibilização de novas funcionalidades resultante de trabalhos conjuntos com a Ordem dos Advogados e a Ordem dos Solicitadores Agentes de Execução.Inclusão automática dos devedores PEPEX na lista pública de devedores.Em maio de 2017 foi disponibilizada a consulta dos processos executivos ao Cidadão identificado como interveniente.	Desenvolvimento de novas funcionalidades que permitam, aos oficiais de justiça que exerçam as funções de agente de execução, a consulta, por meios eletrónicos, de mais e melhor informação referente à identificação do executado e dos seus bens (1º semestre de 2018)	Não se aplica
Aumentar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais	Modernização do Estado	Portaria n.º 178/2017, de 30 de maio, (Balcão Único dos TAF)Portaria n.º 211/2017, de 17 de julho (quadros dos magistrados dos TAF 1.ª instância);Portaria n.º 288/2017, de 28 de setembro, (quadros complementares de juizes);Portaria n.º 289/2017, de 28 de setembro, (quadro de inspetores CSTAF);Portaria n.º 290/2017, de 28 de setembro, (quadros dos magistrados tribunais superiores);Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, (tramitação eletrónica TAF)	Disponibilização de informação estatística relativa aos TAF;Conclusão dos trabalhos dos Grupos constituídos para avaliar e propor medidas de simplificação e agilização para a jurisdição administrativa e fiscal;Organização de conferências públicas de debate das propostas dos Grupos com a participação da comunidade judiciária; Reforço dos recursos humanos;a) Aprovação das Portarias de Quadros para os TAF's ;b) Colocação em set/17 de 40 juizes nos TAF's que terminaram o período estágio;c) Início do 4.º curso de formação de 42 auditores de justiça.d) Abertura de 30 vagas de juizes para os TAF (5.º curso);Criação de um portal para os mandatários com novas funcionalidades;implementação de automatismos de notificação, de envelopagem e expedição de correspondência;Comunicabilidade interoperativa entre o SITAF (TAF) e o SICJUT (AT);Reforço da capacidade dos repositórios documentais;Implementação do Balcão Único nos TAF;Elaboração da versão final do pacote legislativo destinado a introduzir a reforma dos TAF;Tramitação eletrónica preferencial nos processos judiciais tributários.	Melhoramento do SITAF (sistema de tramitação processual eletrónica dos TAF);Início do procedimento legislativo respeitante à reforma dos TAF's, na sequência da conclusão da discussão pública;Tramitação eletrónica obrigatória nos processos judiciais administrativos e tributários;Criação de juizes especializados nos TAF;Criação de equipas de juizes para diminuição de pendências;Reforço dos meios de gestão dos tribunais;Reforço dos meios processuais da jurisdição;Desenvolvimento de um sistema de indicadores de gestão para os TAF, em articulação com o CSTAF;Instalação do Gabinete de Apoio junto do CSTAF;Aumento da transparência e da previsibilidade de duração dos processos, e reforço dos meios de gestão, através da disponibilização de informação estatística sobre pendências e respetiva monitorização;Alteração da portaria que fixa o mapa de pessoal das secretarias dos TAF.	Não se aplica
Plano de modernização tecnológica do Sistema Judicial	Modernização do Estado	Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro (Inquirição por meio tecnológico – Processo Civil e Penal);Portaria n.º 93/2017, de 6 de março (Mapas de pessoal das secretarias judiciais de 1.ª instância);Portaria n.º 170/2017, de 25 de maio (Tramitação eletrónica dos processos judiciais);Portaria n.º 188/2017, de 2 de junho (Comunicações eletrónicas entre conservatórias e MP – Família);Decreto-Lei n.º 68/2017, de 16 de junho (Certidão Judicial Eletrónica);Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto (Utilização de meios técnicos de controlo à distância da obrigação ou pena de permanência na habitação – Processo Penal);Lei n.º 1/2018, de 29 de janeiro (Notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos – Processo Penal)	A 1 de Março de 2016 foi apresentado o Plano de modernização e tecnologia da Justiça designado "Justiça Mais Próxima" (JiMP). Até 31 de janeiro de 2018, foram concluídas 63 Medidas num total de 150. Entre as medidas concluídas, assinala-se a disponibilização do "Sistema de Indicadores de gestão para os Tribunais", que permite aos órgãos de gestão das comarcas, à PGR e ao CSM, monitorizar e avaliar continuamente a atividade dos tribunais. A 1 de janeiro de 2017 foi concluída a medida "Possibilidade de realização de videoconferência entre instâncias na mesma comarca" com a entrada em vigor da Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro. Foi concluída (30/01/2017) a "Prova de conceito de transcrição automática", cujos resultados permitiram identificar a adequabilidade da tecnologia atualmente disponível à realidade da atividade dos Tribunais. Em junho de 2017 foi inserido o cálculo da duração expectável das AEOP (Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias) no formulário das injunções. Foram desenvolvidos automatismos que permitem aos mandatários conhecer o ponto de situação do pagamento do apoio judiciário e outros que permitem aos Administradores Judiciais terem acesso direto ao CITIUS aumentando a eficiência das secretarias dos Tribunais do Comércio. Foi realizada a avaliação da satisfação dos diferentes utilizadores (internos e cidadãos) da Justiça, para aferição da qualidade oferecida e identificação de oportunidades de melhoria (2017). Foi dado acesso remoto aos magistrados ao sistema CITIUS (Out 2017). Foi ainda inaugurado o projeto piloto intitulado "Comunicar+Espaço do Cidadão recluso" que permite a comunicação entre reclusos e familiares por videoconferência (dez 2017).	Extensão aos tribunais da Relação da "Prova de conceito de transcrição automática".Alargamento do Tribunal +, na dimensão balcão de atendimento e reorganização dos fluxos das secretarias a mais Tribunais.A Medida "Tribunal+" será implementada por fases a todos os tribunais judiciais. Numa primeira fase, serão abrangidos os Tribunais de Primeira Instância (excecтуando os de competência territorial alargada), sendo dada prioridade à intervenção nos tribunais sede das 23 Comarcas, num total de 33 edifícios na primeira vaga de intervenção. Expansão, em 2018, início do piloto do sistema de impressão, envelopagem e retorno nos TAF's e Tribunais de Comércio.Avaliação e identificação de mecanismos de alerta e de automatismos que introduzam maior rigor na correção final dos processos.A Medida "Sistema de informação de gestão dos tribunais judiciais de 1.ª instância foi objeto de candidatura a Fundos Europeus, encontrando-se em curso com uma taxa de execução por objetivos de 20%. Com um valor de investimento estimado em 2,3 milhões de euros tem prevista a sua conclusão para o dia 31 de dezembro de 2018.A Medida "Sistema de gestão das salas de audiência" está em fase de "Testes e Qualidade" e é realizada em estreita articulação com o piloto "Tribunal+". Pretende agilizar a marcação de salas em contexto de Tribunal, possibilitando a monitorização da utilização efetiva de cada sala. Data de conclusão prevista: 2018.	Não se aplica
Combater o crime económico, designadamente a corrupção	Modernização do Estado	Decreto Lei n.º 81/2016 de 28 de novembro (criação da UNC3T – designação atual da ex UNICI);Proposta de lei 51/XIII que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/42/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.	No âmbito do ECRIS Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais (DGAJ), foi concluída a interligação com Espanha;Realizada a transposição da Diretiva n.º 2014/42/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa ao congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia, no âmbito das investigações criminais;Alteração da Lei n.º 45/2011, de 24 de Junho que criou o GRA (Gabinete de Recuperação de Ativos) e o GAB (Gabinete de Administração de Bens) de forma a aumentar a sua eficácia e eficiência;Alteração à Lei Geral Tributária (LGT) - previsão de acesso por parte das autoridades judiciárias às bases de dados da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito de investigações criminais;Aprovação da lei que permite a troca automatizada de dados relativos aos registos de matrícula de veículos entre os Estados da União Europeia, no âmbito de investigações criminais, utilizando-se para o efeito a plataforma EUCARIS;Forum igualmente aprovados na Assembleia da República os diplomas que transpõem a 4ª Diretiva relativa ao Branqueamento de Capitais (Diretiva (UE) 2015/849, de 20 de Maio, associada à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e o RCBE Registo Central do Beneficiário Efetivo.Foi implementado o Registo e gestão automática de acessos de mandatários e de administradores judiciais ao portal de mandatários, impossibilitando o acesso ao sistema a quem perca a qualidade (set 2017).Foi concluído em 2017 o projeto ComFacSYS (Hercule III/ OLAF) que permitiu reforçar as capacidades tecnológicas da PJ, em vários domínios, nomeadamente no cibercrime.	Melhoria do apetrechamento tecnológico da PJ e, em particular da UNC3T;Conclusão do concurso de Ingresso pendente para admissão de mais efetivos para a Polícia Judiciária; Melhoria da articulação com outras inspeções setoriais, em particular a Inspeção Geral dos Serviços de Justiça e os Serviços de Auditoria e Inspeção –SAI da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;Elaboração de um programa de rastreio de todos os bens apreendidos em processos criminais e de definição de medidas que favoreçam a decisão sobre o respetivo destino, em tempo útil; Operacionalização da base do Registo Central do Beneficiário Efetivo- RCBE.	Não se aplica
Reforçar a resposta dos meios de resolução alternativa de litígios	Modernização do Estado		Aumento da rede de julgados de paz;Conclusão do curso de formação de 20 novos juizes de paz;Reavaliação da formação dos juizes de paz e reavaliação da formação orientada para a aquisição de competências específicas nas áreas da sua intervenção;Avaliação financeira e redefinição do modelo de RAL dos centros de arbitragem de conflitos do consumidor, com vista a um funcionamento financeiramente sustentável (dez 2016);Aprovação do Decreto-Lei que implementa uma experiência piloto de reorganização de meios de julgados de paz, com base de apoio numa Comunidade Intermunicipal e no Conselho dos Julgados de Paz, com objetivo de abranger mais população e de ter mais divulgação, na CIM OESTE, integrando 12 municípios e abrangendo mais de 300 mil pessoas (Decreto-Lei n.º 41/2017, de 5 de abril);Instalação da sede e delegações do Julgado de Paz do Oeste.Disponibilizada de informação eletrónica sobre meios alternativos de resolução de litígios (dez 2016) onde se disponibiliza o leque completo das entidades que integram os meios alternativos de resolução de litígios, com a explicitação das suas competências, da matéria a que respeitam (v.g. consumo, turismo) e do local onde que se situam.	Disponibilização, em novo formato, de informação eletrónica sobre meios alternativos de resolução de litígios com o leque completo das entidades que integram os meios alternativos de resolução de litígios, a explicitação das suas competências, da matéria a que respeitam (v.g. consumo, turismo) e do local onde que se situam.Dinamização de um novo modelo de gestão para desenvolvimento do plano de alargamento racional e faseado da competência e da rede dos julgados de paz, bem como dos centros de mediação e de arbitragem;Desenvolvimento de Sistema de informação de suporte às atividades dos Julgados de Paz (2018-2019).	Não se aplica

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Descongestionar os tribunais	Modernização do Estado	Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro (alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário);Decreto-Lei n.º 8672/2016, de 27 de dezembro (Regime);Portaria n.º 93/2017, de 6 de março (altera os mapas de pessoal das secretarias dos tribunais judiciais de 1.ª instância);Portaria n.º 288/20146, de 11 de novembro, alterada pela Portaria n.º 370/2017, de 12 de dezembro (âmbito de recrutamento para a frequência do curso de formação de administrador judiciário)	Introdução de ajustamentos ao mapa judiciário com reforço da especialização e da proximidade às populações, tornando obrigatórias as audiências de julgamento dos processos de natureza criminal da competência do tribunal singular nos juízos de proximidade e permitindo a prática de atos judiciais à distância, no âmbito da mesma Comarca.Capacitação da gestão dos Tribunais através da colocação definitiva dos escrivães de direito e técnicos de justiça principais.Reforço dos quadros de magistrados: abertura de cursos de ingresso para magistrados judiciais e do Ministério Público; formação de auditores de justiça para os tribunais judiciais.Reforço do nível de preenchimento dos quadros de oficiais de justiça: ingresso de 313 novos oficiais de justiça e promoção de 400 oficiais de justiça às categorias de escrivão adjunto e técnico de justiça-adjunto.Implementação das medidas de eficiência, humanização e inovação para os tribunais no quadro do Plano de Ação Justiça + Próxima, consultáveis em: justicamaisproxima.mj.pt.Disponibilização do sistema de indicadores de gestão das comarcas, que permite aos órgãos de gestão das comarcas, à Procuradoria-Geral da República e aos Conselhos Superiores, monitorizar e avaliar a atividade do tribunal, com dados permanentemente atualizados, contribuindo para uma atuação mais célere (conclusão junho 2016).Abertura de um curso de formação para juiz presidente e magistrado do Ministério Público Coordenador ao nível das comarcas.Conclusão do concurso para recrutamento de oficiais de justiça.	Implementação de alterações pontuais ao mapa judiciário para adequar a resposta judiciária implementada às reais necessidades dos cidadãos e das empresas;início de funções nos tribunais, em regime de estágio, dos auditores saídos do 32.º curso de formação;Revisão do Estatuto dos oficiais de justiça (início do processo legislativo no 2.º trimestre de 2018) Realização do curso de formação para juiz presidente e magistrado do Ministério Público coordenador.Abertura de um curso de formação para administrador judiciário.Será testado um conceito de Tribunal que, para além da atividade judiciária, oferece outros serviços da Justiça e da Administração Pública. Este conceito será testado, entre outros, no concelho de Penela (2017-18).	Não se aplica
Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização do Estado	Decretos-Lei de Execução do Orçamento do Estado (2016 e 2017)	A DGAL implementou em 2016 um Registo Central de Operações PPP e Concessões de iniciativa municipal com o objetivo de criar um registo atualizado e completo destas operações e um acompanhamento regular da execução financeira dos respetivos contratos. Concebeu e desenvolveu a Aplicação Registo PPP e Concessões, disponibilizada aos Municípios em junho de 2016. No decurso de 2016, procedeu à publicação dos Relatórios de Acompanhamento Trimestral da Execução de Contratos PPP e Concessões a Nível Municipal; Em 2017 foi mantida a obrigação de as regiões autónomas e os municípios, trimestralmente, prestarem informação, respetivamente, à DGO e à DGAL sobre as suas concessões, PPPs e execução de contratos em vigor, sendo publicados relatórios trimestrais. O novo Código dos Contratos Públicos contém também novas medidas com vista ao aumento da transparência, que se aplicam a PPS e Concessões.	Em curso.	Não se aplica
Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização do Estado	-	Alteração ao Código dos Contratos Públicos aprovada pelo Decreto Lei 111-B/2017, de 31 de agosto de 2017. As inovações introduzidas ao Código centram -se, essencialmente, na procura da simplificação, desburocratização e flexibilização dos procedimentos de formação dos contratos públicos, com vista ao aumento da eficiência da despesa pública e à promoção de um melhor e mais fácil acesso àqueles contratos por parte dos operadores económicos. Considerando o papel do Estado enquanto promotor da inovação, preveem-se novos tipos de concursos públicos. O CCP entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.	Medida de execução contínua.	Não se aplica
Reforçar o papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização do Estado	Proposta de Lei n.º 62/XIII, em apreciação na Assembleia da República.	Reuniões das equipas bilaterais para identificação das áreas de competências a descentralizar em cada Ministério.Preparação e aprovação da Proposta de Lei quadro de descentralização de competências. Preparação dos diplomas setoriais.Proposta de revisão da Lei de Finanças Locais.	Aprovação dos diplomas setoriais e da proposta de revisão da Lei das Finanças LocaisAvaliação do processo de descentralização de competências e definição de eventuais melhorias a introduzir (2018/2019)	Não se aplica
Democratizar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização do Estado	-	Reuniões das equipas bilaterais para identificação das áreas de competências no âmbito da reorganização dos serviços desconcentrados.	As eleições para os órgãos executivos das CCDR ocorrerão previsivelmente em 2018, após as eleições para as autarquias locais, a realizar em 2017.A integração de serviços desconcentrados do Estado nas CCDR ocorrerá ao longo de 2017/2018	Não se aplica
Reforçar a cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Modernização do Estado	-	Reuniões das equipas bilaterais para identificação das áreas de competências	A revisão do enquadramento das CIM ocorrerá ao longo de 2017/2018. A avaliação da alteração do modelo das CIM e AM ocorrerá ao longo de 2018/2019.	Não se aplica
Transferir infraestruturas para o poder local	Modernização do Estado	Processo legislativo em curso.	Proposta de Lei quadro entregue na Assembleia da República. Processo de negociação em sede parlamentar em curso.	Aprovação do diploma.	Não se aplica
Digitalizar e disponibilizar conteúdos audiovisuais (RTP)	Modernização do Estado				Não se aplica
Capitalizar - Instrumentos Financeiros	Capitalização de empresas	Decreto-Lei n.º 225/2015, de 9 de outubro e Decreto-Lei n.º 226/2015, de 9 de outubro	Aprovada a criação do Programa Capitalizar, respetiva estrutura de gestão e identificação das medidas iniciais.- A Linha de crédito para PME do Portugal 2020 (Linha de Crédito com Garantia Mútua), no montante de Mil milhões de euros, foi contratualizada com os intermediários financeiros (instituições de crédito). Até ao dia 31 de janeiro de 2018, foram enquadradas 263 operações ao abrigo da LCGM, ultrapassando um montante total de financiamento de cerca de € 77 milhões, para um nível de garantia superior a € 5 milhões. Está em curso o processo de alteração da denominação da presente LCGM para Linha Capitalizar +, tendo sido aprovada a sua reformulação nos seguintes aspetos: Prazo máximo das operações; Período de carência; Montante máximo por empresa; Percentagem da garantia mútua.- A Linha de crédito Capitalizar, no montante de 1,6 mil milhões de euros, foi contratualizada com os intermediários financeiros (instituições de crédito), e foram já enquadradas 21152 operações (Jan 2018). Esta linha foi renovada por igual montante registando também alargamento dos prazos de maturidade até 12 anos.- A Linha de crédito a operações de Capital Reversível (apenas na região Norte) foi encerrada, sob proposta da IFD, no sentido de preparar a abertura de uma nova Linha com algumas modificações nas características deste produto, com vista ao aumento da atratividade junto do mercado.- Relativamente às Linhas de Financiamento a Entidades Veículo de Business :1ª fase em operaçãoA execução da linha nos primeiros 12 meses de operação tem vindo a evoluir, tendo já 20 EV apresentado um total de 91 operações ao FC&QC, das quais 68 foram aprovadas, 7 foram recusadas e 16 encontram-se em análise; 2ª fase – encerrado o processo de submissão de candidaturas (fevereiro 2017); foram submetidas 74 propostas por concorrentes. A análise das propostas foi iniciada.- Relativamente aos Fundos de Capital de Risco – foi publicado (março 2017) o Relatório Final do Júri do Concurso Público com a lista ordenada dos concorrentes aceites ao concurso e a respetiva proposta de atribuição de verbas de cofinanciamento; a procura total de fundos pelos concorrentes, nos vários Programas Operacionais, foi de cerca de €196 milhões, ou seja, cerca de 2 vezes superior à dotação disponível que ascendia a 98.297.044,01. Das 25 entidades admitidas a concurso: 24 são nacionais e 1 é estrangeira; 10 são novos operadores no mercado português; 7 são entidades ligadas a grupos empresariais. Das entidades selecionadas, 6 receberam co-financiamento para a totalidade dos fundos a que se candidataram, outras 6 entidades receberam mais de 2/3 dos fundos a que se candidataram, outras 4 entidades receberam entre 30% e 50% dos fundos, e outras 8 recebem menos de 20%, esgotando as dotações disponíveis nos vários Programas Operacionais. Até ao final do mês de setembro, foram assinados 15 Acordos de Financiamento com Sociedades de Capital de Risco, totalizando cerca de €93 milhões de cofinanciamento do FC&QC que possibilitam investimentos diretos em PME no montante de cerca €204 milhões.A execução da linha nos primeiros 5 meses de operação regista uma evolução favorável, tendo já 4 SG apresentado um total de 6 operações ao FC&QC aprovadas na totalidade.- Relativamente ao Fundo de Coinvestimento 200M, foi publicado no passado dia 6 de outubro, em Diário da República, o Decreto-Lei que aprova a sua criação (Decreto-Lei n.º 126-C/2017, de 6 de outubro) e foi subsequentemente publicado em Diário da República o concurso público lançado pela IFD para seleção da entidade gestora do Fundo 200M. Terminado o prazo para entrega de propostas no passado novembro, foi apenas entregue uma candidatura. Aguarda-se que seja proferido despacho dos membros do Governo responsáveis pelo Desenvolvimento e Coesão e pela Economia nomeando a PME Investimentos como entidade gestora do Fundo e fixando a sua remuneração, a qual está sujeita a autorização prévia do membro do Governo responsável pelas Finanças.	Linhas de Crédito Capitalizar e Capitalizar +: manutenção da sua atividade com novas características- Linhas de Financiamento a Entidades Veículo de Business Angels: 2ª fase – análise das propostas já está terminada, estimando-se que, durante o mês de fevereiro, o Júri do procedimento possa publicar o Relatório Preliminar.- Fundos de Capital de Risco: Canalização deste recurso para a Economia com investimento pelos operadores nas PME.- Dinamização do Fundo de Investimento 200M com o objetivo de fomentar a constituição ou capitalização de empresas, prioritariamente nas fases iniciais de desenvolvimento.- No âmbito do alargamento do mandato da IFD, foi celebrado, no início de 2018, um contrato de financiamento com o BEI, que permite a constituição de uma Linha de Financiamento cujos beneficiários finais serão PME e Mid Caps. Atento o papel de grossista da IFD, o financiamento será disponibilizado às empresas pelos Bancos, que atuarão como intermediários financeiros, através de Linhas de Crédito com condições atrativas para as empresas.- Prevê-se igualmente o lançamento de duas novas linhas específicas para exportadoras (Linha Capitalizar Exportação - 600ME) e para empresas de maior dimensão que ficavam fora da linha de apoio às PME (Linha Capitalizar Mid Cap - 400ME).	Não se aplica
Fundo Capitalizar – Reestruturação e crescimento	Capitalização de empresas	N.A. (Medida nova)	Está a ser avaliada a criação de um instrumento financeiro de apoio a PME economicamente viáveis, mas que já tenham ultrapassado o processo de reestruturação financeira, e que careçam de apoio no relançamento da atividade – tanto no que respeita ao reforço da sua estrutura de capital, como na obtenção de financiamento que permita voltar a investir e suprir necessidades de tesouraria, a fim de retomarem modelos de negócio sustentáveis. Este instrumento, que combinará uma componente de dívida e outra de capital/quase-capital, será financiado através de fundos mobilizados junto de entidades financeiras internacionais, cujas possibilidades estão neste momento a ser exploradas (e.g. CEB, BEI, etc.), bem como FEEI/FEDER. Está também a ser estudada a possibilidade de existir coinvestimento de investidores privados. Estes instrumentos financeiros, que podem vir a integrar o fundo capitalizar, serão desenvolvidos no âmbito do Programa Capitalizar, constituindo a dimensão financeira do seu eixo de reestruturação.	Operacionalização do instrumento financeiro a integrar o fundo e respetivo enquadramento jurídico em 2018.	Não se aplica
Promover a participação de empresas nos mercados de capitais	Capitalização de empresas	AVISO Nº 03/SIAC/2017 Decreto-Lei n.º 77/2017, 30 junho	Publicação (maio 2017) do aviso de concurso (COMPETE 2020) no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas que permite conceder apoios financeiros a projetos que desenvolvam estratégias no sentido de sensibilizar para a importância da literacia financeira dentro das PME e desenvolver ferramentas para que estas possam tomar decisões informadas e atualizadas e de captar, produzir e fomentar o acesso a informação e ferramentas por parte das PME a modelos de financiamento em áreas estratégicas para o seu crescimento sustentado e competitivo, estimulando a partilha e interação com comunidades de stakeholders e, por esta via, reforçando a sua capacidade de acesso a financiamento e ao mercado de capitais.Período de candidatura: 01/06/2017 – 15/09/2017. Foram apresentadas duas candidaturas para este efeito, sendo que as entidades já foram notificadas da decisão (final de janeiro). Está em falta, neste momento, a assinatura do termo de aceitação pelas entidades e pelo COMPETE (fina de março).Criação do SIMFE, enquanto veículo que permite o acesso indireto das PME ao mercado de Capitais.Reconhecimento de um novo tipo de valor mobiliário: Certificados de Dívida de Curto Prazo elegíveis para investimento pelo Organismos de Investimento Coletivo.	Assinatura do termo de aceitação pelas entidades e pelo COMPETE e operacionalização das iniciativas.	Não se aplica
Avaliar a função dos credores públicos em processos de recuperação	Capitalização de empresas	RCM n.º 81/2017Lei nº.100/2017, de 28 de agosto	Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, no sentido de harmonizar as condições de negociação da AT e da SS no âmbito de um processo de reestruturação. Adicionalmente, esta alteração ao código prevê a criação de um Balcão Único para a gestão articulada dos créditos da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira sobre empresas no âmbito de processos de insolvência, do PER ou do RERE. O diploma aprova ainda um conjunto de alterações organizativas da Autoridade Tributária e Aduaneira com vista a um melhor serviço ao cidadão e a um mais eficaz acompanhamento dos grandes contribuintes.Publicação e entrada em vigor da Lei n.º 100/2017, de 28 de agosto	Aguarda-se Decreto-Lei que proceda à regulação do Balcão Único, nos termos previstos no artigo 5.º da Lei n.º 100/2017, de 28 de agosto; Previsão de projeto piloto de Balcão Único em 2 distritos.	Não se aplica
Capacitar e melhorar a qualidade da atuação dos administradores judiciais	Capitalização de empresas	Revisão do PER e do Código das Insolvências;Criação do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) e novo regime de mediação.	Reforço da autonomia financeira da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça , permitindo uma previsibilidade financeira e planeamento de fiscalização adequada aos Agentes de Execução e Administradores Judiciais;implementação de um plano de formação adequado para a capacitação dos Administradores Judiciais;implementação de medidas de promoção e celeridade processual para os Tribunais do Comércio através da elaboração de propostas de alteração legislativa para o Processo Especial de Revitalização e para o Código das Insolvências;Foi disponibilizado o acesso dos administradores judiciais ao Citius e a integral transição dos processos, assim como a possibilidade de carregamento automatizado da informação de credores;No âmbito do piloto "Tribunal+ " a secretária do Tribunal de Comércio está a ser alvo de profunda otimização, quer do lado do atendimento (balcão único), quer dos procedimentos administrativos e organização de recursos. Foram aprovadas e publicadas alterações legislativas que estabelecem o regime extrajudicial de recuperação de empresa (RERE), alteram o Código das Sociedades Comerciais (CSC), do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) e criam o novo Regime de Mediador de Recuperação de Empresas.	Implementação das medidas constantes do Programa Capitalizar que constam da Resolução do Conselho de Ministros 42/2016, de 18 de Agosto.Continuação dos trabalhos tendentes à disponibilização de um sistema de informação de utilização obrigatória pelos administradores judiciais, com um módulo de fiscalização por parte da CAAJ e com integração eletrónica com o sistema de informação dos tribunais judiciais.	Não se aplica
Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Capitalização de empresas	-	Sensibilização de empresas e agentes da envolvente empresarial para a ferramenta através das associações empresariais (roadshow Capitalizar).Criação de uma equipa de trabalho envolvendo membros do IAPMEI e Banco de Portugal para operacionalização do projeto. Estabilização do conjunto de indicadores e respetivos limites preditores da situação económica e financeira de uma empresa e que serão considerados no mecanismo em desenvolvimento. Estão em curso testes à capacidade preditiva do mecanismo, com base em dados de anos passados que poderão levar ao fine-tuning da ferramenta; Fluxos de informação clarificados: Banco de Portugal disponibilizará ao IAPMEI o resultado por empresa dos indicadores de Early Warning (dados Central de Balanços); o IAPMEI insere os indicadores numa ferramenta que tenha como output informação qualitativa sobre a empresa (dashboard). Este output será difundido pela AT no portal das finanças das empresas com alertas aos membros dos órgãos sociais; Foi criada em Janeiro 2018 uma taskforce para identificar problemas jurídicos colocados pelo projeto de Early Warning (segredo estatístico/ bancário) e trabalhar na solução para um novo enquadramento legislativo.	1º semestre de 2018: estabilização do enquadramento legislativo do projeto; 2º semestre de 2018: implementação do projeto	Não se aplica
Tratamento fiscal sem discriminação negativa do capital próprio	Capitalização de empresas	Lei n.º 42/2016 de 28/12 que aprova o OE 2017.RCM n.º 81/2017Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o OE 2018	Medida aprovada pela Lei n.º 42/2016 de 28/12 que aprova o OE 2017 (Artigo 224.º, Alteração ao EBF, 41.º A).Principais características do novo regime de remuneração convencional do capital social: Passa a abranger todas as empresas; não está limitado ao regime de mínimos (200 mil €, 3 anos); passa a abranger todos os investidores (Em 2016 só abrangia investidores singulares e as SCR); dedução de lucro tributável à taxa de 7% em 6 anos (Em 2016 a taxa era de 5% e apenas aplicável por 4 anos); passa a ser considerada a conversão de suprimentos (ou outros créditos) em capital; montante máximo de capital com benefício: 2 M€, o acesso a este benefício implica a redução do atual limite de dedutibilidade dos gastos de financiamento para o máximo de 20% do EBITDA (Em 2016, estava limitado a 30% do EBITDA).A RCM n.º 81/2017 estabeleceu nova medida, no âmbito do Programa Capitalizar, correspondente ao alargamento do regime de remuneração convencional do capital social, previsto no artigo 41.º-A do EBF, no sentido de este regime passar a abranger: (i) os aumentos de capital por conversão de direitos de crédito de terceiros em participações sociais; (ii) Os aumentos de capital com recurso aos lucros gerados no próprio exercício, desde que o registo do aumento de capital se realize até à entrega da declaração de rendimentos (Modelo 22 do IRC) relativa ao exercício em causa.Este novo alargamento foi aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29/12, que aprova o OE 2018 (Artigo 263.º, Alteração ao EBF, 41.º A).	Medida aprovada pelo artigo 224.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 que aprova o OE 2017 e que altera o artigo 41.º-A do EBF - Remuneração convencional do capital social. Medida aprovada pelo artigo 263.º da Lei n.º 114/2017 de 29/12 que aprova o OE 2018 e que altera o artigo 41.º-A do EBF - Remuneração convencional do capital social. Em execução.	Não se aplica

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Outras medidas fiscais de promoção da capitalização	Capitalização de empresas	Lei n.º 42/2016 de 28/12 que aprova o OE 2017 RCM n.º 81/2017Lei n.º 114/2017, de 29/12, que aprova o OE 2018	Novas medidas fiscais de promoção da capitalização aprovadas em Conselho de Ministros, que integram a Lei do Orçamento de Estado para 2018:i) Alargamento do âmbito do Regime de remuneração convencional do Capital Social para abranger aumentos de capital com recurso aos lucros gerados no próprio exercício – Artigo 263.º da LOE 2018; Alteração ao EBF, 41.º Aii) Prever a atribuição de um crédito fiscal aos sócios, pessoas singulares, de empresas cujo capital próprio seja igual ou inferior a metade do Capital Social e que nessas circunstâncias e nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais realizem entradas em dinheiro para repor o capital social, podendo deduzir até 20% desses montantes aos rendimentos distribuídos por essa sociedade a título de dividendos, ou às mais-valias geradas com a venda dessa participação, no próprio ano e nos anos cinco seguintes – Artigo 264.º da LOE 2018; Aditamento ao EBF, 43.º Biii) Revisão do regime de dedução de lucros retidos e reinvestidos – aumentando o prazo para dedução de dois para três anos e o montante máximo dos lucros retidos e reinvestidos em cada período de tributação de € 5 M para € 7,5 M. Nas Micro e Pequenas empresas, a dedução à coleta não fica limitada a 25% (como nas restantes), mas passa a ser possível deduzir até 50% da coleta. Pretendeu-se também reforçar o regime, prevendo que os lucros do próprio exercício sejam incluídos no seu âmbito, desde que cumpram os requisitos previstos na legislação comercial para adiantamento por conta de lucros, instituindo-se norma anti abuso com limiar máximo para limitar situações de sobrevalorização do lucro do próprio exercício a considerar - Artigo 284.º da LOE 2018; Alterações ao Código Fiscal do Investimento, 29.º	Medida incluída no OE 2018. Em execução.	Não se aplica
Eliminar as taxas moderadoras do acesso ao serviço de urgência sempre que o utente seja referenciado	Coesão e Igualdade	Alínea m), subalínea i), do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, na sua redação atual	Medida entrou em vigor a 1 de abril de 2016	Continuar a promover o acesso	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Rever o sistema de isenções e dispensas do pagamento de taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	Revogada a alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março; Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, artigo 4.º: e) Dadores benévolos de sangue; f) dadores vivos de células, tecidos e órgãos; g) Bombeiros	Medida entrou em vigor a 1 de abril de 2016. Numero de isentos em mar/15:- Dadores de sangue (isentos só nos CSP): 130.890 utentes;- Dadores vivos de células, tecidos e órgãos(isentos só nos CSP): 1.775 utentes;- Bombeiro(nas prestações em cuidados de saúde primários e, quando necessários em razão do exercício da sua atividade, em cuidados de saúde hospitalares): 31.116 utentes; Numero de isentos em dez/16 (isentos em todos as prestações de cuidados de saúde); Dadores de sangue: 1.343.837 utentes; Dadores vivos de células, tecidos e órgãos: 10.945 utentes; Bombeiro: 347.533 utentes;		8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Reduzir o valor global das taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	Determinado pelo artigo 112.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	Alteração do valor da taxa moderadora pago pelo utente: Consultas- Consulta de medicina geral e familiar ou outra consulta médica que não a de especialidade - de 5,00€ para 4,5€; Consulta de enfermagem ou de outros profissionais de saúde realizada no âmbito dos cuidados de saúde Primários de 4,00€ para 3,5 €; Consulta de enfermagem ou de outros profissionais de saúde realizada no âmbito hospitalar - de 5,15€ para 4,5€; Consulta de especialidade de 7,75€ para 7,0€; Consulta de domicílio de 10,30€ para 9,0€; Consulta médica sem a presença do utente de 3,10€ para 2,5€; Urgências - Serviço de Urgência Polivalente de 20,60€ para18,0€; Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica de 18,00€ para 16,0€; Serviço de Urgência Básica de 15,45€ para 14,0€; Serviço de Atendimento Permanente ou Prolongado (SAP) de 5,00€ para 4,5€	Redução do valor global das taxas moderadoras e o aumento do número de isentos, em particular para o grupo dos dadores de sangue e Bombeiros.1. Eliminação do pagamento de taxas moderadoras (nos MCDT realizados no hospital de dia e nos serviços de urgência para o qual haja referênciação (CSP, CASNS ou INEM); nas sessões de hospital de dia);2. Isenção total do pagamento de taxas moderadoras para os dadores benévolos de sangue; dadores vivos de células, tecidos e órgãos e para os bombeiros;3. Dispensa do pagamento de taxas moderadoras: no tratamento e seguimento da doença oncológica; na primeira consulta de especialidade hospitalar, com referenciação pelos CSP; no atendimento em serviço de urgência, no seguimento da referenciação (CSP, CASNS ou INEM) incluindo os atos complementares prescritos; no atendimento na rede de prestação de CSP, no seguimento de referenciação pelo CASNS.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Repor o direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas	Coesão e Igualdade	Portaria n.º 83/2016, de 12 de abril; Portaria n.º 275/2016, de 18 de outubro	Realizado	Repосто o direito ao transporte não urgente de doentes existentes até 2015.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Ampliar e melhorar a cobertura do SNS nas áreas da Saúde Oral e da Saúde Visual	Coesão e Igualdade	Despacho n.º 5868-B/2016, de 2 de maio; Despacho n.º 8591-B/2016, de 1 de julho	Saúde Oral: Médicos dentistas dos CSP: 13 novas equipas de saúde oral (13 médicos dentistas + 13 assistentes dentários); Implementado em 13 Centros Saúde (11 ARS LVT + 2 ARS Alentejo); Desenvolvido Sistema Informático para a monitorização da produtividade, e referenciação à consulta de Saúde Oral pelos profissionais de Medicina Geral e Familiar. Saúde Visual: Rastreio de Ambliopia e DMI realizado em 17 Centros de Saúde (ARS Norte), e referenciação à consulta de Saúde Oral pelos profissionais de Medicina Geral e Familiar.Em 2018 existem no SNS, cerca de 50 Médicos Dentistas a exercer a sua profissão nos Cuidados de Saúde Primários, de forma homogénea, em condições semelhantes e com monitorização centralizada.	Saúde Oral: Alargamento nacional do Sistema Informático para a monitorização da produtividade, e referenciação à consulta de Saúde Oral pelos profissionais de Medicina Geral e Familiar. Uniformização das metodologias de trabalho de todos os médicos dentistas já anteriormente integrados no Serviço Nacional de Saúde. Saúde Visual: Alargamento dos rastreios de ambliopia e DMI a novos Centros de Saúde.Saúde Visual: Para 2018 está previsto o alargamento aos restantes 12 ACES (coorte 2 anos) e o início do rastreio à coorte dos 4 anos dos ACES que forma piloto deste rastreio (população alvo estimada 33.203).	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Contratar mais médicos de família	Coesão e Igualdade	Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho; Decreto-lei 53/2015, de 15 de abril	À data atual (conforme dados provenientes do RHV de fevereiro de 2018) existem 336 médicos aposentados no ativo nas entidades do SNS/MS, dos quais 200 médicos são especialistas em medicina geral e familiar.	Os referidos 336 médicos aposentados no ativo representam os médicos que entraram no sistema através do regime criado para o efeito (Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2015, de 15 de abril) e que ainda se encontram ativos. Destes, 6 médicos iniciaram funções como aposentados no ativo já em 2018.	1 Taxa de emprego: 75%; 8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Expandir os cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório	Coesão e Igualdade	Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho	A 31 de Dezembro de 2017 estavam em funcionamento 275 ECCI, correspondendo a 5852 lugares.	Experiência piloto teve início em Janeiro de 2017	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Reforçar a RNCCI	Coesão e Igualdade	Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho	Aprovado o despacho de novos contratos para o ano de 2016 com 641 novas camas das várias tipologias; Existiu em 2016 um reforço de 694 camas/lugares, distribuindo-se pelas tipologias de Convalescença (47), Média Duração (272), Longa Duração (355) e, pelas novas respostas pediátricas, nomeadamente, Unidade de Cuidados Pediátricos – Nível 1 (10) e Unidade de Ambulatório Pediátrico (10); Em março de 2017 estavam em funcionamento um total de 8.360 camas/lugares, distribuindo-se pelas tipologias de Convalescença (811), Média Duração (2.548), Longa Duração (4.703) e pelas novas respostas pediátricas, nomeadamente, Unidade de Cuidados Pediátricos – Nível 1 (10) e Unidade de Ambulatório Pediátrico (10);Para 2017 e com base no Despacho 11482-A/2017, de 29 de dezembro, foram autorizados 543 camas de diferentes tipologias para a "Rede Geral" e 366 camas/lugares Saúde Mental, através do Despacho1269/2017, de 6 de fevereiro.	Em curso.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Desenvolver a componente de saúde mental na Rede Integrada de Cuidados Continuados	Coesão e Igualdade	Decreto-Lei n.º 136/2015, de 28 de julho	Criadas unidades piloto e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental com cerca de 366 camas/lugares.	Em curso.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Melhorar a resposta dos cuidados paliativos e implementar cuidados paliativos pediátricos	Coesão e Igualdade	Portaria n.º 165/2016, de 14 de junho; Despacho n.º 7824/2016, de 15 de junho; Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos CP no biénio 2017-2018 (aprovado pelo Despacho n.º 14311-A/2016, de 28 de novembro); Circular Normativa nº 1/2017/CNCP/ACSS, de 12 de janeiro; Retificação da Portaria nº 329/2016, de 20 de dezembro; Portaria nº 75/2017, de 22 de fevereiro; Circular Normativa nº 8 da CNCP/ACSS, de 19/04/2017; Circular Informativa nº 13/2017/DPS/ACSS; Portaria nº194/2017, de 21 de junho (assegura transporte não urgente de doentes em CP, pelo SNS); Introdução da Consulta externa de Medicina Paliativa na Consulta a tempo e Horas	Existem hoje 278 camas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos em complemento às respostas existentes nas unidades hospitalares, de 201 camas, além de mais 20 camas abertas para prestação de Cuidados Continuados e Paliativos Pediátricos no ano passado.	Implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos 2017/2018; Criação de equipas intra-hospitalares de Cuidados paliativos nos Hospitais/Centros Hospitalares do SNS Abertura de novas camas de Cuidados paliativos nos Hospitais/Centros Hospitalares do SNS; Criação de equipas comunitárias de Cuidados Paliativos; Criação da segunda Unidade de Cuidados Paliativos Pediátricos (ARS LVT).	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Criar um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA	Coesão e Igualdade	Portaria n.º 87/2015, de 23 de março; Despacho n.º 987/2016, de 20 de janeiro; Despacho n.º 5911-B/2016, 3 de maio	3/2015: Define os tempos máximos de resposta garantidos para todo o tipo de prestações de saúde sem carácter de urgência; 1/2016: Estabelece disposições sobre a disponibilização pública de Informação completa e atualizada sobre o cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)Em vigor desde maio. Já disponível em todo o território. Cerca de 11,7% dos utentes estão a escolher outro Hospital (de 1 de junho a 30 de setembro de 2017).	Em desenvolvimento	Não se aplica
Implementar os Centros de Referência, reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas	Coesão e Igualdade	Despacho n.º 3653/2016, de 11 de março; Despacho n.º 9414/2016, de 22 de julho; Despacho n.º 9415/2016, de 22 de julho; Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho	Reconhecidos 90 Centros de Referência a nível nacional; Nomeação da segunda Comissão Nacional para os Centros de Referência.	Processo de candidatura à integração dos centros na rede europeia de centros de referência; Abertura de processo de candidatura a centros de referência em novas áreas, a nível nacional.	Não se aplica
Criar o Conselho Nacional dos Centros Académicos	Coesão e Igualdade	Resolução do Conselho de Ministros Nº 22/2016 – Diário da República Nº 70/2016, Série I de 2016-04-11	Criado o Conselho Nacional dos Centros Académicos Clínicos	Implementação em curso	Não se aplica
Promover a gestão reformista do sistema de pensões	Coesão e Igualdade	Lei n.º 159-B/2015 (Extinção da CES)Decreto-Lei nº 254-B/2015 (Reposição em 2016 do mecanismo de atualização das pensões)Lei n.º 42/2016 (LOE 2017) - artigo 218.º (financiamento do FEFSs pelo AIMI) e artigo 250.º (alargamento do 1.º escalão de atualização de pensões)Portaria 98/2017 (atualização de pensões 2017)Decreto-Lei 126-B/2017 (Acesso à pensão em situação de muito longas carreiras)Lei 114/2017 (LOE 2018)- artigo 232º - consig ação ao FEFSs de uma parcela do IRCPortaria 23/2018 (atualização de pensões 2018)	Reposição do mecanismo de atualização de pensões em vigor desde 1 de janeiro de 2016; em 2017, procedeu-se a também um alargamento do 1.º escalão de pensões; do mecanismo de atualização de pensões resulta que em 2018 todas as pensões até 5.146,80€ tenham sido atualizadas (acima desse montante, apenas casos de legislação específica)Suspensão parcial da antecipação por flexibilização durante 2015, permitindo a reforma a partir dos 60 anos e desde que respeitados outros critérios de carreira; Levantamento da suspensão entre 1 de janeiro até 8 de março de 2016 e reposição da idade mínima de 60 anos;Primeira etapa da revisão da antecipação por via da proteção das muito longas carreiras (DL 126-B/2017, de 6 outubro).Em matéria de diversificação de fontes de financiamento, o Adicional ao IMI constitui receita do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (a partir de 2017), bem como uma parcela do IRC (a partir de 2018).	Discussão em sede de concertação social a respeito da revisão do regime de antecipação da reforma por flexibilização/fator de sustentabilidade.gualmente em sede de concertação social, discussão da adequação da taxa contributiva à modalidade de contrato de trabalho.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coesão e Igualdade	Decreto-lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro (pessoal militar e militarizado); Decreto-lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro (pessoal com funções policiais)	Concretizada a convergência relativamente a alguns regimes especiais: militares, policiais e pessoal militarizado; Convergência dos regimes no que diz respeito à totalização de períodos contributivos de ambos os regimes para efeitos além da abertura do prazo de garantia, designadamente para a verificação de condições de aposentação ou reforma, bonificação e apuramento de pensão mínima (diploma a aguardar aprovação em RCM); Convergência em matéria de proteção de carreiras muito longas (diploma a aguardar aprovação em RCM) (DL 126-B/2017, de 6 outubro).	Em estudo convergência do regime convergente (CGA) para o RGSS; Conclusão no prazo da legislatura.	Não se aplica
Combater a fraude e a evasão contributiva	Coesão e Igualdade		Lançado o Plano De Combate À Fraude E Evasão Contributiva E Prestacional em Maio de 2016; Em 2017 foi cobrado de dívida o montante de 759 M€; Foram efetuadas 7.677 ações de fiscalização a contribuintes; No âmbito dos Serviços de Verificação de Incapacidades, realizaram-se 299.956 exames de verificação.	Melhorias aplicadas progressivamente ao longo da legislatura.	Não se aplica
Simplificar o sistema da Segurança Social	Coesão e Igualdade	NA	Estudo dos processos de desmaterialização em desenvolvimento. Declaração de Remunerações (DR) para a SS Interativa, com a disponibilização de um conjunto de opçõs, possibilitando às empresas uma melhor interação com a Segurança Social e um acompanhamento permanente (por exemplo validação online da DR) - concluída no 4º T 2016.Disponibilização online de várias funcionalidades relacionadas com dívida, designadamente, consulta da situação contributiva e gestão de dívida pelos cidadãos e empresas - concluída no 4º T 2016.SigaApp - sistema de gestão de filas de espera, com a emissão de senhas de atendimento digitais sem necessidade de deslocação prévia ao atendimento presencial, e com indicação do estado da fila de espera - concluída no 3º T 2016.Programa de Cooperação Online, com desenvolvimento de uma funcionalidade que permita responder aos avisos de abertura de concurso no âmbito do PROCOOP (desmaterialização do processo) - concluída no 2º T 2017.Adesão às medidas de incentivo ao emprego através de requerimento online - concluído no 3º T 2017.Emissão de declaração anual de rendimentos de pensões, pela via digital a todos os pensionistas com acesso à SS Direta - concluído no 4º T 2017.Gestão online de acordos prestacionais no âmbito da dívida voluntária, permitindo, entre outras funcionalidades, consultar o estado do plano, as prestações já pagas e as que ainda falta pagar - concluído no 3º T 2017.Pedido de consulta online da Prestação social de Inclusão (4º T 2017)	No prazo da legislatura	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Reforçar o modelo da condição de recursos em prestações sociais de natureza não contributiva	Coesão e Igualdade	-	Em estudo	No prazo da legislatura	Não se aplica
Combater a pobreza nas crianças e jovens	Coesão e Igualdade	Decreto-Lei n.º 2/2016, de 6 de janeiro e Lei do OE 2016; Lei n.º 42/2016 (Lei do OE) e Portaria 62/2017.Portaria de atualização dos valores para 2018.	Primeiras alterações em vigor a partir de 1 de fevereiro de 2016; Segundas alterações em vigor com Lei do OE 2016; Em 2017, foram aumentados acima da atualização anual os montantes atribuídos a crianças com idade entre os 12 e os 36 meses e também reposto o 4.º escalão de rendimentos, até aos 36 meses.Em 2018 nova atualização, incluindo a revisão dos montantes para crianças entre os 12 e os 36 meses de idade. O aumento gradual para este escalão etário ficará concluído apenas em 2019.	Prevê-se a continuação da convergência dos montantes auferidos pelas crianças com idade entre 12 e 36 meses com aqueles atribuídos até aos 12 meses, bem como a reposição progressiva do montante atribuído no 4.º escalão de rendimentos;Conclusão das restantes medidas no prazo da legislatura.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Repór mínimos sociais (RSI e CSI) e promoção de inclusão social no Rendimento Social de Inserção (RSI)	Coesão e igualdade	Decreto-Lei n.º 90/2017; Portaria n.º 253/2017; Portaria n.º 5/2017; Portaria 3/2017; artigo 79º da Lei 7-A/2016; Decreto-Lei n.º 1/2016; Decreto-Lei nº 254-B/2015Portaria 52/2018 - Atualiza o valor de referencia do RSI para 2018Portaria 53/2018 - Atualiza o valor de referencia do CSI para 2018	No RSI:Reposição a 1 de janeiro de 2016 e de 2017 de 25% do corte imposto ao valor RSI pelo anterior Governo.Foram revistos os requisitos e condições gerais de atribuição designadamente no que diz respeito à residência legal em Portugal. Foi reconhecido o direito à prestação de RSI a partir da data em que o requerimento se encontre devidamente instruído, não fazendo depender o mesmo da celebração do programa de inserção, apesar de se manter obrigatório. Foi salvaguardada a possibilidade de os cidadãos acolhidos em respostas sociais de natureza temporária com plano pessoal de inserção definido ou internados em comunidades terapêuticas ou em unidades de internamento da RNCCI ou ainda em cumprimento de pena prisão poderem requerer a prestação. Foram ainda uniformizados critérios de consideração do agregado familiar e dos rendimentos a considerar, em linha com outras prestações sujeitas a condição de recursos. Desburocratizou-se o processo de renovação anual que passa a ser efetuado mediante avaliação rigorosa da manutenção das condições de atribuição e de uma verificação oficiosa dos rendimentos. No CSI:Reposição em 2016 do valor de referência do CSI anterior aos cortes impostos pelo anterior Governo e reforço, no mesmo ano e em sede de OE, do mesmo valor (5059). Atualização em 2017 e 2018, em linha com evolução dos preços, em harmonia com a atualização de pensões.	Continuação da reposição do valor de referência do RSI; Estabilização do aumento anual do valor de referência do CSI em linha com a evolução dos preços.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Atualizar a retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e igualdade	Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro; Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro; Decreto-Lei n.º 156/2017, de 28 de dezembro	Celebração de acordo de concertação social e atualização do valor mensal da RMMG de 505 para 530 euros (dezembro 2015); Celebração de acordo de concertação social e atualização do valor mensal da RMMG de 530 para 557 euros, em 2017 (dezembro 2016); Apresentação e discussão de relatórios de acompanhamento trimestral do impacto do aumento da RMMG no âmbito da CPSC (dezembro 2015, maio 2016, setembro 2016, dezembro 2016, junho 2017, outubro de 2017, dezembro 2017).	Apresentação e discussão de relatórios de acompanhamento trimestral do impacto do aumento da RMMG no âmbito da CPSC.	1 Taxa de emprego: 75%; 8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Apoiar excecionalmente o emprego, na sequência da retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e igualdade	Decreto-Lei n.º 11/2016, de 8 de março	Acordo tripartido assinado em dezembro de 2016 entre o Governo, as confederações patronais e a UGT que previa a redução excecional de 1,25 pontos percentuais da Taxa Social Única (TSU) paga pelas empresas relativamente aos trabalhadores que recebem o salário mínimo alterado por adenda assinada pelos subscritores do acordo em 3 de fevereiro de 2017 prevendo, em vez da redução excecional da TSU, uma redução de 100 euros no Pagamento Especial por Conta (PEC) para todas as empresas sujeitas ao seu pagamento, para vigorar a partir de março e até ao final de 2018, e uma descida adicional de 12,5% do remanescente da coleta paga por cada empresa.	Acompanhamento trimestral do impacto do aumento da RMMG no âmbito de grupo tripartido no quadro da Comissão Permanente de Concertação Social.	1 Taxa de emprego: 75%; 8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Aumentar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa (proteção na deficiência)	Coesão e igualdade	Artigo 121º da Lei do OE/2018 - prevê nova atualização deste subsídio para igualar ao montante anual do complemento por dependência de 1.º grau dos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência do regime não contributivo de segurança social.	Efetuada novo aumento através da Lei do OE2018 igualando-o ao montante anual do complemento por dependência de 1.º grau dos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência do regime não contributivo de segurança social.		8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Prestação Social para a Inclusão	Coesão e igualdade	RCM de 10 de Agosto 2017; DL 126-A/2017, de 6 de Outubro Lei 114/2017 de 29 de dezembro; Portaria 5/2018 de 5 de janeiro.	Avaliação de impacto financeiro e de cobertura; Apresentação do Documento orientador em Conselho de Ministros e à Comunicação Social (dezembro 2016); Realização de um processo de discussão pública (1º trimestre de 2017) e elaboração e divulgação do respetivo Relatório (julho 2017); Aprovação do Decreto-Lei em Conselho de Ministros a 10 de Agosto de 2017;Promulgação e publicação do Decreto-Lei (outubro de 2017).	Adequação do sistema informático , com um desenvolvimento posterior até ao 4.º semestre de 2018, prevendo-se uma implementação gradual e faseada da prestação em 2018 e 2019.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Promover uma medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração	Coesão e igualdade	Lei do OE 2016 e do OE 2017. Na Lei do OE 2018, além da manutenção da medida extraordinária de apoio, foi reduzido o período para acesso à mesma.	A medida entrou em vigor a 31 de março de 2016, com a Lei do OE desse ano, tendo seguimento na Lei do OE 2017. Na Lei do OE 2018 a medida mantém-se, tendo sido reduzido o período após o qual os desempregados podem ter acesso ao apoio (antes era após 360 dias, atualmente basta 180 dias após a data da cessação do período de concessão do subsídio social de desemprego para aceder à medida extraordinária).		8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Rever o regime do Trabalhador Independente	Coesão e igualdade	Decreto-Lei 2/2018 (procede à alteração do regime contributivo dos trabalhadores independentes).	Medida entrou em vigor com a Lei do Orçamento do Estado 2017Publicação do DL 2/2018, que procede à alteração do regime contributivo dos trabalhadores independentes: revê as regras de determinação do montante de contribuições a pagar pelos TI de modo a que estas contribuições tenham como referencial os meses mais recentes de rendimento; reavê do regime das entidades contratantes;define um montante mínimo de contribuição mensal, prevenindo situações de ausência de prazo de garantia na atribuição de prestações sociais imediatas e mediatas, resultantes de grandes oscilações de rendimento.	A revisão do modelo de proteção social dos Trabalhadores Independentes, designadamente em casos de Doença, Desemprego ou Parentalidade.Entrada em vigor do Regime dos TI em 01/01/2019.	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Atualizar o Indexante de Apoios Sociais	Coesão e igualdade	Reposição de norma da Lei 53-B/2016 relativa à atualização do IAS.	Medida entrou em vigor com a Lei do Orçamento do Estado 2017. O valor do IAS não era atualizado desde 2009 e passou de 419 22 euros para 421,32 euros em 2017 (+0,5% de aumento).	Processo contínuo	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Promover a inclusão social através de programas dirigidos a pessoas em situação de maior vulnerabilidade	Coesão e igualdade		Medidas em execução com base nos apoios previstos no Portugal 2020 (CLDS e RLIS) e na execução do POAPMC (Pessoas mais carenciadas). Neste último caso, estão a ser preparadas medidas de adequação das regras às novas orientações políticas.	2017-2020 - implementação da política	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Modelo de Apoio à Vida Independente	Coesão e igualdade	Decreto-Lei 129/217 de 9 de outubro que institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente; Programa Portugal 2020 / Lei do OE 2017 e OE 2018 (CN)	Aprovação no Conselho de Ministros de 10 de Agosto 2017 do Decreto-Lei que institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente, definindo as regras e condições aplicáveis ao desenvolvimento da atividade de assistência pessoal, de criação, organização, funcionamento e reconhecimento de Centros de Apoio à Vida Independente, bem como os requisitos de elegibilidade e o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros dos projetos-piloto de assistência pessoal, no âmbito do Portugal 2020.	22 de março de 2018 – Abertura de candidaturas (POISE). Abril de 2018 - Abertura de candidaturas no POR Lisboa e no POR Algarve	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Cultura para Todos	Coesão e igualdade			Estabelecimento de protocolo de cooperação POISE/GEPAK com estabelecimento de critérios de abertura de candidatura a projetos; Desenho das tipologias de apoios a atribuir; Criação de medidas de complementaridade aos programas já em curso; Monitorização dos programas desenvolvidos pelas CIM	8 Redução da pop. em risco de pobreza ou excl. social: - 200.000
Solucionar os elevados níveis de non-performing loans nos bancos	Outras medidas	Ficha Doutrinária no seguimento do processo n.º 2013 001629, com Despacho de 28 de janeiro de 2014	Em curso.	Em curso.	Não se aplica
Melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT	Outras medidas	Plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscais 2015-2017 e Plano Nacional de Atividades da Inspeção Tributária e Aduaneira para 2016; Orçamento do Estado 2016; Autorização legislativa constante do artigo 188.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março – Aprova o Orçamento do Estado para 2016; Artigo 121.º-A CIRC (aditado pelo artigo 134.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março - Aprova o OE para 2016)	Aprovado pelo Despacho 74/2016.XXI do senhor SEAF Em execução Aprovado pelo Decreto-Lei 64/2016, de 11 de Outubro Aprovado o "country by country report" pela Lei do Orçamento do Estado para 2016	Em execução Em execução Regime está em vigor e a ser plenamente aplicado Transposição da Diretiva (UE) 2016/881 do Conselho, de 25 de maio de 2016, que altera a Diretiva 2011/16/UE, no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade, estabelecendo regras relativas à declaração por país. De sublinhar que já foram objeto de promulgação as Diretivas (UE) 2015/2376 (DAC3) e 2016/881 (DAC4), devendo estas atualizações contribuir para o reforço da troca automática de informações entre países e, nessa medida, permitir um combate mais eficiente à fraude e evasão fiscais.	Não se aplica
Alterar a intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas.	Outras medidas			Alterações legislativas que permitirão a flexibilização da posição a tomar em processos de revitalização de empresas quanto aos créditos do Estado. Revisão da Lei Geral tributária com vista à flexibilização das alternativas de reestruturação de créditos da Segurança Social e da AT, no sentido de prever a possibilidade de aceitação de planos prestacionais para o pagamento de dívidas de empresas em recuperação com prazos de pagamento mais longos, perdão de juros e dispensa de garantia, considerando a situação concreta do devedor, a respetiva viabilidade económica e a posição global da totalidade dos credores.	Não se aplica
Eliminar exigências excessivas ou desproporcionadas (custos de contexto)	Outras medidas	Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro	Em preparação para ser lançada a nova IES até ao final do ano.	Implementação das alterações previstas no artigo 200.º da LOE/2017 no que respeita ao IVA Alfandegário.	Não se aplica
Reduzir a incerteza e a instabilidade fiscal	Outras medidas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 95-A/2015	NA	Implementação ao longo da legislatura	Não se aplica
Melhorar a eficiência (Saúde)	Outras medidas	Portaria n.º 18-A/2015, de 2 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 62/2016 de 12 de Setembro; Portaria n.º 262/2016 de 7 de Outubro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2016	O aumento da quota de medicamentos genéricos (para 47,5%), com redução significativa de custos para o utente. Em 2017, os portugueses adquiriram mais 1,4 milhões de embalagens de medicamentos nas farmácias face a 2016, o maior volume dos últimos cinco anos. O valor médio suportado pelo cidadão em cada embalagem baixou para 4,44€. Registou-se também a maior aprovação de medicamentos inovadores de sempre no SNS - 60 fármacos inovadores - para reforçar o arsenal terapêutico disponível para os doentes.	Preparação do processo de revisão dos preços dos medicamentos por via da referenciação internacional para o ano de 2018; Dar continuidade às medidas e compromissos para aumentar a quota de genéricos no mercado do medicamento; Estudo de alterações aos princípios da formação de grupos homogéneos e dos respetivos preços de referência, de forma a maximizar o efeito positivo na acessibilidade aquando da introdução de novos medicamentos genéricos; Estimular os processos de compras centralizadas pela SPMS.	Não se aplica
Programa SIMPLEX (Saúde)	Outras medidas	Despacho n.º 8990-C/2013, de 9 de julho; Despacho n.º 9002/2015, de 12 de agosto; Despacho n.º 2935-B/2016 - Diário da República n.º 39/2016, 1ª Suplemento, Série II de 2016-02-2; Portaria n.º 138/2016 - Diário da República n.º 93/2016, Série I de 2016-05-13	Aprovado o modelo de guia de tratamento da receita desmaterializada - a Receita Sem Papel (RSP) representa 99% do total do receituário no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e, fora do SNS, acima de 59%, com tendência a aumentar. O sistema de saúde português mudou com a Receita Sem Papel. Hoje, as receitas sem papel já atingem um total nacional de aproximadamente 100%. Dados de 31 dezembro 2017: Receitas Sem Papel emitidas – 73 422 455; Embalagens de Receitas Sem Papel emitidas –757 633 197; Receitas Sem Papel emitidas no SNS – 54 204 115; Embalagens de Receitas Sem Papel emitidas no SNS – 620 600 543; Utentes que tiveram pelo menos uma Receita Sem Papel – 9 086 532; Embalagens de Receitas Sem Papel dispensadas – 231 284 738; Participação calculada em benefício do utente – 1 782 633 749 €, Diariamente, entre 4500 a 5000 receitas já só existem por SMS, traduzindo-se em poupanças de papel que ultrapassam as 90 mil toneladas por ano; Implementação entidades SNS (Nascer Utente – Possibilidade de inscrição do recém-nascido no SNS e atribuição de médico de família na maternidade, aos recém nascidos que efetuaram o registo no Nascer Cidadão na maternidade [Entre janeiro e dezembro de 2017, realizaram-se 68.756 partos nos hospitais públicos e nasceram 82293 (IRN/ base Nascer Cidadão) crianças no sistema nacional de saúde; Entre janeiro e dezembro de 2017, do número total de nascimentos do SNS, foi atribuído Nascer Utente 30.469 crianças, ou seja cerca de 44.3% de crianças nascidas; Notícia de Nascimento Digital - desmaterialização da Notícia de Nascimento, promovendo um reforço da articulação entre Hospitais e Cuidados de Saúde Primários e melhorando a qualidade da continuidade dos cuidados prestados à criança e à família); eBoletim de Saúde Infantil e Juvenil – projeto piloto; Boletim de Vacinas Eletrónico – projeto piloto a decorrer no CS Sines; Desenvolvimento da análise funcional e processo de atualização automática dos dados relativos aos dadores de sangue, para garantir interoperabilidade entre os diversos sistemas de registo de dádvas de sangue e o registo nacional de utentes; Desenvolvimento de um registo centralizado de entidades que participam em ensaios clínicos e desmaterialização dos pedidos de pareceres relativos a ensaios clínicos, com processo de divulgação de informação aos agentes do sector e cidadãos.	Implementação em curso	Não se aplica
Introduzir medidas de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS	Outras medidas		Criação do Portal do SNS; Dados a 01/02/2018: 13 Milhões de visualizações do Portal SNS; 7 Milhões de acessos; 140 mil seguidores nas redes sociais SNS;Sob o mote “Próximo de si”, o Portal SNS é uma ferramenta agregadora de toda a informação de saúde, e está estruturado em quatro eixos de comunicação: SNS, Institucional, Cidadão e Profissional, promovendo a interação entre cidadão, profissional e instituição de Saúde. Dispõe, igualmente de novas funcionalidades, como acompanhar os tempos de espera nas urgências e cirurgias e, permite ainda, explorar um conjunto de dados e indicadores de saúde que estão presentes na área dedicada à Transparência.Promotor da literacia digital, é o único local agregador de informação relevante sobre temáticas diversas da saúde e sobre o Serviço Nacional de Saúde, estruturando-se em quatro eixos: SNS; Institucional; Profissional e Cidadão, que integra a Área do Cidadão, atualmente com mais de 1,8 milhões de utilizadores.	O Portal SNS passará a dispor de versão multilingue e promoverá o acesso a novas áreas de desenvolvimento, como por exemplo, a área do Profissional de Saúde SNS.	Não se aplica
Combater a Fraude no SNS	Outras medidas	Decreto-Lei n.º 106-A/2010, de 1 de outubroDespacho n.º 898/2016, publicado no DR 2.ª série, nº 12 de 19/1 (criação do grupo de prevenção e luta contra a fraude)Despacho n.º 1877/2017, publicado no DR 2ª série nº 46 de 6/3 (criação da unidade de apoio ao grupo de prevenção e luta contra a fraude)Despacho n.º 6049/2017, publicado no DR 2ª série n.º 130 de 7/7, altera o despacho 898/2016 de 19 de Janeiro	O combate à fraude e ao desperdício é determinante para a sustentabilidade económica e financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS), permitindo uma correta aplicação dos dinheiros públicos na prestação de cuidados de saúde aos cidadãos. Desenvolvimento do Programa de Luta contra a Fraude no SNS, com a respetiva constituição do grupo de trabalho e análise sistematizada das áreas dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Hospitalares, Cuidados Respiratórios Domiciliários, Transporte de Doentes Não Urgentes, Cuidados Continuados Integrados; Desenvolvimento de indicadores, com identificação de áreas vulneráveis e propostas que visam diminuir despesa, com implementação de medidas de natureza preventiva; Desenvolvimento de novos indicadores de risco para as áreas supra; Comunicação de situações anómalas às entidades competentes para investigação (IGAS, IP e PJ); Formação ministrada a elementos do Ministério da Saúde, no âmbito da intervenção em Tribunal – Processos de Burla ao SNS. No ano de 2017 foram detetadas 78 situações tendo sido encaminhadas 62, no âmbito da atividade do Centro de Conferência de Faturas/Unidade de Exploração de Informação (CCF/UEI), tendo o Grupo de Apoio Técnico ao Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude detetado 27 ocorrências.	Deteção de fraude, com recurso a ferramenta de Business Intelligence, prevista no contrato de gestão do CCM-SNS – em curso;Desenvolvimento de mecanismos de conferência e monitorização de receita desmaterializada;Início do processo de desmaterialização de MCDT;Enfoque na área dos contratos públicos e donativos, no setor da Saúde;	Não se aplica
Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Outras medidas	Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro	Autorizada a utilização dos saldos de gerência de 2015 dos EPE pagamento de dívidas dos EPE (111ME); Injetados fundos extraordinários para pagamento de dívidas das entidades EPE do SNS no valor 151ME; Regularizadas as dívidas acumuladas pelas ARS às farmácias em 2015 (115ME); Reforçada a dotação disponível das ARS para pagamento de dívidas ao setor convencionado.	Medida a implementar ao longo da legislatura.reforço de capital estatutário nos hospitais empresas (EPE), através da injeção de cerca de 1,4 mil milhões de euros para pagar dívidas a fornecedores.	Não se aplica

Nome da Medida	Pilar do PNR	Instrumentos legais/administrativos	Progressos alcançados até à data	Calendarização dos próximos passos	Meta da Europa 2020 abrangida pela medida
Reformar o modelo de gestão e de organização hospitalar e criação dos Centros de Responsabilidade Integrada (CRI)	Outras medidas	Resolução do Conselho de Ministros de 15 de setembro de 2016	Criação de condições para a implementação dos Centros de Responsabilidade Integrada.	Prevista a criação de novos Centros de Responsabilidade Integrada	Não se aplica
Reduzir o défice e a dívida pública	Outras medidas	O plano de recuperação de dívidas fiscais e contributivas, assim como a recuperação da garantia do BPP, o pagamento de CoCos e a venda de ativos financeiros resultantes dos processos de resolução do Banif e BES serão usados para amortizar dívida.	Lançamento do processo de recuperação de dívidas fiscais e contributivas (Decreto-Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro - Aprova um regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à segurança social, através de pagamento integral ou pagamento em prestações). Os restantes processos de venda estão a decorrer. Resultados:Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado = 4.450.600.000 Euros (equivalente em EUR dos reembolsos antecipados efetuados ao FMI até 31/07/2017 = 988.000.000+1.762.600.000+1.700.000.000 Euros) Com origem nas seguintes operações:Programa PERES até final de 2016 (511.000.000 Euros); Pagamento de CoCos do BCP em Fev de 2017 (700.000.000 Euros); Resolução do BES (3.900.000.000 Euros); Resolução do BANIF (353.000.000 Euros), num total de 5.464.000.000 Euros	Processo contínuo	Não se aplica

Indicadores físicos

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Promover a generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Diversificar a oferta formativa para os jovens, garantindo o aumento da frequência do ensino secundário, nomeadamente nas vias profissionalizantes	Taxa de escolarização no ensino secundário aos 17 anos	92%	87% (2015/16)	Taxa de conclusão do ensino secundário (vias escolares)	1	72% (2015/16)	Taxa de alunos do ensino secundário em vias profissionalizantes (Dupla certificação)	50%	42% (2015/16)	Oferta de cursos - dimensão da rede do ensino profissional (homologada)	5 750	5 251
Modernizar o sistema de ensino	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Modernização pedagógica assente em recursos educativos digitais; Inovação nas aprendizagens; Plataformas de gestão da informação, monitorização e avaliação; Promoção do desenvolvimento de competências de pensamento computacional e programação informática, a partir do primeiro ciclo.	N de alunos do ensino básico e secundário a frequentar disciplinas/módulos de TIC na escola	602 613	338 723	N de escolas abrangidas por projetos de inovação e qualidade de gestão	600	230	N de professores a frequentar formações na área das TIC e da inovação pedagógica		4027 (em 2016/2017)	N de alunos a participar no projeto de Programação e Robótica no Ensino Básico		64 692
Promover o sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Promover a redução do insucesso escolar por via: do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; da generalização da educação pré-escolar a partir dos 3 anos; da progressiva gratuitidade dos manuais escolares formalmente adotados para o ensino básico e secundário; da limitação do número de alunos por turma (em particular nas escolas com dificuldades); da generalização da "Escola a Tempo Inteiro"; da promoção de programas de literacia familiar; e do reforço de mecanismos de ação social.	% agrupamentos de escolas com planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar	100%	99%	Taxa de retenção e abandono no ensino básico	4%	5,9% (em 2017/18 - valor ainda não consolidado)	Criação de novas salas do pré-escolar	600	170	N de crianças abrangidas pela oferta dos manuais escolares	500 000	323 695
Estimular o sucesso escolar no ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Promoção de ações de acompanhamento e modernização pedagógica orientada para a redução do abandono escolar no ensino superior, juntamente com a contratação de jovens docentes doutorados pelas instituições de ensino superior	N.º de docentes doutorados contratados por ano (100/ano)	500	231									
Alargar a base social do ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Reforço da atribuição de apoios sociais a estudantes carenciados do Ensino Superior	N.º de Bolsas atribuídas anualmente (média anual)	70 000	70 692									
Estimular o emprego científico	Qualificação dos portugueses	2	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Novos contratos de investigador/docente para jovens doutorados, proporcionando o rejuvenescimento das instituições científicas e de ensino superior	Novos investigadores/docentes doutorados contratados	5.000	237									
Reforçar a formação vocacional no ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Apoiar a formação inicial curta de âmbito superior nos institutos politécnicos, atraindo o maior número de estudantes para os cursos TESP (nível 5 EQF)	N.º de diplomados TESP	20.000	1.963	N.º de novos inscritos TESP	30.000	21.386						
«Portugal INCoDe. 2030 - Iniciativa Competências Digitais» para responder à carência de recursos humanos capacitados nem Tecnologias de Informação.	Qualificação dos portugueses	2	Promover ganhos de produtividade no tecido empresarial contribuindo para a disponibilização de mais recursos especializados em TICs	Aumentar em 20.000 pessoas a oferta de recursos humanos com competências digitais	Aumento do número de pessoas capacitadas em competências digitais	20.000										
Programa Qualifica - Reforçar a formação e qualificação de adultos	Qualificação dos portugueses	2	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população adulta.	O Programa Qualifica configura uma estratégia integrada de educação e formação de adultos que tem por principais objetivos: 1. Promover a participação de adultos em percursos de qualificação; 2. Expandir em 26% a rede de Centros Qualifica (300 Centros Qualifica até ao final de 2017); 3. Criar um sistema de créditos para o ensino e formação profissionais que possibilite a capitalização coerente de unidades de formação, maior mobilidade e flexibilidade nos percursos formativos e melhor legibilidade e reconhecimento do sistema de ensino e formação profissionais por parte dos diversos atores; 4. Criar o Passaporte Qualifica, instrumento central de valorização e facilitação dos percursos individuais de formação para registo das qualificações obtidas (numa lógica de currículo ou de caderneta), e identificação das competências em falta para completar um determinado percurso de formação.	N.º de adultos inscritos	600.000	138.500	Expansão da rede de Centros Qualifica (até 2017)	300	300	Percentagem da população adulta (15-64 anos) que concluiu o ensino secundário	50%	48% (2017)	Taxa de participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida	15%	9,6% (2016) ; 9,8% (dados de 2017 ainda provisórios...)
Efetuar o Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	2	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), tendo em vista ganhos de eficiência e aposta em medidas com mais eficácia na criação efetiva de emprego, reduzindo a segmentação do mercado de trabalho	Avaliação dos impactos das políticas ativas de emprego, em particular no que respeita à empregabilidade dos participantes	NA											
Campanha Nacional de Informação no âmbito da Garantia Jovem	Qualificação dos portugueses	2	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), procurando alcançar os jovens destinatários da Garantia Jovem, com enfoque nos mais afastados do sistema (não inscritos nos SPE), bem como os jovens que ainda estão a frequentar o ensino secundário e que podem vir a tornar-se NEET num futuro próximo.	Campanhas de sensibilização com o objetivo de assegurar a identificação precoce de jovens NEET, nomeadamente através da plataforma online da Garantia Jovem, e de promover o seu regresso a percursos formativos ou a sua inserção profissional, designadamente através de medidas de estágio.	N.º de visitantes e de inscrições na Plataforma online da Garantia Jovem	732.956	310.700	Novas inscrições na plataforma GJ	54.659	7.450	Nº de jovens abrangidos	625.000	314.700			
Cheque-Formação	Qualificação dos portugueses	2	Promover a ativação dos desempregados, através da melhoria da sua empregabilidade	Promover a formação autónoma dos utentes do IEFP, ativos ou desempregados.	N.º abrangidos	75.000	26.050									
Desenvolver a criação de cooperativas por jovens desempregados/NEET através do Programa COOPJOVEM	Qualificação dos portugueses	2	Promover a ativação dos desempregados jovens	O COOPJOVEM é um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, aplicável ao território de Portugal Continental, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas ou em projetos de investimento que envolvam a criação líquida de postos de trabalho em cooperativas existentes, como forma de desenvolvimento de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do próprio emprego e a definição do trajeto de vida.	N.º abrangidos	2 700	356	N.º de cooperativas criadas por ano	75	4				Novas secções em cooperativas agrícolas	8	
Contrato-Emprego	Qualificação dos portugueses	2	Promover a ativação e a integração sustentável no mercado de trabalho dos desempregados, em particular jovens e desempregados de longa duração, e reduzir os níveis de segmentação do mercado de trabalho	Medida de apoio à criação de postos de trabalho que consiste na atribuição, às entidades empregadoras, de um apoio financeiro à celebração de contratos de trabalho com desempregados inscritoMedida seletiva e orientada para o incentivo da sustentabilidade do emprego, privilegiando os contratos sem termo e reforçando os critérios de criação líquida de emprego, introduzindo ao mesmo tempo uma diferenciação positiva para a criação de postos de trabalho em territórios e destinatários com maior necessidade de apoio.	N.º de postos de trabalho apoiados	15.000 (em 2017); 12.000 (2018)	14.350									
Livro Verde sobre as Relações Laborais 2016	Qualificação dos portugueses	2		Publicação do Livro Verde das Relações Laborais (LVRL), com o objetivo de sistematizar uma análise aprofundada das principais dimensões e indicadores do mercado de trabalho. A publicação do LVRL envolve diferentes serviços e entidades do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social.	NA	NA										
Programa Contrato-Geração	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	2	Promover a ativação dos desempregados jovens e desempregados de longa duração (DLD)	Apoio ao emprego para as empresas que contratem simultaneamente jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, consistindo na concessão de um apoio financeiro por cada contrato de trabalho sem termo celebrado, num mínimo de dois contratos e na dispensa parcial ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social, na parte relativa à entidade empregadora	N.º abrangidos											
Reorientar as políticas ativas do mercado de trabalho	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	2	Promover a ativação sustentável dos beneficiários de políticas ativas.	Ajustar a regulamentação das políticas ativas do mercado de trabalho, no sentido de promover inserções mais estáveis e permanentes no mercado de trabalho, adotando as seguintes orientações: majoração dos apoios aos contratos sem termo, de modo a estimular a criação efetiva de postos de trabalho (prémio-emprego); reforçar a diferenciação positiva em função dos tipos de público; reforçar os mecanismos de acompanhamento dos percursos no mercado de trabalho.	Percentagem de contratos sem termo apoiados no âmbito das medidas de apoio à contratação	75%	80%	N.º DLD abrangidos em políticas ativas	600.000	238.500	Percentagem de DLD abrangidos por políticas ativas (no total de DLD registados)	70%	50%			
Estágios Profissionais	Qualificação dos portugueses	2		Apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados através do desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho. Distingue-se das anteriores medidas de estágio por:1. Maior direcionamento para resultados estratégicos, com a criação do prémio-emprego para incentivo da contratação sem termo no fim dos estágios;2. Promoção da eficácia dos apoios concedidos, com introdução de critérios claros e objetivos de análise de candidaturas aos apoios, nomeadamente a eficácia dos apoios concedidos no passado;3. Valorização das qualificações, nomeadamente com diferenciação do valor do apoio dos estágios para os níveis pós-superiores;4. Reforço dos mecanismos de acompanhamento, com a disponibilização de um endereço de correio eletrónico e de contacto telefónico para comunicação direta dos estagiários com o IEFP;5. Reforço dos instrumentos de proteção, com introdução da possibilidade dos estagiários serem ressarcidos das bolsas não recebidas por incumprimento da empresa.	N.º de estágios apoiados	16.000 (2017); 24.000 (2018)	10.300									
Plano Nacional das Artes	Qualificação dos portugueses	NA	Promover a fruição artística a partir de uma acessibilidade generalizada em territórios com défice de oferta cultural e integrada com os programas de formação.	Sensibilização do público escolar para as áreas artísticas (ensino obrigatório) cruzando com o ensino superior (centros de investigação) num processo coordenado com os programas de apoio às artes (na sua dupla missão artística pública desenvolvidas pelas áreas do teatro, dança e música), e em relação com um programa de combate à literacia visual.	Nº de beneficiários	nd	nd	Nº de entidades envolvidas	nd	nd	Nº de Concelhos abrangidos	nd	nd			
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Definição de estratégia médio-longo prazo para o turismo, antecipando o novo Quadro Comunitário de Apoio (2021-2027). Colocar Portugal no centro da sustentabilidade e inovação em turismo.Promover o crescimento sustentável do turismo ao longo de todo o ano e em todo o território, fomentado a criação de emprego qualificado	A ET27 consubstancia uma visão de longo prazo para a atividade turística em Portugal,com objetivos e metas concretas de sustentabilidade económica, social e ambiental, concretizada com ações no curto e médio prazo, assumindo compromissos e estabilidade nas opções e antecipar o novo quadro comunitário de apoio 2021-2027	Criação de um documento Estratégico	1	1									
REVIVE	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Recuperação e valorização do património do Estado e a transformação em ativos económicos; reforçar a atratividade de destinos regionais, a desconcentração da procura e o desenvolvimento turístico regional e nacional	Programa de valorização do património público, através da disponibilização de edifícios em todo o país que se encontram devolutos permitindo que sejam recuperados e neles se desenvolvam projetos turísticos com recurso a investimento privado	Número de concursos de concessão lançados	30	4									
Dinamizar investimento no Turismo - Instrumentos financeiros específicos para o turismo	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Novas formas de financiamento específicas para o turismo; promoção do investimento e requalificação da oferta turística nacional, em especial nas zonas do interior do país	Criação de mecanismos de financiamento para dinamização do investimento no turismo, com especial foco na sustentabilidade, promovendo alargamento do turismo a todo o ano e a todo o território	Instrumentos de financiamento lançados	5	4									
Wifi nos centros históricos	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Dotar os centros históricos com afluência turística de redes wi-fi gratuitas de elevada qualidade; melhorar a experiência do turista e interação com a oferta turística nacional	Implementação de redes wi-fi gratuitas nos centros históricos das principais cidades portuguesas e em zonas de afluência de turistas, por forma a melhorar a experiência de usufruto do património nacional bem como do comércio tradicional dos centros históricos; Contribuir para o desenvolvimento de smart cities e de formas mais sustentáveis de gestão das cidades e dos seus recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento económico.	Centros históricos com wifi gratuito	50	69									
Programa de valorização turística do interior	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Valorizar e incrementar a oferta turística no interior, o seu património e recursos endógenos, melhorando a atratividade e a experiência turística nas regiões do interior	Desenvolvimento de projetos e iniciativas que, através de atividades com relevância para o turismo, concorram para o desenvolvimento do interior e para a coesão nacional	Números de projetos identificados e apoiados	60	110									
All for all	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Capacitar e promover Portugal como destino para todos.Garantir a adaptação de espaços públicos, recursos patrimoniais e de serviços que assegurem a fruição turística a todas as pessoas, incluindo pessoas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes	Promoção de iniciativas que visem a adaptação de espaços, recursos e serviços de interesse turístico a pessoas com necessidades especiais, de modo a garantir um acolhimento inclusivo a todos os turistas, colocando Portugal como exemplo de destino turístico acessível internacional	Adaptação de espaços turísticos ao turismo acessível através da linha de apoio	50	60	Canal no visitportugal dedicado a turismo acessível	1	1	Instrumentos de promoção de Portugal como destino para todos	7	9			
Portuguese Trails	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Diversificar oferta turística. Posicionar internacionalmente Portugal como destino de cycling e walking; desconcentrar a procura turística ao longo do ano e em todo o território	Promoção internacional de Portugal como destino de natureza, com destaque para o cycling e walking, envolvendo estruturação de produtos, promoção externa e apoio à internacionalização das empresas	Criação de plataforma nacional web portuguesetrails.com	1	1	Campanha de promoção Portuguese Trails	1	1						
Programa de inovação e digitalização da oferta turística	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Promover a inovação e a digitalização das empresas de turismo por forma a concorrer no mercado global	Acelerar inovação no turismo	Centro Inovação Turismo	1	0	Startups turismo em programas de incubação e aceleração	200	250						
Desenvolver a Investigação&Desenvolvimento&Inovação, através da promoção de agendas mobilizadoras.	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Focalizar os apoios à I&D&I em áreas com maior potencial de valorização económica, alinhados com a especialização inteligente	Definição de roadmap de prioridades estratégicas em que se estruturam os Programas de I&D&I mobilizadores entre as universidades/politécnicos e empresas, baseado nas estratégias de especialização inteligente.	NA											
Programa Interface - Promover a transferência de conhecimento para empresas, através de Laboratórios Colaborativos/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D&I	Inovação da Economia Portuguesa	2	Melhorar e aumentar o nível de transferência de conhecimento do mundo académico e científico para o tecido empresarial	Criar e reforçar a capacidade de inovação através de "laboratórios colaborativos" e em empresas, nomeadamente através do apoio ao emprego de recursos humanos qualificados.	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas e por Laboratórios Colaborativos (n.º)	1.200		N.º de empresas apoiadas em projetos de co-promoção com entidades não empresariais do Sistema de I&I	1.000	506	N.º de laboratórios colaborativos reconhecidos		6			
Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e equipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Reforçar a capacidade dos centros de investigação, garantindo a produção de conhecimento necessário à inovação, qualificação e internacionalização do tecido económico nacional	Reforço da capacidade dos centros de I&D, das infraestruturas de investigação e apoio a projetos que promovam o aumento da produção científica e tecnológica de qualidade reconhecida internacionalmente	Infraestruturas de investigação apoiadas (n.º)	40	39	Centros de I&D apoiados (n.º)	400	307	N.º de projetos de I&D apoiados	2.000	1.031			

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	3	Dinamização de um ecossistema coerente que incentive o surgimento de start-ups e a aceleração do seu crescimento.	Constitui a Estratégia Nacional do Governo para o Empreendedorismo. Pensada a quatro anos, foca-se em três áreas de atuação: Ecosistema; Financiamento e Internacionalização. Mais do que fomentar o espírito empreendedor, a Startup Portugal destina-se a apoiar quem já é empreendedor, a assegurar a longevidade das empresas criadas e garantir que produzem maior impacto em termos de criação de emprego e de valor económico. Destina-se a organizar, desbloquear, promover a partilha de benefícios, boas práticas e recursos, entender onde há falhas regionais e setoriais e colmatar lacunas. Financiamento específico de start-up, investimento na envolvente, incluindo incubadoras e promoção externa das iniciativas nacionais de empreendedorismo e das novas empresas nacionais.	N.º de novos projetos apoiados	1.000	407									
Promover uma política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado.	Até 2019, será implementada uma nova Estratégia do Design e da Moda em Portugal, cujo objetivo é a definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado. Será igualmente criado um novo Centro Português de Design com o intuito de difundir e implementar as mais-valias que daí advêm para a modernização e atualização da indústria, da economia e do País. Este projeto encontra-se em análise e revisão.												
Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa	3	Implementação de um quadro de incentivos fiscais para a Promoção do Empreendedorismo e do incentivo ao investimento em PME em fase de start-up ou nos primeiros anos de atividade designado por Programa Semente.	Utilização de instrumentos alternativos de financiamento quer incentivando os investidores a fazerem aplicações diretamente no capital das empresas, quer proporcionando às empresas uma forma de financiamento alternativa ao endividamento, permitindo uma melhor e maior partilha de risco do negócio. Constitui uma das medidas do pilar financiamento da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo - Startup Portugal.	N.º de empresas apoiadas	nd		N.º de investidores	nd		Montante Global de Investimento	nd		Montante Benefícios Fiscais atribuído	nd	
Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa	NA		Promover a inovação das PME, nomeadamente na sua fase nascente, através da definição de critérios de seleção utilizados nas compras públicas, que privilegiem a inovação dos produtos e dos fornecedores.												
Programa Interface - Iniciativa de Apoio aos Centros Interface	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Apoio aos centros de interface tecnológico para capacitação e oferta de serviços de inovação e eficiência energética, promovendo o aumento da competitividade pela integração de pessoal qualificado	Capacitar organizações de interface que têm vindo a garantir a aproximação da Ciência e Economia e melhorar os fluxos de conhecimento entre elas com vista a aumentar a competitividade das empresas portuguesas. Esta medida tem três áreas de ação (reforço do financiamento, recursos humanos e desenvolvimento de novas áreas de competência) e contará com financiamento proveniente dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e de um fundo criado especificamente para Transferência de Tecnologia (FITEC).	Nº de entidades apoiadas	25	28 Centros de Interface reconhecidos	Nº de pessoas integradas	250							
Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	NA		Definir políticas de modo, a apoiar as empresas para aproveitarem as oportunidades de negócio no âmbito da Quarta Revolução Industrial, que se caracteriza, fundamentalmente, pela introdução de um conjunto de tecnologias digitais nos processos de produção. Visa criar as bases de uma compreensão uniforme do potencial da Indústria 4.0 a nível nacional. A Iniciativa Indústria 4.0 tem como objetivos: (i) analisar as experiências nacionais e internacionais; (ii) identificar os desafios e os fatores críticos de sucesso em Portugal; (iii) proceder a recomendações para a transição da indústria portuguesa para a Quarta Revolução Industrial. Até 2020, está previsto um montante de investimento público de quase dois mil milhões de euros para a transformação digital da economia portuguesa, envolvendo 50 mil empresas. 50 em linhas de financiamento para a Indústria 4.0, serão canalizados 414 milhões de euros de fundos estruturais e 331 milhões de euros para apoiar Projetos Âncora de Inovação.	N.º de empresas abrangidas	50 000	6 774	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	62%	(Aguarda-se resultados do último CIS)						
Reforçar o acesso a redes de banda larga	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Garantir níveis elevados de cobertura de redes de fibra ótica e de redes móveis 4G, garantindo que o acesso de todo o território nacional aos mercados digitais	Investimento nas redes de Nova Geração (fibra ótica) e nas redes móveis 4G	Nível de cobertura territorial por redes de nova geração (fibra ótica)	100%	100%	N.º de freguesias adicionais cobertas por rede móvel 4G	1 100							
Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Apoiar projetos de investimento, orientados à captação de IDE, inovação empresarial e internacionalização	Apoiar projetos de investimento, orientados à captação de IDE, inovação empresarial e internacionalização	N.º de candidaturas contratadas (PT 2020)	4 226	3923 (93%)									
Programa Interface - Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Garantir a capacitação das empresas nacionais que fornecem os investimentos -âncora em Portugal, capacitando-as e qualificando-as para tipos e procura mais exigentes e promovendo a sua competitividade internacional	Capacitação e qualificação das empresas nacionais que fornecem os investimentos âncora existentes em Portugal	Aumento das compras, por parte de empresas âncora, a fornecedores nacionais	n.d.	15%-25%	Entidades do sistema científico e tecnológico envolvidas	n.d.	6	Empresas Envolvidas	n.d.	38			
Alargar a base exportadora do país - novas empresas exportadoras e sua capacitação	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Empresas em Ações de Capacitação da AICEP	+150 face a ano anterior		Empresas em Programas de Aceleração da AICEP	+25 face a ano anterior							
Programa de Apoio às Artes	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Promover a atividade profissional do terceiro setor de forma alargada, diversificada e sustentada; estimular a inovação enquanto processo criativo e fator de desenvolvimento social e económico; valorizar e dignificar autores e artistas na sua prática profissional e condições de trabalho; garantir o acesso à cultura no território nacional por pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades; fomentar, através da cultura, uma cidadania participada e responsável; promover práticas em colaboração com outras áreas governativas e projetar a cultura portuguesa no plano internacional.	Revisão do modelo de apoio às artes vigente tendo por base uma melhor adaptação à realidade, o atual desenho territorial da oferta, as condições proporcionadas aos agentes nos últimos anos e a compreensão do que constitui hoje o tecido profissional das artes, designado de setor artístico.	Nº de concelhos abrangidos pelo modelo revisto	308	1	Nº de beneficiários (espetadores e participantes) no primeiro ano (2018)	11000000 euros		nº de entidades beneficiárias no primeiro ano (2018)	260	na	nº de projetos apoiadosno primeiro ano (2018)	740	na
Organizar o setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização do território	NA		Revisão do modelo de governação do setor de transportes entre administração central e local, incluindo substituição 500 autocarros e embarcações de transporte público mais sustentáveis até 2018.	Nº de veículos substituídos	500	0	Nº de veículos Contratualizados	500	510						
Descarbonizar a frota de Veículos Leigos de acesso público	Valorização do território	NA		Aumentar o desempenho ambiental e promover a inovação dos serviços de mobilidade, incluindo a renovação de 1000 veículos ligeiros de acesso público até 2020.	N.º de veículos	1 000	115									
Expandir o Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização do território	NA		Expandir a rede de metro do Porto e de Lisboa (9km até 2020)	N.º km a construir	9	0									
Mobilidade elétrica	Valorização do território	NA		Incentivar a mobilidade elétrica, incluindo a instalação de 2394 postos de carregamento de veículos elétricos até 2020	N.º de pontos de carregamento a ligar à rede MOBI.E	2 394	1 464	N.º de pontos de carregamento contratualizados	2 394	1 868						
Mobilidade suave	Valorização do território	NA		Criar e implementar um plano estratégico para a mobilidade suave, incluindo a disponibilização de 6000 bicicletas em sistemas partilhados até 2020	Nº de bicicletas a disponibilizadas em sistemas partilhados	6 000	400	Nº de bicicletas contratualizadas para disponibilizar em sistemas partilhados	6 000	5 186						
1º Direito	Valorização do território			Proporcionar a pessoas que residam em condições indignas ou desprovidas da habitação em que habitam, o acesso a uma habitação adequada e condigna (8000 fogos até 2020)	Nova oferta de habitação de interesse social financiada (nº fogos contratados)	8000	0	Nº de fogos protocolados	8000	161						
Porta de Entrada	Valorização do território			Proporcionar, de forma célere, eficaz e integrada, alojamento urgente e soluções habitacionais a pessoas desprovidas da habitação em que residam, decorrente de causa imprevisível e/ou insanável pelos próprios, nomeadamente desastres naturais (inundações, sismos, incêndios) e fenómenos de migrações coletivas.												
IFRRU 2020	Valorização do território	NA		Reabilitação de edifícios, fomentando a eficiência energética e sísmica (1800 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios contratados	1 800	2	Nº de edifícios candidatados	1 800	30						
Reabilitar para arrendar	Valorização do território	NA		Reabilitação de edifícios degradados com mais de 30anos, disponibilizando-os em regime de renda condicionada (400 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios a contratados	400	16	Nº de edifícios candidatados	400	126						
Instrumentos para áreas urbanas	Valorização do território	NA		Regeneração de áreas degradadas (2,9 milhões de m2 de espaços públicos; 197 mil m2 de edifícios públicos ou comerciais; 2057 habitações até 2020)	Área de espaços públicos reabilitados (m2)	2 292 483		Área de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados (m2)	197 075		N.º de habitações reabilitadas	2 057				
Fundo Nacional Reabilitação do Edificado	Valorização do território	NA		Reabilitar edifícios degradados (2702 fogos a reabilitar até 2020)	Número de fogos reabilitados	2 702	0	Número de fogos integrados no Fundo	2 702	0						
Casa Eficiente	Valorização do território	NA		Melhorar a eficiência energética de imóveis (10 000 fogos até 2020)	N.º de fogos a melhorar a eficiência energética	10 000	0									
Promover a descarbonização - Living Labs	Valorização do território	NA		Montra de soluções tecnológicas, constituindo casos de estudo de implementação de tecnologia(5 zonas a implementar até 2018)	Nº zonas com soluções tecnológicas implementadas	5	0	Nº zonas com soluções tecnológicas contratualizadas	5	10						
Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização do território	NA		Promover a eficiência energética na Administração Pública	N.º de edifícios da Administração Pública a melhorar ao nível da eficiência energética											
Remover amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos	Valorização do território	NA		Remoção de amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos, incluindo a intervenção em 3.739 edifícios	N.º de edifícios a intervenionar	3 739	166									
Compras públicas ecológicas	Valorização do território	NA		Desenvolver uma estratégia de compras públicas ecológicas até 2020	N.º de Estratégias desenvolvidas	1	1	Portal informativo da estratégia de compras públicas ecológicas	1	1	Grupos de trabalho ativos	21	6	Critérios de compras públicas ecológicas publicados	21	0
Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos	Valorização do território	NA		Aumento do tratamento de resíduos urbanos por processo mecânico e biológico (atingir 46% de resíduos urbanos processados em TMB até 2020)	% de resíduos urbanos processados em TMB	46%	41%									
Política dos 3R	Valorização do território	NA		Prevenção e Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos(reduzir para 35% a taxa de deposição de RUB em aterro; aumentar para 50% a taxa de preparação para reutilização e reciclagem até 2020)	Taxa de deposição de RUB em aterro	35%	41%	Taxa de preparação para reutilização e reciclagem	50%	38%						
SIGRE	Valorização do território	NA		Aumento da concorrência ao nível das sociedades gestoras de resíduos de embalagens(criar mais uma entidade gestora até 2017)	Entidades gestoras a criar (até 2017)	100%	100%									
Fiscalidade Verde	Valorização do território	NA		Revisão da Fiscalidade Verde	Rever a Fiscalidade Verde (alterações legislativas)	nd	7									
Plano Ferrovia 2020	Valorização do território	NA	Aumentar a orientação exportadora da economia portuguesa	Construção e/ou modernização de 1200 km (907 km até 2020) de linhas ferroviárias, garantindo a conetividade territorial, interna e internacionalmente	km de linha construída/remodelada	907	219									
Desenvolver a atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização do território	NA		Construção e requalificação da rede de regadio em Portugal, promovendo a competitividade e sustentabilidade da agricultura e a preservação dos territórios e respetivas populações	Áreas cobertas por infraestruturas de regadio construídas ou melhoradas (ha)	88 000										
Valorizar o potencial económico do interior	Valorização do território	NA		Criação de um sistema de incentivos à atividade empresarial nos territórios de baixa densidade (SIZI2)	Dotação disponibilizada em concurso	320 000	196 873	Candidaturas submetidas		8 906						
Janela Única Logística (JUL)	Valorização do território	NA	- Aumentar a eficiência das cadeias logísticas e as economias de escala entre os portos e os clientes finais- Simplificar e desmaterializar os procedimentos nos transportes- Ajudar a maximizar a utilização das infraestruturas nacionais para o transporte de mercadorias- Potenciar a intermodalidade e a utilização de transportes mais amigos do ambiente	- Implementar a Janela Única Logística que, como evolução e extensão natural da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação da cadeia logística, integrando os meios de transportes terrestres e a ligação aos portos secos, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines	Nº de Portos com a JUL implementada	5	nd	Nº de Terminais Ferroviários no hinterland integrados	8	nd	% dos contentores despachados na JUL	98%	nd			
Estratégia de Aumento da Competitividade Portuária – Horizonte 2026 (anterior Plano Portuário 2020)	Valorização do território	NA	Modernização dos portos nacionais e melhoria das acessibilidades marítimas contribuindo para a competitividade económica de Portugal nas seguintes dimensões, na próxima década: alavancagem das exportações, aumento da atividade industrial e tecnológica nos portos, criação de emprego qualificado	Adequar infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e da procura- Melhorar das condições de operacionalidade das unidades portuárias- Criar nos portos plataformas de aceleração tecnológica e de novas competências; Criar condições para o desenvolvimento do negócio da marinha mercante; Cerca de 83% do investimento será de origem privada	Criação de empregos	12 000	nd	Total de Investimento a realizar (nota: 83% privado)	2.500 M€	nd	Crescimento da carga total	88%	nd	Crescimento da carga contentorizada	200%	

Nome da Medida	Pilar do PNR		Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Promover o transporte marítimo e o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização	do território	NA	Melhoria das condições para o desenvolvimento da marinha mercante, gerando maior competitividade da economia e novos empregos	Medida SIMPLEX+Melhorar o contexto de mercado para o desenvolvimento do negócio da marinha mercante:- Criação da Tonnage Tax alteração do regime fiscal aplicável ao registo de navios- Simplificar os serviços públicos marítimos- Aumentar o registo de navios- Valorizar os recursos humanos e o conhecimento marítimo	Aumento do registo de navios com pavilhão nacional	Crescimento anual de 20%		Aumento das contribuições para a segurança social	Crescimento anual de 30%							
Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas	Valorização	do território	NA	Contribuição para o reforço da segurança energética, diminuição da dependência energética, contribuição para a descarbonização da economia, criando novas indústrias competitivas e novos empregos através do aumento das exportações de tecnologia de energias renováveis oceânicas	Propor políticas públicas que rentabilizem o investimento efetuado e a realizar na Investigação&Desenvolvimento (I&D) e inovação nas energias renováveis oceânicas (edílica offshore flutuante e ondas), tendo em vista a formulação de um modelo de financiamento sustentável e a industrialização competitiva do sector. Fomento da atividade industrial e do desenvolvimento da inovação tecnológica na rede portuária e de estaleiros nacionais, revitalizando a construção naval com a criação de um cluster exportador das energias renováveis oceânicas.	Criação de novo VAB	280M€	nd	Criação de novos empregos	1 500		Atração de investimento	254M€		Melhoria na balança comercial	119M€	
Observatório do Atlântico (anterior Centro de Excelência do Atlântico)	Valorização	do território	NA	Criação um centro internacional para o conhecimento e exploração sustentável dos recursos oceânicos, que incentive a cooperação na I&D entre universidades e o sector empresarial	Ser o Centro de Investigação, Monitorização e Transferência de Conhecimento de referência internacional para o atlântico e especialmente o mar profundo. Ter como um dos eixos principais a investigação aplicada aos desafios da nova economia do mar. Maximizar a posição geoestratégica de Portugal no Atlântico, reforçando as mais-valias dos seus recursos naturais. Maximizar os Recursos Humanos especializados existentes em Portugal nesta componente do estudo do Oceano, com uma forte uma ligação ao setor produtivo. Potenciar parcerias internacionais já existentes e desenvolver novas	Unidades de conhecimento transferidas para a sociedade (até 2021)	5	nd	Nº projetos I&D (até 2021)	10	nd	Nº de parcerias internacionais (até 2021)	10	nd			
Fundo Azul	Valorização	do território	NA	Fundo para a promoção e inovação da economia do mar, promovendo a criação de start-ups e de modelos de negócio assente no conceito de economia circular do mar	O Fundo para o desenvolvimento da economia do mar, a investigação científica e tecnológica, a proteção e monitorização do meio marinho e a segurança marítima, através de financiamento de entidades, atividades ou projetos que cumpram os seguintes objetivos:a) No âmbito do financiamento ao desenvolvimento da economia do mar:i) Apoio a start -ups tecnológicas da nova economia do mar;ii) Apoio às atividades económicas ligadas ao mar, designadamente no âmbito dos auxílios à formação, ao acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento, à investigação, desenvolvimento, e inovação;iii) Dinamização de instrumentos de reforço ou de financiamento de capital próprio ou de capital alheio e de partilha de risco;iv) Ações para proteção e desenvolvimento da segurança alimentar e alimentação escolarv) Apoio à promoção das energias renováveis; b) No âmbito do financiamento à investigação científica e tecnológica do mar:i) Novas linhas de investigação científica e tecnológica aplicadas às prioridades das políticas públicas para o mar;ii) Desenvolvimento tecnológico para a economia do mar e da biotecnologia;iii) Transferência de conhecimento na área das políticas públicas e economia do mar;iv) Investigação aplicada, em parceria com a indústria;v) Atualização nas áreas da investigação e do desenvolvimento tecnológico para a economia do mar; c) No âmbito de financiamento da monitorização e proteção do ambiente marinho;i) Garantir o bom estado ambiental do domínio público marítimo;ii) Prevenção e combate à poluição do meio marinho;iii) Proteção ou recuperação de ecossistemas e biodiversidade marinha;iv) Resposta a situações de emergência de salvaguarda dos interesses nacionais marítimos;v) Consciencialização social sobre a importância do mar;d) No âmbito da segurança marítima, salvaguardar a vida humana no mar.	Percentagem de contratualização anual do Fundo	100%	nd	Percentagem de execução anual do Fundo	75%	nd						
Melhorar as condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias	Valorização	do território	NA	Promover uma pesca sustentável baseada no conhecimento científico em parceria com UniversidadesCriar condições para melhorar a competitividade do setor, simplificar procedimentos, valorizar o pescado e aumentar o valor acrescentado e garantir o empregoDiversificar as atividades marítimas para dinamizar as comunidades piscatórias locais	Criação de emprego, incentivo à saúde e segurança e inovação através de parcerias entre pescadores e comunidade científica.Promover uma pesca sustentável e competitiva baseada no conhecimento científicoModernizar a frota e sua eficiência energéticaValorizar o pescado e reforçar o papel das Organizações de Produtores Dinamizar a indústria transformadora	Valorização do pescado na primeira venda	Até 5% ao ano	15% (2016)	Projetos de transformação e comercialização	76	23	Projetos de desenvolvimento das comunidades locais (DLBC)	16	12	Projetos de reforço de transferência de conhecimento desenvolvimento tecnológico e eficiência energética	555	n.d.
Apostar na Aquicultura	Valorização	do território	NA	Aumentar a produção aquícola de forma sustentável; Reforçar a inovação e transferência de conhecimento na aquicultura; Aumentar a viabilidade das empresas aquícolas incluindo a melhoria das condições de trabalho; Simplificar o processo de licenciamento da atividade	Investimentos produtivos, aconselhamento e inovação com a comunidade científica. Desenvolver novos projetos. Melhorar a viabilidade e competitividade dos existentes através a diversificação da produção e práticas mais intensivas e sustentáveis. Reforçar o desenvolvimento tecnológico a inovação e transferência de conhecimentos	nº de projetos de investimento e inovação	100	79	Aumento da produção	mais 10 mil toneladas até 2020		Criação de emprego	mais 100 novos postos de trabalho				
Dinamização turística das casas de abrigo e casas florestais	Valorização	do território	NA	Reabilitação, valorização e rentabilização do património público fechado e sem uso	Criação de rede das casas de turismo de natureza devolutas em todas as áreas protegidas e criação de fundo imobiliário para colocação no mercado para dinamização turística	Criação do fundo de investimento imobiliário Turismo Natureza	1	1	Dinamização da rede casas Turismo Natureza	40 imóveis	0						
Políticas activas para a gestão participativa e colaborativa de áreas protegidas	Valorização	do território	NA		Conceber e concretizar um novo modelo de gestão participativo e colaborativo para a gestão de áreas protegidas de âmbito nacional.	Número de ações executadas ao abrigo do protocolo de colaboração do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNPT	8	1									
Políticas ativas de conservação da natureza	Valorização	do território	NA		Melhoria do estado de conservação de habitats e espécies e promoção da biodiversidade a nível nacional	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos (Hectares contratualizados)	1 500 000	2 750 780	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação (Hectares contratualizados)	200 000	129 105	N.º de campanhas, ações ou estudos de sensibilização e informação	511	227			
Defesa do Litoral	Valorização	do território	NA		Melhoria da resiliência do litoral face às alterações climáticas, promovendo a valorização do litoral e dos seus ecossistemas naturais	Extensão da faixa costeira contratualizada (km)	50	65	Lançamento dos projetos para assegurar a gestão de informação, o conhecimento e a monitorização continuada no litoral (N.º)	3	1	Extensão da faixa costeira intervencionada (km)	50	20			
Rios e zonas inundáveis	Valorização	do território	NA		Gestão dos riscos de cheia e de inundações, incluindo sistemas de previsão e de alerta (25 intervenções em zonas de risco identificadas)	N.º de intervenções em zonas de risco identificadas concluídas	25	0	N.º de intervenções em execução	25	10						
Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)	Valorização	do território	NA		O PNCT promove medidas de desenvolvimento dos territórios do interior, numa abordagem interministerial (que resulta da articulação da ação de vários ministérios e em particular dos seus serviços desconcentrados) e em articulação com os parceiros da concertação social e com os agentes presentes no território, nomeadamente as autarquias locais, as comunidades intermunicipais, as instituições do ensino superior, as associações empresariais, as empresas e as associações de desenvolvimento local. O PNCT desenvolve-se em torno de cinco objetivos e eixos: Um território interior i) + Coeso; ii) + Competitivo; iii) + Sustentável; iv) + Conectado; v) + Colaborativo. Cada eixo desenvolve-se através de um conjunto de medidas. No total integra 164 medidas.	Número/% de medidas executadas		105 medidas/64%	Número/% de medidas em curso		35 medidas/21%						
Acelerar a transição para uma economia circular	Valorização	do território	NA		Desenvolver, implementar e comunicar o Plano Nacional de Ação para a Economia Circular (PnAEC), impulsionando o uso eficiente e suficiente dos recursos mobilizados na economia, gerando ganhos de produtividade material, ambiental e emprego.	N.º de ações do PnAEC em curso	7	3	Nº de agendas regionais para economia circular	5	0	Nº de avisos/apoio do Fundo Ambiental para a Economia Circular	10	4			
Sistema de informação cadastral simplificada	Valorização	do território	NA	Promover uma adequada gestão e um melhor controlo, planeamento e apoio à decisão sobre a ocupação e uso do território, através da agregação da informação registal, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios.	Levantamento e comunicação de informação cadastral simplificada, por parte de proprietários, autarquias locais e outras entidades públicas com competência de natureza territorial, com vista a permitir definir, junto das entidades públicas, a localização geográfica dos prédios rústicos e mistos.	Área de terreno, em hectares, com representação gráfica georreferenciada nos 10 municípios incluídos no Piloto BUPI	14 500	2 671									
Apoiar os custos de arborização. Compensação pela perda de rendimento agrícola pela criação e manutenção de florestação.	Valorização	do território	NA		Promover a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, melhorando os ecossistemas através da constituição de zonas arborizadas com espécies bem adaptadas às condições locais que contribuam para o aumento da capacidade de sequestro de carbono e para proteção dos recursos naturais (solo, da água, do ar e da biodiversidade	Área a apoiar (ha)	16 745	1 985									
Apoiar os custos de implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	Valorização	do território	NA		Promover a criação de sistemas agroflorestais, nomeadamente montados, sistemas que combinam a silvicultura com práticas de agricultura extensiva, reconhecidos pela sua importância para a manutenção da biodiversidade e pela sua adaptação às áreas com elevada suscetibilidade à desertificação.	Área a apoiar	2 372	599									
Apoiar a prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização	do território	NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos, incluindo sinalização de infraestruturas; ii) Intervenção com escala territorial relevante - Prevenção contra agentes bióticos e instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, incluindo sinalização de infraestruturas.	Área a apoiar (ha)	230 000	131 662									
Apoiar a reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização	do território	NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos. Intervenção com escala territorial relevante - Ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais, ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, em áreas identificadas pelas entidades competentes	Área a apoiar(ha)	95 000	29 353									
Apoiar investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Valorização	do território	NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas;intervenção com escala territorial relevante - Reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecologicamente desajustadas.	Área a apoiar (ha)	71 544	22 432									
Melhoria do valor económico das florestas	Valorização	do território	NA		Promoção de ações que visem aumentar o valor económico e a competitividade dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos, apoiando sistemas que assegurem a harmonização da produção com a manutenção da biodiversidade e salvaguarda de valores ambientais, tendo em conta os princípios da gestão florestal sustentável. Incluem-se nesta ação incentivos à produção de plantas desde que destinados à necessidades da própria exploração florestal. O apoio à recuperação de povoamentos em manifeste subprodução, através da sua substituição por plantas melhor adaptadas às condições locais. Através da utilização de novas tecnologias que assegurem o sucesso da rearborização, ou ainda através da realocização geográfica do povoamento em estação adequada, apoiando-se o arranque de espécies implantadas em locais desadequados.	Área a apoiar (ha)	120 000	33 074									
Apoiar os investimentos em tecnologias florestais na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	Valorização	do território	NA		A medida visa apoiar investimentos que permitam o aumento do valor dos produtos florestais, através de: criação e modernização das empresas florestais; adaptação às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos, participação dos produtores florestais, novos produtos, processos e tecnologias e processos de certificação, integração no mercado, numa gestão eficiente dos recursos, no uso de energias renováveis, desde que pelo menos 70% produção de energia seja para consumo próprio. Os investimentos a apoiar serão: equipamento e tecnologias de colheita, mobilização, concentração, triagem e comercialização e primeira transformação de produtos florestais como sejam madeira, resina, gomas e respetivas operações complementares. As operações de exploração florestal até à transformação industrial incluem o abate, desrama, descasque, toragem, recheia, carga e descarga, medição e pesagem, transporte.	Montante do apoio (euros)	Despesa realizada										

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Instrumento de gestão e mobilização do património rústico fundiário do Estado (antigo Banco de Terras)	Valorização do território	NA		É criado um Banco de Terras, onde será incorporado todo o património rústico do Estado e o património rústico sem dono conhecido, que vier a ser identificado. Todas as propriedades que forem incorporadas sem dono conhecido não poderão ser cedidas ou transacionadas durante um período de 15 anos. O Fundo destina-se à aquisição de novo património, que será integrado, por sua vez, no Banco de Terras e disponibilizado para venda ou arrendamento a agricultores, preferencialmente jovens, e a outras entidades, designadamente EGF quando se tratar de património com vocação florestal.	nd	nd										
Criar o Regime de Incentivos Fiscais (Atividade Florestal)	Valorização do território	NA		É aprovado um regime de incentivos e isenções fiscais, aplicável às EGF e respetivos sócios, através da redução das taxas sobre os lucros provenientes da atividade florestal e de um conjunto de benefícios fiscais em sede de IRC, IRS, IMT, Imposto de Selo e Mais-Valias, além de contemplar uma redução de 75% do valor dos emolumentos para atos de registo de propriedades rústicas destinadas à exploração florestal.	nd	nd										
Criar Entidades de Gestão Florestal	Valorização do território	NA		É criado um regime de entidades exclusivamente vocacionadas para o setor florestal, que deverão integrar uma área mínima de 100 hectares, da qual pelo menos 50% deverá ser constituída por propriedades com área inferior a 5 hectares. Estas entidades beneficiarão de acesso preferencial a propriedades integradas no Banco de Terras e terão igualmente acesso a regime específico de benefícios fiscais.	nd	nd										
Reorganizar o setor das águas	Valorização do território	NA		Reversão das agregações dos sistemas multimunicipais, nas situações em que esta foi imposta aos municípios, e melhoria da eficiência nos sistemas municipais ou intermunicipais.	Número acumulado de municípios reorganizados (altas) - ano de referência: 2015	nd	58	Número acumulado de municípios reorganizados (baixas) - ano de referência: 2015	nd	0	Índice de melhoria nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) - Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta - ano de referência: 2015	80%	79%	Índice de melhoria nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) - Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa - ano de referência: 2015	80%	68%
Interligações Internacionais Rede Elétrica	Valorização do território	NA	Aumento da produtividade da economia nacional por via da rentabilização do investimento no setor energético e redução dos preços por diminuição de falhas de mercado por eliminação das barreiras e estrangulamentos logísticos.	Promover o reforço das interligações energéticas entre Portugal e os seus vizinhos	Capacidade instalada de interligação internacional da rede elétrica - 1 000 MW	Início da construção da nova interligação com Marrocos (Algarve - 1000 MW)										
Revisão e Descida dos Preços do Mecanismo de Garantia de Potência	Valorização do território	NA	Reduz custos sobre consumidores de energia, introduz transparência e competitividade no mecanismo e garantia de potência e combate eventuais rendas excessivas	Introduz um mecanismo de mercado (leilão) na atribuição de compensação pela garantia de Potência e deterina, após consulta informada aos regulador setorial e à entidade responsável pela gestão do sistema, as reserva de capacidade e custo máximo para o sistema.	Poupança com os custos do mecanismo de garantia de potencia - incentivo à disponibilidades (Atribuição de reserva de capacidade em leilão)	Obter a reserva de capacidade identificada até ao preço limite fixado (substancialmente inferior ao valor histórico dos últimos anos)	Poupança de 7,2 Milhões de euros relativamente ao ano de 2016									
Reforçar o peso da produção de eletricidade via energia solar não subsidiada	Valorização do território	NA	Pressionar o preço da energia elétrica no sentido da redução dos encargos sobre empresas e consumidores reforçando investimento em zonas menos desenvolvidas	Prioridade à instalação de capacidade de produção de energia elétrica com base solar sem tarifa apoiada em regiões menos desenvolvidas mas com o maior potencial fotovoltaico	Nº de MW de Licenças de Produção Atribuídas com Caução Paga	Aumentar peso da produção de energia solar, sem feed-in tariff, no mix energético nacional	721 MW									
Criar o Operador Logístico de Mudança de Comercializador de Energia "Poupa Energia"	Valorização do território	4	Ganhos de competitividade por via de estímulo ao bom funcionamento do mercado	Reduzir barreiras à mudança de operador energético com recurso a uma plataforma digital com informação integrada e respetiva prestação de serviços contribuindo para a redução de eventuais rendas excessivas por posição dominante e assimetria de informação.	Evolução das mudanças de comercializador e acesso à informação comparativa	Nº de utilizadores/ Nº de simulações Garantir a relevância do OLMC "Poupa Energia" no universo das decisões tomadas pelo consumidores de energia	Nº de utilizadores - 73 957 / Nº de Simulações - 93 932									
Criar e Regular o Fundo dos Recursos Geológicos	Valorização do território	NA	Permitir acesso a capital a um setor historicamente sem acesso ao setor bancário	Criação de um fundo capaz de se constituir como instrumento de facilitação do acesso ao financiamento da atividade extrativa nas suas várias fases	Fundo dos Recursos Geológicos	1	nd									
Eliminar as barreiras à concorrência na logística e armazenamento dos combustíveis	Valorização do território	4	Ganhos de competitividade por via de estímulo ao bom funcionamento do mercado	Unbundling do mercado dos combustíveis introduzido condições para a real competição no setor com a construção de um canal físico não proprietário, e oferta de armazenamento, possibilitando o acesso de todos os agentes à importação e utilização das infraestruturas logísticas nacionais.	Oleoduto independente em Sines	Criação da ligação do oleoduto - que une atualmente a refinaria de Sines ao armazenamento de Aveiras - ao Porto de Sines										
Dinamizar o setor extrativo	Valorização do território	NA	Diminuir dependência externa e conferir maior sustentabilidade à economia nacional.	Ampliação da capacidade extrativa em minas como a de Neves Corvo e abertura de novas minas.	Nº de novos Licenciamentos Mineiros	nd	nd									
Políticas de ordenamento do território	Valorização do território		NA	Atualizar e implementar as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional	N.º de relatórios produzidos no âmbito da alteração do PNPOT	3	2	N.º de sessões públicas promovidas no âmbito da alteração do PNPOT	25	15						
Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)	Valorização do território		Estabelecer uma intervenção integrada que promova o desenvolvimento sustentável do território, constituindo-se como uma visão de futuro para o território, com a identificação das prioridades e linhas de atuação e definição das principais linhas de intervenção estratégica para o desenvolvimento, competitividade, coesão e sustentabilidade da região do Pinhal Interior.	O PRPI constitui um instrumento de orientação para a administração central e local para a região do Pinhal Interior, no horizonte temporal de 2022, assumindo uma visão clara para o território, indo ao encontro das aspirações dos seus habitantes: Pinhal Interior, uma região resiliente, empreendedora e que constrói um futuro mais coeso e sustentável. A visão é suportada pelos seguintes objetivos: (i) Promover o ordenamento sustentado do espaço rústico; (ii) Reforçar a segurança das populações e a proteção dos espaços florestais, através da implementação de estratégias de redução de riscos coletivos; (iii) Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económico e social das regiões afetadas. Os objetivos entroncam em 3 eixos de intervenção: Eixo I – Espaço rústico ordenado, resiliente e sustentável; Eixo II – Prevenção estrutural dos incêndios rurais e Eixo III – Território atrativo, competitivo e inovador. O PRPI desenvolve de forma integrada um conjunto de medidas e ações, de forte cariz experimental e piloto, capitalizando as complementaridades e sinergias destes territórios e envolvendo os agentes presentes no território, em particular as autarquias locais associadas nas comunidades intermunicipais, as instituições de ensino superior, as associações empresariais, as empresas, as associações de desenvolvimento local e as pessoas. Concretiza-se em 55 medidas.	Número/% de medidas iniciadas ou em execução	22 medidas/40%										
Reforçar a segurança das populações	Valorização do território		Promover uma maior eficácia na prevenção e na resposta a situações de emergência	Criar sistemas que capacitam a comunicação com populações, ao nível da prevenção e aviso de risco	Nº de Canais de comunicação com as populações	5										
Reforçar a Rede SIRESP	Valorização do território		Assegurar uma maior eficácia nas comunicações da rede SIRESP	Reforçar a resiliência e resposta a catástrofe da Rede SIRESP	Nº de Estações Base com redundância da rede de transmissão	451		Nº de geradores móveis em prontidão	18		Nº de Estações Móveis em prontidão, geridas pela ANPC	6	2			
Reforçar meios e infraestruturas (Proteção Civil)	Valorização do território		Conferir maior capacidade de resposta operacional	Reforçar os meios operacionais e modernizar infraestruturas do sistema de Proteção Civil	Nº de EPI's	1 750		Nº de viaturas	75		Nº de infraestruturas de âmbito regional a modernizar	3				
Criar um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público	Modernização do Estado	4	Promover a inovação na Administração Pública	Criação de um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público; 2018.03.23 desenvolvimento de 3 projetos novos por ano	Criação do Laboratório	Criado em 2017	1	Número de projetos testados	desenvolvimento de 3 novos projetos por ano	5	2					
Simplificar a contratação pública para favorecer a inovação	Modernização do Estado	5.1	Adequação da contratação pública no sentido de favorecer projetos inovadores para Administração Pública	Aproveitar a transposição de novas diretivas da contratação pública para na revisão do Código dos Contratos Públicos encontrar soluções que facilitem a contratação de projetos inovadores pelos organismos públicos. Medida SIMPLEX+	Número de projetos inovadores	35	nd									
Startup Simplex	Modernização do Estado	4	Estimular a inovação e o empreendedorismo na sociedade, de que beneficiem as entidades públicas	Apoiar ideias inovadoras de negócio para serviços e produtos que simplifiquem a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com os serviços públicosMedida SIMPLEX+	Número de projetos	30	3									
SIMPLEX +	Modernização do Estado	4	Tornar o Estado mais eficiente aos níveis central, regional e local, simplificando os procedimentos administrativos e a legislação.	Retomar o SIMPLEX como um programa nacional único com medidas que têm como objetivo central tornar mais simples a vida dos cidadãos e das empresas na sua interação com os serviços públicos, contribuindo para uma economia mais competitiva e para reforçar a relação de confiança entre os cidadãos e o Estado	Simplificar e modernizar procedimentos administrativos e de atendimento no sentido de tornar mais simples e mais próxima a relação dos cidadãos com o Estado, bem como reduzir encargos administrativos e custos de contexto para as empresas.	10%	nd	Taxa de execução do Simplex+	90% (Simplex+2016)							
Estratégia TIC 2020	Modernização do Estado	4	Estratégia de racionalização da função informática na Administração Pública	Racionalização e concentração da função informática na Administração Pública central, aproveitando os benefícios da economia de escala, com ganhos de eficácia e de eficiência	Concentração da prestação de serviços TIC numa entidade (exceto defesa e segurança) por departamento governamental	100%	100%	Reinvestimento das poupanças TIC operacionais em novos projetos	5%	0%						
Digitalização e disponibilização de acervos de arquivos e bibliotecas on line	Modernização do Estado	NA	Constituir uma rede de preservação digital em articulação com o programa Ciência aberta e desenvolver uma plataforma de gestão de conteúdos open source. Investir num programa de digitalização das coleções que permita a acesso democrático à informação, otimizando os recursos existentes. Disponibilizar serviços centrados nas necessidades da comunidade.	Construir estruturas sociais e tecnológicas que processem, acessibilizem e promovam a disseminação e fruição de conteúdos culturais.	Desenvolvimento da rede e plataforma de preservação digital	nd		Taxa de crescimento de novas parcerias/adeseões	10%		Nº de Imagens disponibilizadas on line	10%		desenvolvimento da prestação de serviços digitais colaborativos	10%	
Projeto Balcão Único do Emprego	Modernização do Estado	NA	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), designadamente em termos de (i) preenchimento de lacunas em matéria de canais digitais; (ii) eficiência na correspondência entre candidatos a emprego e potenciais empregadores; (iii) qualidade do serviço de aconselhamento a cidadãos desempregados; (iv) eficácia dos serviços destinados a empregadores	Concentração progressiva, num único espaço, físico ou virtual, de todas as interações dos cidadãos desempregados nos processos de procura ativa de emprego, bem como dos empregadores nos processos de seleção e contratação de novos trabalhadores (medida SIMPLEX +)												

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1. º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Modelo de Acompanhamento Personalizado para o Emprego	Modernização do Estado	NA	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), em particular no que respeita à qualidade do serviço de aconselhamento a cidadãos desempregados, em particular desempregados de longa duração	Sistema de acompanhamento integrado, centrado no beneficiário das prestações de desemprego, que se materializa na obrigatoriedade de os serviços públicos de emprego desenvolverem atuações técnicas de contacto com os beneficiários e de estes, de forma proactiva, promoverem diligências de procura de emprego	NA	NA	NA									
Integrar processos de licenciamento no BdE	Modernização do Estado	4	Simplificação dos processos de licenciamento e concentração dos serviços eletrónicos num único ponto de contacto	Facilitação do ambiente empresarial por via da concentração dos serviços eletrónicos e comunicações ao Estado num único ponto, reduzindo assim os encargos das empresas na obtenção de informação e submissão diferenciada de serviços eletrónicos nos portais públicos.Medida SIMPLEX	N.º de pedidos submetidos pelo BdE (valor acumulado)	130.000	165.000	N.º de processos de licenciamento desmaterializados (valor acumulado)	130	203	Redução dos prazos médios dos processos de licenciamento no BdE	15%		Redução de custos das taxas de licenciamento ambiental	25%	Redução já aplicada aos 45 processos integrados (40,2% das taxas cobradas no LUA)
Plataforma do Mar	Modernização do Estado	4	Aceleração dos processos administrativos e de licenciamento, reduzindo os custos de contexto para o desenvolvimento da economia do mar	- Ponto de acesso único a toda a informação e processos de licenciamento relacionados com a atividade económica em meio marinho. Lançamento com a agregação dos serviços das seguintes áreas:- Aquicultura» Mergulho profissional- Embarcações e marítimos- Nautica de recreio- Pesca- Medida SIMPLEX+ Em 2017	Nº de serviços agregados	21	21									
Simplificar o licenciamento da aquicultura	Modernização do Estado	4		Criação no Balcão Único Eletrónico de um processo simplificado de licenciamento da Aquicultura.Medida SIMPLEX+	ND											
Diversificar os meios de pagamento de obrigações contributivas repetidas e periódicas dos cidadãos e empresas	Modernização do Estado	4		Disponibilizar meios de pagamento automatizado (por exemplo, de débito em conta bancária) das obrigações contributivas periódicas e repetidas dos cidadãos e agentes económicos junto da Administração Pública.Medida SIMPLEX+	Percentagem de DUC cobrados através de Autorização de Débito em Conta	5%	6817 adesões até 23.03.2018									
Redinamizar a RIMA (Reunião Interministerial para a Modernização Administrativa)	Modernização do Estado	4	Melhorar a qualidade da legislação; Reduzir o stock legislativo; Facilitar o acesso à legislação.		n.º de atos legislativos revogados	400	2 270	Nº de projetos com vista à facilitação do acesso à legislação	2 por ano	1						
Aplicar o "Teste PME" (Custa Quanto)	Modernização do Estado	4	Aplicar de uma forma verdadeiramente efetiva o «teste PME» e desenvolver estudos de impacto de forma sistemática.	Relativamente à medida Custa Quanto (inscrita no Programa Simplex+2016), consiste na implementação de uma metodologia de avaliação de impacto económico dos atos legislativos propostos pelos membros do Governo, focada na variação dos encargos administrativos. Através deste mecanismo, pretende-se medir o impacto dos diplomas aprovados pelo Conselho de Ministros na vida dos cidadãos e das empresas, com particular destaque para as pequenas e médias empresas (PME). Neste contexto, importa relembrar a exigência de parecer obrigatório da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa relativamente a todos os projetos legislativos que envolvam o aumento de encargos administrativos ou outros custos de contexto ou, que, de qualquer outra forma, aumentem os encargos para as empresas, em especial, as PME.	n.º de horas empregues no cumprimento de exigências administrativas monetizado											
Implementar o princípio saldo positivo - Revoga +	Modernização do Estado	NA	Promover a revogação de mais atos legislativos do que aqueles que são aprovados por área de governação.	A medida Revoga+ (inscrita no Programa Simplex+2016) visa assegurar a redução sistemática e setorial do stock legislativo, através da revogação de mais atos legislativos do que aqueles que são aprovadas, por área da governação.Adicionalmente, a medida compreende ainda um exercício de revogação sistemático de legislação que deveria estar formalmente revogada, desde 1976.	Saldo de diplomas publicados e revogados	50			1 ano por semestre							
Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas	Modernização do Estado	NA	Melhorar a qualidade legislativa e acessibilidade pelo cidadão	Entre outras vertentes que concorrem para o propósito de simplificação de legislação e da garantia da estabilidade e da previsibilidade normativas, importa salientar as seguintes:(1) O Conselho de Ministros reúne ordinariamente, à 5.ª., todas as semanas, embora delibere acerca de atos legislativos apenas uma vez por mês;(2) Os projetos de diplomas legislativos do Governo devem ser obrigatoriamente acompanhados dos projetos de regulamentação necessários à sua implementação (componente da medida Regular Melhor, inscrita no Programa Simplex+2016);(3) É exigido o parecer da Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sempre que dos diplomas resulte um aumento dos encargos administrativos ou outros custos de contexto / custos adicionais;(4) Princípio da concentração da vigência de novos atos normativos: são fixadas duas datas por ano para a entrada em vigor da legislação que altere o enquadramento jurídico das empresas (salvo exceções previstas no Regimento). ; (5) garantir o acesso fácil do cidadão à legislação, através da criação de mecanismos de linguagem clara	Número de Decretos-Lei aprovados sem a regulamentação complementar	0		Pareceres da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa	115		Registo das faltas de regulamentação					
Transpor a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais	Modernização do Estado	4	Transpor a diretiva	Assegurar a transposição da Diretiva em causa para o ordenamento jurídico nacional.	n.º de atos alterados											
Implementar a Diretiva nº.2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno	Modernização do Estado	4	Transpor a diretiva.	Estudo rigoroso com vista a transpor a o que ainda possa falta da Diretiva	n.º de atos alterados											
Agilizar a ação executiva	Modernização do Estado	4	Reduzir o número de pendências na ação executiva. Aumentar a celeridade de distribuição de processos e celeridade de decisão. Conferir maior exatidão às estatística da ação executiva	Consolidar soluções operacionais técnicas, em particular soluções informáticas que permitam ganhos de eficiência e transparência, que passam por permitir o acesso ao CITIUS por parte dos agentes de execução	Variação percentual do número de pendências na ação executiva cível	-5%	-22%									
Aumentar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais	Modernização do Estado	4	Reduzir o número de processos pendentes nos Tribunais Administrativos e Fiscais e aumentar a eficácia na jurisdição.	Implementar um conjunto de medidas com vista ao aumento da capacidade de resposta dos TAF nomeadamente através do reforço dos recursos humanos e da melhoria dos sistemas de gestão processual e do tribunal.	Variação da taxa de crescimento das pendências dos tribunais administrativos e fiscais, tendo por referência inicial o ano 2015	-1%	-4%									
Plano de modernização tecnológica do Sistema Judicial	Modernização do Estado	4	Agilizar os processos judiciais; Diminuir pendências; Aumentar a transparência estatística do sistema judiciário.	Implementação de um alargado conjunto de iniciativas que irão ter impacto na agilização dos processos nas várias áreas da Justiça - a Cível, Laboral, Penal, Família e Menores, Administrativa - e de outras que permitirão aos conselhos de gestão das comarcas e aos respetivos Conselhos Superiores, através de indicadores harmonizados, conhecer e gerir os recursos consoante a evolução das pendências processuais.	Variação das pendências nas execuções e nas insolvências, tendo por referência inicial o ano 2015	-5%	-22%									
Combater o crime económico, designadamente a corrupção	Modernização do Estado	4	Redução do tempo das investigações; Aumento da capacidade de reprimir o crime; Aumento da confiança dos cidadãos e agentes económicos na justiça penal e no Estado	Operacionalização da Unidade Nacional de Investigação da Criminalidade Informática (UNICI) da Polícia Judiciária (PJ) que inclui um setor de investigação de fraudes relativas a meios de pagamento e sistema bancário (fishing; burlas informáticas; segurança das transações comerciais). Robustecimento da cooperação policial internacional da PJ. Dinamização do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB . Alinhamento das estratégias da PJ, Inspeção Geral dos Serviços da Justiça (IGSJ) e Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) na deteção e repressão dos ilícitos na área da contratação pública, ações executivas e insolvências e corrupção.	Variação percentual da receita do GAB, resultante da atividade ilícita	30%	1367%									
Reforçar a resposta dos meios de resolução alternativa de litígios	Modernização do Estado	4	Aumentar o número de processos resolvidos nos meios de resolução alternativa de litígios.	Reforçar e capacidade dos meios de Resolução Alternativa de Litígios (RAL) de modo a garantir a obtenção de uma decisão em tempo útil.	Movimento de processos findos nos centros de arbitragem	10%	13%									
Descongestionar os tribunais	Modernização do Estado	NA	Reforçar a tutela jurisdicional efetiva através da(o):Diminuição do tempo de duração dos processos judiciais;Simplificação do acesso do cidadão à justiça;Aumento da eficiência dos procedimentos;Monitorização da atividade processual desenvolvida pelos tribunais;Diversificação de soluções, designadamente tecnológicas.	Reforço da capacidade de gestão das comarcas;Reajustamento do mapa judiciário reforçando a especialização e a proximidade.	Diminuição do "Disposition time" (DI): (indicador que mede, em dias, o tempo que seria necessário para concluir todos os processos que estão pendentes no final de um determinado período, tendo por base o ritmo do trabalho realizado nesse mesmo intervalo d	-90	-99									
Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização do Estado	1	Promover o acompanhamento mais próximo das PPP locais e regionais	Garantir, através da legislação em matéria de execução orçamental, a obrigatoriedade e frequência do reporte de informação sobre PPP locais e regionais, aumentando o escrutínio destas operações	Nº de Reportes pelos municípios de PPP locais	4	1	Elaboração de relatório anual no Portal Autárquico	1	1						
Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização do Estado	NA	Implementar instrumentos legais e administrativos que mitiguem ou eliminem práticas abusivas e que distorcem a concorrência nos mercados públicos.	Transpor a diretiva referente aos mercados públicos, através da adaptação do Código dos Contratos Públicos.	NA											
Reforçar o papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização do Estado	NA	Assegurar que as autarquias locais são a estrutura fundamental de gestão de serviços públicos de proximidade, numa lógica de descentralização e subsidiariedade.	Preparação de um novo quadro de competências das autarquias locais e demais entidades da administração local, no contexto de um novo modelo territorial, com diferenciação das competências das freguesias em função da sua natureza.	Identificação das áreas a descentralizar	36	Executado	Elaboração da iniciativa legislativa quadro e do correspondente enquadramento financeiro	Aprovação em CM	Proposta de Lei quadro de descentralização de competências aprovada em CM e apresentada à Assembleia da República.	Preparação de Diplomas setoriais, por área de descentralização	20	Diplomas setoriais em preparação, envolvendo áreas de governação correspondentes a 16 Ministros(as).	Avaliação do processo de descentralização de competências para as autarquias locais (municípios e freguesias)		
Democratizar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização do Estado	NA	Definição de um novo modelo territorial, assente em 5 regiões de planeamento e de desenvolvimento territorial (correspondentes às áreas de intervenção das CCDR), a par do aumento da legitimidade democrática das CCDR.	Promoção da legitimidade democrática das CCDR, a par da reorganização dos serviços desconcentrados e alargamento da rede de serviços de proximidade.	Eleições para os órgãos executivos das CCDR			Integração de serviços desconcentrados do Estado nas CCDR								
Reforçar a cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Modernização do Estado	NA	Promoção da cooperação intermunicipal através das CIM e transformação das atuais AM, reforçando a sua legitimidade democrática, com órgãos diretamente eleitos.	Aprofundamento da cooperação entre municípios pela potenciação das CIM, e promoção do novo modelo de governação resultante da democratização das CCDR e da criação de autarquias metropolitanas	Revisão das atribuições, órgãos e modelos de governação e de prestação de contas das CIM			Avaliação do processo de reforço de cooperação das CIM e da transformação das AM								
Transferir infraestruturas para o poder local	Modernização do Estado	NA	Aumentar a eficiência da gestão as infraestruturas portuárias	Transferência para os municípios da jurisdição e gestão das infraestruturas portuárias da náutica de recreio, portos de pesca e estruturas secundárias de pesca.	nº de infraestruturas transferidas	0	Lei de autorização legislativa apresentada na AR 3 contratos de gestão assinados (Olhão, Lagos e Póvoa do Varzim)	Nº PME abrangidas	8 150	Aumento dos Capitais Próprios nas PME (ME)	1 700					
Digitalizar e disponibilizar conteúdos audiovisuais (RTP)	Modernização do Estado	NA	Assegurar o acesso à generalidade da população dos arquivos da RTP de forma universal e gratuita.	Digitalizar e disponibilizar online o arquivo da RTP, que representa o maior acervo audiovisual do país.	nº de conteúdos disponibilizados	25 000	28 300									
Capitalizar - Instrumentos Financeiros	Capitalização de empresas	3	Apoiar de forma intensiva a capitalização de empresas.	Financiamento de instrumentos de capitalização e de dívida de empresas em fase de criação, crescimento, inovação e internacionalização.	Nº de empresas abrangidas	15.000	21.471	Montante de financiamento à economia (ME)	2.000	1.795	Volume de emprego gerado (postos de trabalho)	300.000	278.588			
Fundo Capitalizar – Reestruturação e crescimento	Capitalização de empresas	3	Incentivar a reestruturação empresarial	Financiamento de instrumentos de capitalização de empresas em processos de reestruturação	Nº Empresas abrangidas	1 100		Montante de "new money" injetado na economia (ME)	100							
Promover a participação de empresas nos mercados de capitais	Capitalização de empresas	3	Promover a diversificação das fontes de financiamento de PMEs e Mid Caps.	Promoção da capitalização de empresas pela via de projetos de natureza demonstradora (Campanhas de sensibilização e Ações de Assistência Técnica, incluindo plataformas de apoio a investidor).	Nº Empresas abrangidas	500										
Avallar a função dos credores públicos em processos de recuperação	Capitalização de empresas	3	Otimizar o enquadramento legal relativo à reestruturação. Promover uma atuação conjunta e articulada na resposta dos credores públicos aos casos de reestruturação empresarial	Melhoria da articulação da Segurança Social e da Autoridade Tributária para gestão articulada dos créditos públicos, a criação de um balcão único, SIMPLEX + Revisão do regime de reversão de créditos tributários nos casos de substituição de administradores de empresas em reestruturação	NA			NA								

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Capacitar e melhorar a qualidade da atuação dos administradores judiciais	Capitalização de empresas	4	Otimizar o enquadramento legal relativo à reestruturação. Promover uma atuação conjunta e articulada na resposta dos credores públicos aos casos de reestruturação empresarial	Reforço da capacitação dos Administradores Judiciais (AJ) e introdução de medidas de promoção da celeridade e resolução processual nos processos de insolvência; Reforço das medidas de fiscalização em colaboração com a CAAJ	Número anual de ações de Formação dirigidas a Administradores Judiciais	10	20									
Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Capitalização de empresas	3/4	Fomentar a utilização pelas empresas das ferramentas de alerta precoce de dificuldades - Early Warning, visando incrementar a taxa de sucesso dos processos de reestruturação empresarial, pela antecipação do início dos processos e pela elevação do nível e qualidade e consistência dos planos de reestruturação apresentados pelas empresas, bem como reduzir a perda de capacidade produtiva e exportadora, de postos de trabalho e competências agregadas.	• Disseminação de um mecanismo de early-warning potenciando a informação comunicada no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) com subsequente alerta às empresas (ex.: alerta de insuficiência de capitais próprios, indicando a necessidade do seu reforço e alternativas para a respetiva execução);• Sensibilização de empresas e agentes da envolvente empresarial, através de campanha comunicacional, realização de ações de informação e sensibilização;• Ações de capacitação de agentes da envolvente empresarial;• Aconselhamento, assistência técnica e intermediação em processos de reestruturação;• Produção e disponibilização de conteúdos comunicacionais e formativos;• Disponibilização de assistência em domínios específicos relevantes para o sucesso dos processos de reestruturação através da mobilização de competências externas (domínios: jurídico, fiscal, financeiros, estratégico, etc.).	Empresas abrangidas pelo mecanismo de early warning (nº empresas/ano)	400 000	0	Empresas contactadas e ou envolvidas em ações de sensibilização, aconselhamento e ou assistência	3 800	1 000						
Tratamento fiscal sem discriminação negativa do capital próprio	Capitalização de empresas	3	Reforçar os incentivos ao financiamento das empresas com recurso a capitais próprios. Reforçar a posição de Portugal, no plano tributário, na captação de poupanças para direcionamento ao investimento empresarial.	Promover o financiamento das empresas mediante o recurso a capitais próprios que contribuam para a redução dos níveis de endividamento junto do sistema bancário, designadamente através da revisão do regime de remuneração convencional do capital social previsto no artigo 41.º - A do EBF.	Número de empresas que beneficiaram do novo regime											
Outras medidas fiscais de promoção da capitalização	Capitalização de empresas	3	Reforçar os incentivos ao financiamento das empresas com recurso a capitais próprios. Reforçar a posição de Portugal, no plano tributário, na captação de poupanças para direcionamento ao investimento empresarial.	Revisão do regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos, tornando-o mais eficaz no incentivo à retenção de lucros por parte de PME e ao respetivo reinvestimento na atividade produtiva. Revisão das regras e incentivos fiscais incidentes sobre o financiamento sob a forma de dívida ou por capitais próprios, designadamente dos aplicáveis a operações de conversão de dívida em capital. Atribuição de um crédito fiscal aos sócios, pessoas singulares, de empresas cujo capital próprio seja igual ou inferior a metade do capital social e que realizem entradas em dinheiro para repor o capital social.	Número de empresas que beneficiaram do novo regime			NA	NA		NA					
Eliminar as taxas moderadoras do acesso ao serviço de urgência sempre que o utente seja referenciado	Coesão e Igualdade	1	Promover a articulação e circulação entre níveis de cuidados	Isenção do pagamento de taxas moderadoras nos casos em que o utente é referenciado pelo seu médico de família, INEM, e Centro de Atendimento do SNS (Linha Saúde 24)	N.º episódios isentados por referênciação do médico dos CSP (estimados)	354.536	29.545	N.º de episódios isentados por referênciação do INEM (estimados)	1.114.047	92.837	N.º episódios isentados por referênciação do Centro de Atendimento (Linha Saúde 24) (estimados)	826.460	68.872			
Rever o sistema de isenções e dispensas do pagamento de taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	1	Promover o acesso	Dispensar o pagamento das taxas moderadoras nos MCDT efetuados no âmbito das sessões de hospital de dia; isentar do pagamento de taxas moderadoras aos bombeiros, dadores de sangue, dadores de tecidos, células e órgãos	Número de MCDTs realizados em hospital de dia	2.026.452	510 148	Número de utentes isentos	965.130	1.702.315						
Reduzir o valor global das taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	1	Reduzir os encargos para as famílias	Diminuir a comparticipação dos utentes nos custos	% Redução dos encargos dos utentes face a 2015	25%	25%									
Repor o direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas	Coesão e Igualdade	1	Promover o acesso	Aliviar o peso dos custos a cargo dos utentes	Número de transportes gratuitos	5.542.007	2.567.579									
Ampliar e melhorar a cobertura do SNS nas áreas da Saúde Oral e da Saúde Visual	Coesão e Igualdade	1	Promover o acompanhamento da população patologias frequentes do âmbito visual e oral	Alargamento da cobertura do SNS nas áreas da Saúde oral e visual através da capacitação com recursos humanos especializados e implementação de rastreios populacionais.	Número de Centros de Saúde com médicos dentistas - projeto piloto	91	39	Número de ACES com rastreios oftalmológicos - projeto piloto	28	4						
Contratar mais médicos de família	Coesão e Igualdade	1	Garantir um médico de família para cada utente	Contratação de médicos aposentados	Número de contratos anuais realizados com médicos aposentados	500	336									
Expandir os cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório	Coesão e Igualdade	1	Melhoria de resposta nos cuidados continuados domiciliários e de ambulatório	Promover o apoio no domicílio e em ambulatório aos cidadãos idosos ou em estado de dependência	Número de novas equipas de cuidados continuados integrados/unidades de dia e promoção de autonomia (unidades/equipas; lugares)	Meta em 2016 - 300	0	Meta em 2017 - 800	275		Meta em 2018 - 1333					
Reforçar a RNCCI	Coesão e Igualdade	1	Reforçar a rede nacional	Aumento do número de lugares em cuidados continuados integrados em todas as suas tipologias de internamento (com especial incidência nos grandes centros urbanos)	Número estimado de novas camas/lugares - Convalescença/ UMDR / ULDM	Meta 2016: Convalescença - 35 / UMDR - 240 / ULDM - 419	Convalescença - 47 / UMDR - 272 / ULDM - 312	Número estimado de novas camas/lugares - Média duração	Meta 2017 - Convalescença - 400/ UMDR - 100 / ULDM 700	Convalescença - 198; UMDR - 180; ULDM - 165	Número estimado de novas camas/lugares - Longa duração					
Desenvolver a componente de saúde mental na Rede Integrada de Cuidados Continuados	Coesão e Igualdade	1	Promover a assistência na saúde mental	Assegurar a capacidade de resposta no âmbito da saúde mental	Número estimado de novas equipas e unidades de saúde mental (lugares/camas)	366	366	Meta 2017 - 533	360							
Melhorar a resposta dos cuidados paliativos e implementar cuidados paliativos pediátricos	Coesão e Igualdade	1	Reforçar a assistência em cuidados paliativos	Melhoria da acessibilidade dos doentes a cuidados paliativos, qualquer que seja a sua idade ou doença	Equipas Intra Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos	100%	88% (44 dos 50 hospitais/centros hospitalares)	Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos (1 equipa por ACES ou ULS). Se o ACES não tiver equipa, o Hospital pode desenvolver equipa domiciliaria de CP	100%	38,5% (20 escsp PARA 52 ACES/ULS)	Coertura territorial em % de lugares/camas de Cuidados Pediátricos Integrados	100%	35%	Formação e capacitação dos profissionais saúde em CP (pré e pós-graduada); Formação básica em CP nos planos curriculares de todas as escolas medicina, enfermagem, psicologia e serviço social	100% Escolas médicas e enfermagem	100% Escolas médicas têm pré-graduada CP (obrigatória em 3); elaborada proposta plano curricular mínimo para alunos enfermagem, aprovada pela OE e apresentada a todas as escolas públicas enfermagem
Criar um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA	Coesão e Igualdade	1	Introduzir progressivamente o livre acesso e circulação dentro de unidades do SNS	Promoção do acesso e a livre circulação dos utentes no SNS, nomeadamente em áreas onde o tempo de espera ainda é significativo: consultas de especialidade, cirurgias, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica	Mediana do Tempo de Espera da Lista de inscritos para cirurgia em dias	90	115	% de inscritos para cirurgia que ultrapassa o Tempo Máximo de Resposta Garantido	5%	17%	% Consultas realizadas em cumprimento do tempo máximo de resposta garantido	95%	72%			
Implementar os Centros de Referência, reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas	Coesão e Igualdade	1	Promover uma maior qualidade	Promoção da concentração de recursos técnicos e tecnológicos altamente diferenciados, de conhecimento e experiência, sendo capaz de conduzir formação pós-graduada e investigação científica nas respetivas áreas médicas	Número de Centros de Referência reconhecidos	74	90									
Criar o Conselho Nacional dos Centros Académicos	Coesão e Igualdade	1	Reforçar as condições para a investigação, o ensino e o desenvolvimento	Desenvolver parcerias com as faculdades de medicina para o desenvolvimento da formação clínica	Número de Centros Académicos Reconhecidos	8	7									
Promover a gestão reformista do sistema de pensões	Coesão e Igualdade	1	Garantir a sustentabilidade a médio prazo e melhorar a adequação do sistema de pensões	Reativação do mecanismo de atualização automático das pensões e abrangência de maior número de pensões a terem a atualização máxima; Suspensão, em 2016, da antecipação da pensão antes dos 60 anos e revisão do regime de pensões antecipadas; Avaliação das alterações introduzidas no Fator de Sustentabilidade; Estudo sobre a diversificação de fontes de financiamento da segurança social; Promoção do agravamento das contribuições para empresas que revelem excesso de rotatividade laboral, bem como reavaliar o modelo de isenções e reduções contributivas; Extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade.	NA											
Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coesão e Igualdade	1		Aprofundamento da convergência do regime da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral de Segurança Social	NA											
Combater a fraude e a evasão contributiva	Coesão e Igualdade	1	Combater a fraude e evasão	Definição de medidas de combate à fraude e evasão contributiva, por via da alteração do processo de declaração de remunerações à Segurança Social, da flexibilização dos mecanismos de cobrança de dívida, da recuperação e redução do volume de prestações sociais atribuídas indevidamente, do reforço da fiscalização, no âmbito do estabelecimento de planos de combate à fraude e à evasão	NA											
Simplificar o sistema da Segurança Social	Coesão e Igualdade	1	Obtenção de ganhos de eficiência	Código Prestacional da Segurança Social: Unificação num diploma único os vários atos legislativos que criem e regulem prestações sociais, simplificando a malha de prestações que concorram para o mesmo fim; Desmaterialização progressiva dos processos de atendimento, em 2017 e 2018; Implementação, em 2018, de novas funcionalidades que permitam a consulta da carreira contributiva e o histórico de prestações auferidas e a previsão do valor da pensão a receber, a submissão online de requerimentos e a exploração do potencial dos dispositivos móveis enquanto canais emergentes de comunicação.	NA											
Reforçar o modelo da condição de recursos em prestações sociais de natureza não contributiva	Coesão e Igualdade	1	Adequação da despesa em prestações não contributivas aos seus objetivos	Reavaliação e reforço, até 2019, da coerência do modelo de aplicação da condição de recursos nas prestações sociais de natureza não contributiva	ND											
Combater a pobreza nas crianças e jovens	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização dos montantes do abono de família, bem como da majoração monoparental e da bonificação por deficiência, abrangendo 1,1 milhões de crianças e jovens em 2016; Alargamento faseado até aos 36 meses do direito à majoração garantida até 2016 às crianças com idades até 12 meses; Definir a estratégia de combate à pobreza de crianças e jovens, ancorada numa abordagem integradora no combate à pobreza, que articule diversas medidas setoriais (educação, saúde, ...), potencie sinergias e aposte em medidas de proximidade, de acordo com uma estratégia centrada no território, com um papel central do abono de família; reformulação das classes de rendimento de acesso ao abono de família; Prosseguir a reformulação das classes de rendimento de acesso ao abono de família ; Reconfigurar o abono de família por forma a permitir a conjugação com medidas complementares do lado dos serviços públicos (de educação e saúde); Implementar um sistema de indicadores de alerta de situações de precariedade social, a partir do acompanhamento das crianças beneficiárias de abono de família, possibilitando uma ação mais integrada do sistema de proteção social, em casos de acionamento.	N.º crianças e jovens abrangidos (2016)	1 100 000	1,1 milhões de crianças e jovens	Nº de crianças abrangidas pelo alargamento faseado até aos 36 meses do direito à majoração garantida até 2016 às crianças com idades até 12 meses	100.000	crianças entre 12 e 36 meses com abono de família a 31/12/2017 = 122.802 (das quais 23.006 do 4º escalão)						
Repor mínimos sociais (RSI e CSI) e promoção de inclusão social no Rendimento Social de Inserção (RSI)	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização do valor de referência do Rendimento Social de Inserção (RSI), para €180,99, e alteração da escala de equivalência garantindo a cobertura de 240 mil pessoas em 2016. Atualização em 2017, repondo mais 25% da redução operada na anterior legislação. Reavaliação da eficácia dos programas de inserção, para que se promova uma efetiva inclusão social. Reposição do valor anual de referência do complemento solidário para idosos (CSI) em 5022 euros (desde 1/1/2016) e aumento para 5059 (desde 1/4/2016), abrangendo 200 mil idosos em 2016. Atualização em 2017, em linha com a evolução dos preços de 2016.	N.º abrangidos pelo RSI (2016)	240.000	220.043 em 31/01/2018	N.º idosos abrangidos pelo CSI (2016)	200.000	166.138 em 31/01/2018						
Atualizar a retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar que a evolução relativa ao salário mínimo seja consistente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade das empresas, reforçando o rendimento disponível das famílias, tendo em conta os seus efeitos positivos sobre o consumo privado.	Definir uma política de rendimentos numa perspetiva de trabalho digno e, em particular, garantir a revalorização do salário mínimo nacional	Valor da RMMG	600€ (2019)	580€ (2018)									
Apolar excecionalmente o emprego, na sequência da retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar que a evolução relativa ao salário mínimo seja consistente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade das empresas, reforçando o rendimento disponível das famílias, tendo em conta os seus efeitos positivos sobre o consumo privado.	Em 2016: redução em 0,75 p.p. no valor da taxa contributiva a cargo das entidades empregadoras, referentes a contribuições relativas às remunerações devidas entre os meses de fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, resultante do aumento da RMMG; Em 2017: redução de 100 euros no Pagamento Especial por Conta (PEC) para todas as empresas sujeitas ao seu pagamento, para vigorar a partir de março de 2017 e até ao final de 2018, e uma descida adicional de 12,5% do remanescente da coleta paga por cada empresa.												
Aumentar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa (proteção na deficiência)	Coesão e Igualdade	NA	Reforçar a proteção na deficiência	Aumento do montante do subsídio por assistência a 3ª Pessoa para 101,17 euros, abrangendo 13 mil pessoas em 2016	Pessoas	13.000	13.186									

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Prestação Social para a Inclusão	Coesão e Igualdade	NA	Tornar mais eficiente e alargar a cobertura da proteção na deficiência	Definição de uma prestação para a deficiência/incapacidade que agregue as principais prestações pecuniárias neste domínio e que inclua uma componente de base inspirada num princípio de cidadania, uma componente de compensação de encargos específicos e uma componente de combate à pobreza.	Número de pessoas com deficiência abrangidas	120.000	66470 beneficiários (janeiro 2018)	Despesa mensal (janeiro 2018)		17,6 milhões de euros						
Promover uma medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração	Coesão e Igualdade	NA	Alargar a cobertura da proteção no desemprego de longa duração	Apoio, pecuniário de carácter extraordinário (correspondente a 80% do montante do subsídio social de desemprego cessado) atribuído durante um período máximo de seis meses a desempregados inscritos que tenham cessado o período de concessão do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente há um ano.	Desempregados apoiados	Pagamento mensal a 3.000 beneficiários (média mensal)	2893 beneficiários (média mensal jan-dez 2017)									
Rever o regime do Trabalhador Independente	Coesão e Igualdade	NA	Reforçar a cobertura da proteção no desemprego e reforçar a proteção social dos trabalhadores independentes e combater a precariedade	Realização de uma revisão ao modelo vigente do regime de trabalho independente, que permita: avaliar a proteção no desemprego para TIs detetando eventuais ineficiências; Reavaliar o regime de entidades contratantes; Rever as regras para determinação do montante de contribuições dos trabalhadores de recibos verdes, para que estas contribuições passem a incidir sobre o rendimento efetivamente auferido, tendo como referencial os meses mais recentes de remuneração.	ND											
Atualizar o Indexante de Apoios Sociais	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização a partir de 2017 do Indexante de Apoios Sociais, valor de referência com impacto em diversos apoios sociais (ex.: limite máximo do subsídio de desemprego, valor do subsídio social de desemprego, limite mínimo do subsídio de doença, montante do subsídio por morte, entre outras).	Atualização do IAS		Atualizado a 1 de janeiro de 2018 para 428,9 euros									
Promover a inclusão social através de programas dirigidos a pessoas em situação de maior vulnerabilidade	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Contratos Locais de Desenvolvimento Social - Promover a inclusão social, de forma integrada e multisetorial, através de ações a executar em parceria que contribuam para a empregabilidade, combate à pobreza e exclusão social.Rede Local de Intervenção Social - Dinamizar um modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local, em que se pretende apoiar os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das pessoas em situações de risco e vulnerabilidade socioeconómica.Programa Operacional de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas - Este programa, apoiado pelo FEAC, visa o apoio alimentar a populações mais vulneráveis, designadamente através da aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade.	N.º de pessoas com deficiência abrangidas	120.000										
Modelo de Apoio à Vida Independente	Coesão e Igualdade	NA	Possibilitar Assistência Pessoal a Pessoas com deficiência ou incapacidade para a realização de tarefas quotidianas e de participação, nos diversos domínios da vida	Projetos-piloto para o período 2017-2020, financiados pelo Portugal 2020 - Domínio Inclusão Social e Emprego, para a disponibilização de Assistência Pessoal através de Centros de Apoio à Vida Independente	Pessoas com deficiência ou incapacidade apoiadas	240 a 500 (em 36 meses até 2020)	Não aplicável. A medida ainda não tinha sido aprovada.									
Cultura para Todos	Coesão e Igualdade	NA	Integração e inclusão dos portugueses pela prática artística. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais e sociais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	nd	0	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	nd	0						
Solucionar os elevados níveis de non-performing loans nos bancos	Outras medidas	3	Clarificar o entendimento dos impactos fiscais associados ao desconhecimento de créditos vencidos num cenário de imparidade total	Clarificar o entendimento sobre as condições em que poderá ocorrer o desconhecimento de créditos vencidos há mais de 24 meses, num cenário de imparidade total, designadamente se será suficiente, nestes casos, a manutenção de registo de créditos abatidos ao ativo em rubricas extrapatrimoniais ou se haverá necessidade de documentação adicional de suporte a integrar no dossier fiscal	NA	NA										
Melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT	Outras medidas	NA	Combate à fraude e evasão fiscaisCooperative compliance	Plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscais 2015-2017Acompanhamento especial dos contribuintes singulares de elevada capacidadeCriação dos mecanismos de troca de informação financeiraIncorporação gradual de orientações contra a erosão de bases tributáveis (projeto BEPS). Introdução do “country by country reporting” no âmbito específico da tributação das empresas multinacionaisProceder a uma reorganização da ação externa local no âmbito da promoção e apoio ao cumprimento voluntário	Aumento do rácio entre o cumprimento voluntário e o cumprimento coercivo											
Alterar a intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas.	Outras medidas	3	Cooperative compliance	O enquadramento da intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas ser flexibilizado e articulado com outros credores públicos por forma a facilitar a continuação da atividade e o consequente cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte de empresas viáveis.	NA											
Eliminar exigências excessivas ou desproporcionadas (custos de contexto)	Outras medidas	4	Redução dos custos de contexto inerentes ao cumprimento das obrigações tributárias	Aprovar um conjunto de medidas de simplificação administrativa para reduzir custos de contexto na vida empresarial, focando-as nos aspetos mais críticos da atividade das empresas e na eliminação de exigências excessivas ou desproporcionadas/simplex, nomeadamente através do alargamento da medida IES.	NA											
Reduzir a incerteza e a instabilidade fiscal	Outras medidas	NA	Redução dos custos de contexto inerentes ao cumprimento das obrigações tributárias	O elevado grau de incerteza atribuído ao sistema fiscal pode pesar na atratividade de Portugal como país de destino do investimento estrangeiro. O Governo adotou, inclusive, a prática de entrada de medidas com impacto nas empresas em vigor apenas a cada seis meses, por forma a garantir a maior estabilidade possível.	NA											
Melhorar a eficiência (Saúde)	Outras medidas	1	Promover a eficiência e sustentabilidade	Revisão dos preços dos medicamentos; Estimulo ao aumento da utilização de medicamentos genéricos; Estimativa de poupança global: compras centralizadas; poupanças de aumento da eficiência;	Preço médio de Venda ao Público	10	12	% genéricos no mercado do medicamento	63%	48%	Poupança estimada					
Programa SIMPLEX (Saúde)	Outras medidas	1	Promover a acessibilidade	Medidas SIMPLEX+: 1) "Receita Sem Papel Plus" - Desmaterialização da receita médica (medida #205); 2) "Nascer com médico de família e boletins de saúde eletrónicos" (medida #1); 3) "Registo nacional de dados sempre atualizado (Medida #218)"; 4) "Ensaílos clínicos digitais" (Medida #110).	% de receitas eletrónicas desmaterializadas	100%	99% (execução no SNS)									
Introduzir medidas de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS	Outras medidas	1	Transparência e responsabilização	Informação pública do desempenho do SNS: Medida Simplex +- Portal do Serviço Nacional de Saúde / App MySNS (medida #44) / App Poupe na Receita (medida #46)	Nº Visualizações do Portal SNS	36.630.600	2.700.000 (visitas)									
Combater a Fraude no SNS	Outras medidas	1	Garantir a boa utilização dos recursos públicos	Desenvolvimento e implementação de modelos de risco e deteção precoce de situações irregulares e potencialmente fraudulentas.Análise sistemática e monitorização das seguintes áreas: Cuidados de Saúde Primários; Cuidados de Saúde Hospitalares; Cuidados Respiratórios Domiciliários; Cuidados Continuados Integrados; Diálise e Transporte de Doentes não urgentes.Quantificação do impacto financeiro associado às medidas propostas na sequência da monitorização das áreas supra.	Monitorização das áreas CSP, CSH, CRD; CCI; TDNU; Diálise - Montante escrutinado	2,3 mil ME	1,1 mil ME	Monitorização das áreas de contratação pública e patrocínios da indústria farmacêutica	1000 ME	376 ME	Produção de relatórios proactivos e reactivos	50 ME previstos	21 ME	Resultados de combate à fraude	100 Situações detectadas	78 Situações detectadas; 62 encaminhadas
Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Outras medidas	1	Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Criação de condições para a regularização das dívidas às entidades do setor	Custo com pagamento de dívidas	A estimar	902ME									
Reformar o modelo de gestão e de organização hospitalar e criação dos Centros de Responsabilidade Integrada (CRI)	Outras medidas	1	Rever os contratos de gestão	Aposta na autonomia e na responsabilização da gestão e na aplicação de incentivos ligados ao desempenho	Número de CRI´s	5										
Reduzir o défice e a dívida pública	Outras medidas	1	Redução do défice e da dívida pública	Ganhos excecionais para acelerar o défice e de redução da dívida O plano de recuperação de dívidas fiscais e contributivas, assim como a recuperação da garantia do BPP, o pagamento de CoCos e a venda de ativos financeiros resultantes dos processos de resolução do Banif e BES serão usados para amortizar dívida.	Pagamento da dívida (em ME)	4 000	4 450									

Indicadores financeiros

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Promover a generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações	Qualificação dos portugueses	0	2 385 430	1 924 000	0	0		Aumento das qualificações e, em particular, aumento da população com nível secundário completo.
Modernizar o sistema de ensino	Qualificação dos portugueses	0	42 589	28 000	0	0		Inovação na aprendizagem; promoção da criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem; melhoria no diagnóstico das escolas e professores com base na informação produzida; eficiência e transparência na administração escolar.
Promover o sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação dos portugueses	0	882 916	473 000	50 000	0		Redução do insucesso e abandono escolar, promovendo a equidade e permitindo elevar os níveis de qualificação da população
Estimular o sucesso escolar no ensino superior	Qualificação dos portugueses	0	61 000	52 000	0	0	0	
Alargar a base social do ensino superior	Qualificação dos portugueses	0	750 000	497 000	0	0	0	NA
Estimular o emprego científico	Qualificação dos portugueses	0	606 000	304 000	0	0	0	
Reforçar a formação vocacional no ensino superior	Qualificação dos portugueses	0	294 000	250 000	0	0	0	
Portugal INCoDe. 2030 - Iniciativa Competências Digitais (para responder à carência de recursos humanos capacitados nem Tecnologias de Informação)	Qualificação dos portugueses	0	55 000	47 000	0	0	0	Contribuir para uma maior complementaridade entre oferta e procura de competências no mercado de trabalho, nomeadamente colmatando carências ao nível das competências de TICs
Programa Qualifica - Reforçar a formação e qualificação de adultos	Qualificação dos portugueses		1 726 000	998 000	0	0		Aumentar os níveis de qualificação e melhorar a empregabilidade dos ativos, dotando-os de competências ajustadas ao mercado de trabalho- Corrigir o atraso estrutural do País em matéria de escolarização, no sentido de uma maior convergência com a realidade europeia- Adequar a oferta e a rede formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos modelos de desenvolvimento nacionais e regionais
Efetuar o Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	0	0	0	0	0	0	
Campanha Nacional de informação no âmbito da Garantia Jovem	Qualificação dos portugueses		996 000	460 000				
Cheque-Formação	Qualificação dos portugueses	0	6 210	5 796	0	0		0 - Reforçar a qualidade e a celeridade das medidas ativas de emprego, em particular no que respeita à qualificação profissional- Contribuir para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas, através do reforço da qualificação profissional dos seus trabalhadores, em especial dos menos qualificados- Potenciar a procura de formação por parte dos desempregados e dos ativos empregados- Incentivar os percursos de aprendizagem ao longo da vida, bem como o desenvolvimento pessoal dos ativos empregados e dos desempregados- Corresponsabilizar as entidades empregadoras, os ativos empregados e os desempregados na procura de respostas de formação que promovam a melhoria dos desempenhos profissionais- Potenciar o ajustamento entre a oferta e a procura de formação, imprimindo uma nova dinâmica nos operadores de formação
Desenvolver a criação de cooperativas por jovens desempregados/NEET através do Programa COOPJOVEM	Qualificação dos portugueses	0	1 125	1 022	0			Este programa procura promover através de um processo de capacitação e financiamento de 18 meses (por edição) as competências necessárias à criação, implementação e consolidação de um negócio cooperativo e à criação do autoemprego. Tem ainda como objetivo, caso os promotores o entendam, promover a criação de cooperativas de diferentes ramos de atividade ou de novas secções em cooperativas agrícolas existentes por jovens desempregados e inativos (NEET).
Contrato-Emprego	Qualificação dos portugueses							
Livro Verde sobre as Relações Laborais 2016	Qualificação dos portugueses							
Programa Contrato-Geração	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade							Melhorar a situação de dois grupos particularmente afetados por problemas de desemprego: os jovens e os desempregados de longa e muito longa duração - Fomentar um melhor equilíbrio entre gerações no mercado de trabalho e nas empresas
Reorientar as políticas ativas do mercado de trabalho	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	0	1 082 500	373 340				Melhoria da qualidade e sustentabilidade dos empregos apoiados no âmbito das políticas ativas de emprego.
Estágios Profissionais	Qualificação dos portugueses							
Plano Nacional das Artes	Qualificação dos portugueses			0				Ainda não é possível definir metas uma vez que o Plano Nacional das Artes (PNA) se encontra numa fase inicial que compreende a formação de um grupo de trabalho intersectorial cuja finalidade será a de criar um instrumento de suporte que permita a recolha de contributos ao sector educativo e cultural/artístico de forma a se construir um argumentário para o PNA, definindo a sua missão, objetivos e plano estratégico, bem como a delimitação dos passos necessários para a criação de uma comissão interministerial que ficará responsável pelo seu lançamento e pela sua implementação.
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Inovação da Economia Portuguesa							Sustentabilidade da atividade turística nacional; aumento das receitas internacionais, hóspedes e dormidas; qualificação do destino turístico; qualificação dos profissionais do turismo
REVIVE	Inovação da Economia Portuguesa							Promoção da sustentabilidade da atividade turística durante todo o ano e em todo o território; qualificação dos profissionais do turismo

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Dinamizar investimento no Turismo - Instrumentos financeiros específicos para o turismo	Inovação da Economia Portuguesa		72 500					Dinamização investimento no turismo Promoção da sustentabilidade da atividade turística durante todo o ano e em todo o território
Wifi nos centros históricos	Inovação da Economia Portuguesa							Promoção da sustentabilidade da atividade turística durante todo o ano e em todo o território; Promover novas oportunidades de negócio
Programa de valorização turística do interior	Inovação da Economia Portuguesa							Assegurar condições para a contínua qualificação dos destinos, através, nomeadamente, da regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e da valorização do património cultural e natural do país, promovendo, de igual modo, condições para a desconcentração da procura, para a redução da sazonalidade e para a criação de valor e de emprego
All for all	Inovação da Economia Portuguesa							Incremento da oferta turística acessível em equipamentos culturais e alojamento turístico; reforço de parcerias entre entidades que trabalham este segmento e; surgimento de novas empresas de oferta acessível.
Portuguese Trails	Inovação da Economia Portuguesa							Posicionar internacionalmente Portugal como destino de cycling e walking; Diversificação de mercados de procura; Incrementar os fluxos de turistas de cycling & walking em épocas baixas de ocupação turística; Incrementar as dormidas e receitas nos territórios com sazonalidade e de interior; Assegurar condições para a contínua qualificação dos destinos regionais, contribuindo para a desconcentração da procura, para a redução da sazonalidade e, para a crescente criação de valor e de emprego
Programa de inovação e digitalização da oferta turística	Inovação da Economia Portuguesa							Assegurar condições para promover inovação contínua e competitividade do turismo em Portugal
Desenvolver a Investigação&Desenvolvimento&Inovação, através da promoção de agendas mobilizadoras	Inovação da Economia Portuguesa							O roadmap vai conduzir à concentração de recursos em I&D em áreas alinhadas com as estratégias de especialização inteligente.
Programa Interface - Promover a transferência de conhecimento para empresas, através de Laboratórios Colaborativos/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D&I	Inovação da Economia Portuguesa	0	822 524	579 600				
Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e reequipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	0	761 760	571 320				
Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	0	339 480	322 920	0	0		0 A 13 de fevereiro, o IAPMEI tinha recebido 120 candidaturas de startups ao Vale de Incubação, uma das medidas lançadas em junho de 2016 no âmbito da estratégia nacional para o empreendedorismo Startup Portugal. Os projetos apresentados a concurso nesta primeira edição provêm de todo o país, tendo sido recebidas 39 candidaturas da região Centro, 32 do Alentejo, 27 do Norte, 18 da região de Lisboa e 2 do Algarve. A grande maioria são projetos de empreendedorismo qualificado e criativo e vocacionados para o setor dos serviços. As candidaturas, que terminaram no passado dia 20 de janeiro, encontram-se em avaliação até 10 de março de 2017. A comunicação dos resultados está prevista até ao final de março de 2017, altura em que será também anunciado o prazo de abertura da próxima fase de candidaturas ao Vale de Incubação em 2017.No IFD estão disponíveis 1,1 mil milhões de euros, para operações de financiamento às empresas.
Promover uma política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa							
Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa							
Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa							
Programa Interface - Iniciativa de Apoio aos Centros Interface	Inovação da Economia Portuguesa	0	112 195	92 000		351 000		
Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	0	414 000	414 000	0	0		Estima-se que terão um impacto sobre mais de 50.000 empresas a operar em Portugal e, numa fase inicial, permitirão requalificar e formar em competências digitais mais de 20.000 trabalhadores. No âmbito destas medidas, está previsto serem injetados na economia até 4,5 mil milhões de euros de investimento nos próximos 4 anos.
Reforçar o acesso a redes de banda larga	Inovação da Economia Portuguesa	0	0	0	600 000	0	0	
Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	0	331 200	331 200	0	0	0	
Programa Interface - Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão	Inovação da Economia Portuguesa	0	248 400	248 400				
Alargar a base exportadora do país - novas empresas exportadoras e sua capacitação	Inovação da Economia Portuguesa	0	563 040	563 040	0	0	0	
Programa de Apoio às Artes	Inovação da Economia Portuguesa	0						O nº de municípios executado corresponde ao facto do novo modelo ter sido alargado, pela primeira vez, a todo o território nacional.As restantes metas são definidas para o 1º ano de implementação da medida (2018). Apenas haverá execução destes indicadores ao longo do ano de 2018.
Organizar o setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização do território	0	254 500	95 544	0	0		0 Redução das emissões CO2 e Eficiência Energética
Descarbonizar a frota de Veículos Ligeiros de acesso público	Valorização do território	0	4 000	0	10 000		0	0 Redução das emissões CO2 e Eficiência Energética
Expandir o Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização do território	0	456 700	190 000	0	0	75 300	Redução das emissões CO2 e Eficiência Energética

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Mobilidade elétrica	Valorização do território	0	44 902	4 080	0	0	0	Melhorar o ambiente urbano
Mobilidade suave	Valorização do território	0	24 850	20 300	0	0	0	Melhorar a qualidade de vida das pessoas
1º Direito	Valorização do território							
Porta de Entrada	Valorização do território							
IFRRU 2020	Valorização do território	0	123 232	102 720	0		580 000	Melhorar a qualidade de vida das pessoas e das cidades e reduzir consumos energéticos
Reabilitar para arrendar	Valorização do território	0	0	0	0	0	100 000	Melhorar a qualidade e ocupação das cidades
Instrumentos para áreas urbanas	Valorização do território	0	562 500	450 000	0	0	0	Melhorar a qualidade e ocupação nas zonas degradadas
Fundo Nacional Reabilitação do Edificado	Valorização do território	0	0	0	0	0	500 000	Melhorar o parque edificado
Casa Eficiente	Valorização do território	0	0	0		0	200 000	Melhorar o conforto e consumo energético dos imóveis
Promover a descarbonização - Living Labs	Valorização do território	0	17 647	15 000	0	0	12 000	Melhoria da qualidade de vida nas cidades
Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização do território	0	230 000	200 000				Melhorar a eficiência energética dos edifícios da Administração Pública
Remover amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos	Valorização do território	0	105 000	15 266	0	0	316 000	Melhoria da saúde pública
Compras públicas ecológicas	Valorização do território	0	0	0	0	0	0	Redução de consumos e de emissões de gases com efeito estufa
Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos	Valorização do território	0	95 000	95 000	0	0	0	Aumento de materiais para reciclagem e valorização, cumprimento das metas nacionais e comunitárias e redução das emissões de gases com efeitos de estufa.
Política dos 3R	Valorização do território	0	113 700	113 700	0	0	0	Aumento da reciclagem
SIGRE	Valorização do território	0	200 000	170 000	0	0	0	Aumento da reciclagem
Fiscalidade Verde	Valorização do território	560 000	560 000	0	0	0	0	Descarbonização; melhoria da qualidade do ar; Redução de plásticos no ambiente;
Plano Ferrovia 2020	Valorização do território	0	1 275 994	488 659	113 400	1 123 997	0	
Desenvolver a atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização do território	0	213 000	181 050			213 000	
Valorizar o potencial económico do interior	Valorização do território	0	320 000	320 000	0	0	0	
Janela Única Logística (JUL)	Valorização do território	0	5 100		0	0	0	
Estratégia de Aumento da Competitividade Portuária – Horizonte 2026 (anterior Plano Portuário 2020)	Valorização do território	0	311 600	100 000	0	76 000	1 976 400	Concursos de construção e operação serão lançados durante o 15 e 25 de 2018
Promover o transporte marítimo e o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização do território	23 946						
Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas	Valorização do território							
Observatório do Atlântico (anterior Centro de Excelência do Atlântico)	Valorização do território	0	0	0	0	15 000	0	
Fundo Azul	Valorização do território		54 000	0	0	0	0	
Melhorar as condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias	Valorização do território	0	184 625	68 717	0	0	0	
Apostar na Aquicultura	Valorização do território	0	78 666	19 667				
Dinamização turística das casas de abrigo e casas florestais	Valorização do território	0	20 000					Reabilitação, valorização e rentabilização do património do estado sem uso; desenvolvimento e coesão regional; criação de emprego
Políticas activas para a gestão participativa e colaborativa de áreas protegidas	Valorização do território	0	30	0	0	0	0	Valorização dos territórios através da conjugação de esforços para promover atividades económicas compatíveis com os objetivos de conservação das áreas protegidas. Combate ao abandono e despovoamento das áreas protegidas.
Políticas ativas de conservação da natureza	Valorização do território	0	46 000	40 000	0	0	0	Melhoria do estado de conservação de habitats e de espécies
Defesa do Litoral	Valorização do território	0	172 500	150 000	0	0	0	Defesa da costa, com preservação ou reposição dos sistemas costeiros no sentido de garantir as condições de segurança de pessoas, bens e ecossistemas (diminuição da extensão de faixa costeira em situação crítica de erosão)
Rios e zonas inundáveis	Valorização do território	0	57 500	50 000	0	0	0	Reduzir as consequências associadas às inundações prejudiciais para saúde humana, o ambiente, o património cultural, o infraestruturas e as atividades económicas.
Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)	Valorização do território							
Acelerar a transição para uma economia circular	Valorização do território	0	4 000	0	0	0	50 000	Redução de entrada direta de matérias na economia, redução de GEE e redução de resíduos.
Sistema de informação cadastral simplificada	Valorização do território		2 267					Aumento de registos entrados e o consequente aumento de nº de polígonos identificados, densificando a mancha territorial de proprietários das regiões.
Apoiar os custos de arborização. Compensação pela perda de rendimento agrícola pela criação e manutenção de florestação	Valorização do território		179 001					

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Apoiar os custos de implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	Valorização do território		3 653					
Apoiar a prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território		82 544					
Apoiar a reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território		88 717	85 634				
Apoiar investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Valorização do território		88 692					
Melhoria do valor económico das florestas	Valorização do território		68 207					
Apoiar os investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	Valorização do território		22 134					
Instrumento de gestão e mobilização do património rústico fundiário do Estado (antigo Banco de Terras)	Valorização do território							
Criar o Regime de Incentivos Fiscais (Atividade Florestal)	Valorização do território							
Criar Entidades de Gestão Florestal	Valorização do território							
Reorganizar o setor das águas	Valorização do território		1 080 100	634 000	0	0	0	
Interligações Internacionais Rede Elétrica	Valorização do território							Medidas que visam o cumprimento de metas europeias (interligação de 10% do consumo médio até 2020 e de 15% até 2030).Inicio da construção da interligação Portugal Marrocos.
Revisão e Descida dos Preços do Mecanismo de Garantia de Potência	Valorização do território							Introduz um mecanismo de mercado (leilão) na atribuição de compensação pela garantia de Potência e determina, após consulta informada aos regulador setorial e à entidade responsável pela gestão do sistema, as reservas de capacidade e custo máximo para o sistema; Realizou-se a 30 de março, o leilão de reserva de segurança do SEN para o ano de 2017, tendo sido apurado um preço de fecho de 4 775 €/MW, e adjudicado o total de volume colocado a leilão (1 766 MW). O leilão permitiu gerar uma poupança superior a 7,2 milhões de euros, o que pressupõe uma poupança de cerca de 56% daquele encargo, face ao que ocorreria com o anterior mecanismo de incentivo à disponibilidade.
Reforçar o peso da produção de eletricidade via energia solar não subsidiada	Valorização do território							
Criar o Operador Logístico de Mudança de Comercializador de Energia "Poupa Energia"	Valorização do território							- Aumento da concorrência e dinamização dos preços de mercado retalhista;- Contratação de propostas comerciais mais ajustadas a cada perfil de consumo (racionalizaçõ de despesas);- Apoio em escolhas de consumo mais eficientes (promoção de um consumo mais racioanl);- Otimizaçõ dos custos com as 2 plataformas distintas existentes e cujos custos eram suportados pelas tarifas de eletricidade e de gás natural, e, por essa via, pagos por todos os consumidores.
Criar e Regular o Fundo dos Recursos Geológicos	Valorização do território							Consolidação de um setor mineiro sustentável em Portugal
Eliminar as barreiras à concorrência na logística e armazenamento dos combustíveis	Valorização do território							
Dinamizar o setor extrativo	Valorização do território							
Políticas de ordenamento do território	Valorização do território	0	300					Atualização das políticas de ordenamento do território em função das alterações climáticas e das novas tendências dos modelos de desenvolvimento económico e social. Adaptação ao novo quadro legal de ordenamento do território no âmbito dos IGT. Contributo para a territorialização do próximo Quadro Comunitário de Apoio.
Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)	Valorização do território		185 000					
Reforçar a segurança das populações	Valorização do território							
Reforçar a Rede SIRESP	Valorização do território							
Reforçar meios e infraestruturas (Proteção Civil)	Valorização do território							
Criar um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público	Modernização do Estado	0	4 800	2 736	0	0		0 Promoção de colaboração entre inovadores de vários setores, mobilizando conhecimento e criatividade dos centros de inovação e de investigação, incubadoras, starup, entidades privadas e serviços públicos. Inovar e adaptar a Administração Pública ao século XXI, criando um ecossistema de inovação.
Simplificar a contratação pública para favorecer a inovação	Modernização do Estado	0	11 600	1 995	0	0		0 Favorecer a inovação na Administração Pública mediante a simplificação dos procedimentos de contratação de projetos inovadores
Startup Simplex	Modernização do Estado	0	6 000	3 415	0	0		0 Estimular o empreendedorismo e a aplicação de novas ideias em projetos que beneficiem a Admistração Pública. É previsível que mediante esta medida venha a ser substancialmente acrescida a inovação na Administração Pública, com ganhos de produtividade e de competitividade, em benefício dos cidadãos e das empresas.

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
SIMPLEX +	Modernização do Estado	0	500 000	284 750	0	0		0 O programa Simplex pretende tornar o Estado mais eficiente, obter ganhos de produtividade, aumentar a competitividade e melhorar o ambiente de negócios, com estimativa de redução de 15% dos encargos administrativos para as empresas; AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE 13 MEDIDAS DO SIMPLEX+2016: Foi feito um estudo pelo ISEGI, da Universidade de Nova de Lisboa, para uma amostra de medidas (14 medidas). Temos atualmente resultados para 13 medidas. A desmaterialização, desburocratização e simplificação de procedimentos das 13 medidas avaliadas, permite às empresas uma poupança anual potencial de €624M em custos administrativos, destacando-se as atividades relativas a familiarização com obrigações de informação (leitura de legislação e familiarização de procedimentos) e ao preenchimento de formulários, que no seu conjunto representarão uma poupança de cerca de €250 M.Globalmente, considerando todas as atividades administrativas, estima-se que as 13 medidas irão poupar 48 milhões de horas às empresas. Estima-se também que o impacto potencial das 13 medidas se reflita na economia portuguesa em cerca de €1.100 M, cerca de 0,6% do PIB português;No que concerne à Administração Publica a estimativa é que haja uma redução de tempos despendidos superior a 490.000 horas de trabalho. Esta poupança equivale ao total de horas trabalhadas num ano por mais de 300 funcionários públicos. Este tempo pode assim ser alocado a um melhor desempenho em outras funções, ou mesmo em backoffice.
Estratégia TIC 2020	Modernização do Estado	0	52 930	24 290	0	0		0 Prestação de serviços públicos aproveitando todas as potencialidades das TIC, racionalizando e concentrando a função informática dos Ministérios, poupando para investir e qualificando a Administração Pública
Digitalização e disponibilização de acervos de arquivos e bibliotecas online	Modernização do Estado		0	0				
Projeto Balcão Único do Emprego	Modernização do Estado							Aliviar a carga administrativa dos SPE, quer a nível de front-office, quer a nível de back-office, ampliando a margem para um aconselhamento mais personalizado de cidadãos e empresas, incorporando lógica de gestão de caso
Modelo de Acompanhamento Personalizado para o Emprego	Modernização do Estado							
Integrar processos de licenciamento no BdE	Modernização do Estado	4 000	4 000	2 000	0	0		0 Redução dos custos de contexto para as empresasRedução de custos para as entidades públicas por via da sinergia e racionalização de plataformas tecnológicas Fomento do mercado interno e livre circulação de pessoas e bens
Plataforma do Mar	Modernização do Estado							
Simplificar o licenciamento da aquicultura	Modernização do Estado							
Diversificar os meios de pagamento de obrigações contributivas repetidas e periódicas dos cidadãos e empresas	Modernização do Estado							
Redinamizar a RIMA (Reunião Interministerial para a Modernização Administrativa)	Modernização do Estado							Simplificação legislativa de cariz transversal
Aplicar o "Teste PME" (Custa Quanto)	Modernização do Estado							redução de encargos sobre os cidadãos e as empresas
Implementar o princípio saldo positivo - Revoga +	Modernização do Estado							Simplificação do ordenamento jurídico.
Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas	Modernização do Estado							Redução da produção legislativa e simplificação do sistema jurídico, com aumento da sua qualidade. Muito relevante ao nível da estabilidade e da previsibilidade normativas, bem como ao nível do ambiente de negócios e da atividade empresarial.
Transpor a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais	Modernização do Estado							Finalização do processo de transposição.
Implementar a Diretiva nº.2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno	Modernização do Estado							Finalização do processo de transposição no 2.º semestre de 2016
Agilizar a ação executiva	Modernização do Estado	0	425	0	0	0		0 A reforma permitiu uma agilização da resolução das pendências executivas comprovado pelo último indicador estatístico. O número de processos pendentes (ações executivas) nos tribunais judiciais de 1.ª instância diminuíram em mais de 200 mil. Variação obtida pela diferença de resultados entre o terceiro trimestre de 2017 (o dado mais recente conhecido) e os processos pendentes no final de 2015.
Aumentar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais	Modernização do Estado	0	78	0	0	0		0 Modernização e racionalização da organização e das estruturas que integram o setor da justiça administrativa e tributária dotando esta jurisdição de ferramentas que favoreçam a agilização de procedimentos, assim se potenciando a celeridade e garantindo uma tutela jurisdicional efetiva.Combater o aumento exponencial de pendências.
Plano de modernização tecnológica do Sistema Judicial	Modernização do Estado	0	6 044	4 240	0	0		0 As pendências dos processos judiciais são o foco desta medida, para as quais contribuem muitos fatores que são positivamente influenciados pelas suas diferentes ações. Já no 1º trimestre de 2017 o número de ações cíveis pendentes registou um decréscimo de 12,4% face ao primeiro trimestre de 2016 e de 5,7% face ao 4º trimestre de 2016, devido ao número de ações cíveis findas ter sido superior ao das entradas. No 3º trimestre de 2017 o decréscimo acentuou-se, fixando-se em menos 22% de processos pendentes relativamente ao existente no final de 2015.Esta tendência prosseguirá se forem implementadas as medidas de modernização já definidas. O sistema de indicadores de gestão processual dos tribunais judiciais e administrativos e fiscais é uma ferramenta essencial para a gestão quotidiana dos Tribunais, que permite agir em antecipação aos resultados. Ainda que não interfira na capacidade produtiva, interfere na eficiência dos recursos existentes.O Acesso remoto pelos Magistrados ao CITIUS, já uma realidade em 2017, traz maior comodidade e capacidade de interação dos magistrados com o sistema central de gestão de processos.A adoção da transcrição automática, ainda que venha a ter impacto evidente em 2018, terá expetavelmente um forte impacto na celeridade da recuperação e apreciação de processos.Por outro lado, a publicitação da duração expectável dos processos judiciais, favorecerá uma melhor distribuição de processos a montante, o que também contribuirá para a eficiência de todo o sistema, algo que já ocorre desde junho de 2017.

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Combater o crime económico, designadamente a corrupção	Modernização do Estado	379	3 338		0	3 597		0 Redução de tempos das investigações, maior capacidade de reprimir o crime, aumento da confiança dos cidadãos e agentes económicos na justiça penal e no Estado pelo reforço da ideia de que o crime não compensa.Estima-se que a partir de 2018 haja um reforço da capacidade operacional de Portugal para o combate ao crime cometido com recurso a meios tecnológicos, nomeadamente a criminalidade económica e ou financeira.
Reforçar a resposta dos meios de resolução alternativa de litígios	Modernização do Estado	0	431	307	0	0		0 Melhorar a capacidade de resposta do sistema de modo a que o cidadão e as empresas possam obter uma decisão em tempo útil.Dinamização da rede de centros de arbitragem de conflitos do consumidor para uma melhor resposta.
Descongestionar os tribunais	Modernização do Estado	0	313	223	0	0		0 Reforçar a tutela jurisdicional efetiva incrementando os níveis de desempenho e reforçando a confiança dos cidadãos e das empresas no setor da justiça.
Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização do Estado							A implementação das medidas de reporte de informação elencadas, permitirá manter um registo actualizado e completo das PPPs e Concessões de iniciativa local e regional (à semelhança do que já sucede com as PPPs e Concessões da Administração Central), com o objetivo de proceder a um acompanhamento regular da execução financeira dos respetivos contratos.
Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização do Estado							limita-se a utilização do procedimento de ajuste direto com consulta a apenas uma entidade a aquisições de baixo valor, conferindo-se autonomia ao predimento de consulta prévia a três entidadesDeterminam-se medidas de prevenção e eliminação de conflito de interesses na condução de procedimentos de formação de contratos, por parte dos diversos intervenientes nos procedimentos, incluindo membros do júri e peritos que lhe prestam apoio. Introduce-se a consulta preliminar, de modo a que, antes de um procedimento de contratação, a entidade adjudicante realize consultas informais ao mercado a fim de preparar o procedimento, fixando mecanismos para que isso não se traduza em perda de transparência ou prejuízo para a concorrência;
Reforçar o papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização do Estado							2-Efetiva descentralização, para as autarquias locais, de um conjunto de competências de gestão de serviços públicos de carácter universal.4-Elaboração de relatório de avaliação e ponderação de alterações necessárias.5- Melhorar o indicador em 10 pontos percentuais até 2026, por forma a aproximar da média da UE 28
Democratizar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização do Estado							
Reforçar a cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Modernização do Estado							1. Elaboração de relatório de avaliação e elaboração das necessárias iniciativas legislativas.2. Elaboração de relatório de avaliação e ponderação de alterações necessárias.
Transferir infraestruturas para o poder local	Modernização do Estado							
Digitalizar e disponibilizar conteúdos audiovisuais (RTP)	Modernização do Estado							
Capitalizar - Instrumentos Financeiros	Capitalização de empresas	0	1 600 000	1 300 000	400 000			Melhoria da capacidade de investimento das PME na inovação e internacionalização.
Fundo Capitalizar – Reestruturação e crescimento	Capitalização de empresas	0	400 000	0	1 000 000	0		Melhor utilização da capacidade produtiva instalada através da recuperação de empresas com viabilidade económica demonstrada.
Promover a participação de empresas nos mercados de capitais	Capitalização de empresas							Criação de dinâmica de diversificação de fontes de financiamento das PME através do recurso a mercado de capitais.
Avaliar a função dos credores públicos em processos de recuperação	Capitalização de empresas							
Capacitar e melhorar a qualidade da atuação dos administradores judiciais	Capitalização de empresas	0	300	214	0	0		0 Melhorar a capacidade de resposta do sistema de modo a que o cidadão e as empresas possam obter uma decisão em tempo útil.
Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Capitalização de empresas	0	1 920	1 632	0	0		0
Tratamento fiscal sem discriminação negativa do capital próprio	Capitalização de empresas							Reforço de capitais próprios e de rácios de autonomia financeira
Outras medidas fiscais de promoção da capitalização	Capitalização de empresas							Reforço de capitais próprios e de rácios de autonomia financeira
Eliminar as taxas moderadoras do acesso ao serviço de urgência sempre que o utente seja referenciado	Coesão e Igualdade	-39 270	0	0	0	0		0 Maior acesso aos CSP:1. Eliminação do pagamento de taxas moderadoras (nos MCDT realizados no hospital de dia e nos serviços de urgência para o qual haja referência (CSP, CASNS ou INEM); nas sessões de hospital de dia);2. Isenção total do pagamento de taxas moderadoras para os dadores benévolos de sangue; dadores vivos de células, tecidos e órgãos e para os bombeiros;3. Dispensa do pagamento de taxas moderadoras: no tratamento e seguimento da doença oncológica; na primeira consulta de especialidade hospitalar, com referência pelos CSP; no atendimento em serviço de urgência, no seguimento da referência (CSP, CASNS ou INEM) incluindo os atos complementares prescritos; no atendimento na rede de prestação de CSP, no seguimento de referência pelo CASNS.
Rever o sistema de isenções e dispensas do pagamento de taxas moderadoras	Coesão e Igualdade							Esta reforma permite que os utentes crónicos disponham de um melhor acesso com redução de encargos a seu cargo
Reduzir o valor global das taxas moderadoras	Coesão e Igualdade							Pretende-se que gradualmente as taxas moderadoras deixem de ser uma barreira no acesso aos cuidados de saúde
Repor o direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas	Coesão e Igualdade	-7 020						Nenhum doente ficará assim sem assistência por falta de condições de acesso a transporte
Ampliar e melhorar a cobertura do SNS nas áreas da Saúde Oral e da Saúde Visual	Coesão e Igualdade	4 095	176 451	0	0	0		0
Contratar mais médicos de família	Coesão e Igualdade	24 399		0	0	0		0

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Expandir os cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório	Coesão e Igualdade							O principal impacto destas medidas é o reforço da capacidade de resposta em termos dos cuidados a utentes com situação de dependência moderada a elevada, com respetivo suporte ao longo de todas as etapas da vida
Reforçar a RNCCI	Coesão e Igualdade	0	105 930	0	0	0	0	
Desenvolver a componente de saúde mental na Rede Integrada de Cuidados Continuados	Coesão e Igualdade	0	43 320	0		0	0	
Melhorar a resposta dos cuidados paliativos e implementar cuidados paliativos pediátricos	Coesão e Igualdade							
Criar um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA	Coesão e Igualdade							Aumento da produção e do desempenho das unidadesAumento da capacidade de respostaMaior sustentabilidade
Implementar os Centros de Referência, reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas	Coesão e Igualdade							Melhores resultados em saúde em áreas específicas de investigação
Criar o Conselho Nacional dos Centros Académicos	Coesão e Igualdade							Estimular a investigação e produzir ganhos em termos de conhecimento e experiência dos futuros profissionais
Promover a gestão reformista do sistema de pensões	Coesão e Igualdade		2 072 000					Garantir a sustentabilidade a médio prazo e melhorar a adequação do sistema de pensões; Pretende-se que o efeito das medidas seja neutral do ponto de vista orçamental, ou seja, fazendo equivaler os impactos na despesa aos da receita.
Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coesão e Igualdade							
Combater a fraude e a evasão contributiva	Coesão e Igualdade		0	0	0	0	0	
Simplificar o sistema da Segurança Social	Coesão e Igualdade							Ganhos de eficiência para o sistema, que promovam a sua simplificação e que permitam inclusive eliminar redundâncias em medidas que concorram para o mesmo fim. Ganhos de confiança no sistema.
Reforçar o modelo da condição de recursos em prestações sociais de natureza não contributiva	Coesão e Igualdade							
Combater a pobreza nas crianças e jovens	Coesão e Igualdade		424 000					
Repor mínimos sociais (RSI e CSI) e promoção de inclusão social no Rendimento Social de Inserção (RSI)	Coesão e Igualdade	0	641 000	0	0	0	0	0 Impacto de 2016 resulta de dois efeitos: a) alteração da escala de equivalência, que melhora a prestação dos atuais beneficiários que não sejam isolados e alarga a cobertura a novas famílias; b) atualização do valor de referência, que melhora a prestação de todos os atuais beneficiários e alarga a cobertura de novos beneficiários. Os impactos do período 2017-2019 consideram a reposição faseada do Valor de Referência do RSI, iniciada em 2016.O impacto reflete a atualização da prestação para os atuais beneficiários (dado o carácter diferencial da prestação) e o alargamento da cobertura a novos, ambos os efeitos decorrentes das atualizações do valor de referência.
Atualizar a retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade		0	0	0	0	0	0 - Aumento do rendimento disponível das famílias; - Compensar as perdas acumuladas no poder de compra real dos trabalhadores entre 2012 e 2014 (período em que o valor da RMMG esteve congelado)
Apoiar excecionalmente o emprego, na sequência da retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade		0	0	0	0	0	
Aumentar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa (proteção na deficiência)	Coesão e Igualdade	0	7 700	0	0	0	0	Impactos na despesa acumulados face a despesa de 2015
Prestação Social para a Inclusão	Coesão e Igualdade			0	0	0		Melhoria da cobertura das prestações sociais no âmbito da deficiência, garantindo uma maior equidade social e combatendo a pobreza neste grupo alvo.
Promover uma medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração	Coesão e Igualdade	0	213 000	0	0	0	0	
Rever o regime do Trabalhador Independente	Coesão e Igualdade							Efeito neutro do ponto de vista orçamental
Atualizar o Indexante de Apoios Sociais	Coesão e Igualdade	0	226 000		0			0 Os impactos foram avaliados apenas para as prestações e programas do âmbito do MTSSS, pese embora haja medidas de outras áreas dependentes do IAS. Os impactos são acumulados.
Promover a inclusão social através de programas dirigidos a pessoas em situação de maior vulnerabilidade	Coesão e Igualdade	0	340 440	163 853	0	130 203	0	
Modelo de Apoio à Vida Independente	Coesão e Igualdade	0	341 000	34 100	0	0		0 22 de março de 2018 – Abertura de candidaturas (POISE). Abril de 2018 - Abertura de candidaturas no POR Lisboa e no POR Algarve
Cultura para Todos	Coesão e Igualdade		2 185	1 900				Trata-se de uma medida inscrita no PT2020. O MC aguarda, da SEDC, clarificação dos procedimentos a desenvolver para a implemnetação desta medida.
Solucionar os elevados níveis de non-performing loans nos bancos	Outras medidas							Potencia os resultados do Asset Quality Review / a solvência das instituições financeiras / o cumprimento dos rácios regulatórios
Melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT	Outras medidas							
Alterar a intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas.	Outras medidas							

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Eliminar exigências excessivas ou desproporcionadas (custos de contexto)	Outras medidas							
Reduzir a incerteza e a instabilidade fiscal	Outras medidas							
Melhorar a eficiência (Saúde)	Outras medidas	0	-517 620	0	0	0	0	0 Maior acessibilidade na aquisição de medicamentos; Erradicação da Hepatite C; Aumento do poder de compra de medicamentos; Melhor uso do medicamento; Ganhos de eficiência; Maior sustentabilidade
Programa SIMPLEX (Saúde)	Outras medidas	0	-729 000	0	0	0	0	0 Maior proximidade do SNS aos cidadãos
Introduzir medidas de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS	Outras medidas							Maior satisfação dos cidadãos que veem a publicação dos resultados de desempenho do SNS de forma clara e transparente.Maior rigor e controlo da gestão do desempenho do SNS.
Combater a Fraude no SNS	Outras medidas	0	-199 426					Redução dos índices de fraude no SNS
Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Outras medidas	0	1 304 000	0				Redução da dívida dos hospitaisAs unidades serão mais sustentáveis
Reformar o modelo de gestão e de organização hospitalar e criação dos Centros de Responsabilidade Integrada (CRI)	Outras medidas							Impacto positivos com o maior rigor, evitando-se desperdícios e ineficiências no cumprimento dos contratos
Reduzir o défice e a dívida pública	Outras medidas	0	-4 000 000	0	0	0	0	